



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NATÁLIA QUEIROZ MOREIRA DA ROCHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA SEÇÃO
DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA 10ª REGIÃO MILITAR NAS
PERSPECTIVAS DOS (AS) SUJEITOS (AS)

FORTALEZA- CEARÁ

2019

NATÁLIA QUEIROZ MOREIRA DA ROCHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA SEÇÃO DO
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA 10ª REGIÃO MILITAR NAS PERSPECTIVAS
DOS (AS) SUJEITOS (AS)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Maria Passos de Souza Bezerra.

FORTALEZA- CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Rocha, Natália Queiroz Moreira Da .

Assistência social no exército brasileiro: uma análise da seção do serviço de assistência social da 10ª região militar nas perspectivas dos (as) sujeitos (as) [recurso eletrônico] / Natália Queiroz Moreira Da Rocha. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 182 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra.

1. Política de Assistência Social. 2. Assistência Social no Exército. 3. ação socioassistencial. I. Título.

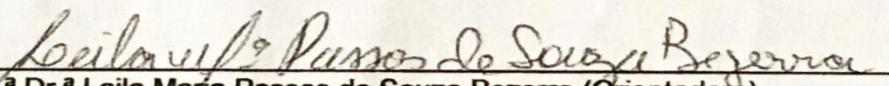
NATÁLIA QUEIROZ MOREIRA DA ROCHA

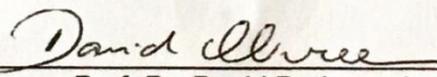
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA
SEÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA 10ª REGIÃO MILITAR
NA PERSPECTIVA DOS (AS) SUJEITOS (AS)

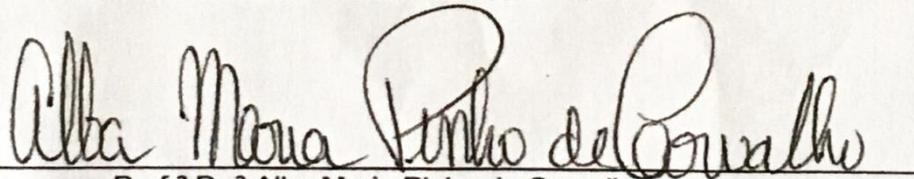
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 30/09/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Leila Maria Passos de Souza Bezerra (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof. Dr. David Barbosa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará - UFC


Prof.ª Dr.ª Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará - UFC

À minha família que me deu suporte para
que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Deus, em todas suas formas de presentificação em minha vida, me tornando mais fortalecida e resistente.

Aos meus pais, Nádia e Manuel, por acreditarem em mim, pelo amor e cuidado incondicional, e por levarem a vida com simplicidade, poesia e música.

Aos meus irmãos, Alexandre e Daniel, por partilharem tantos momentos de amor, paciência e parceria. As suas respectivas companheiras, Anaíra e Juliana, que uniram ainda mais a nossa família, agregando alegria e generosidade. Em especial ao meu primeiro sobrinho e afilhado Pedro, um ser de luz, que encheu a família de esperança e amor.

Ao meu esposo, Eduardo, pelo amor, pelo companheirismo, pela paciência, pela dedicação e pelo incentivo diário nesses 14 anos de relacionamento e em especial no período do mestrado. Ao fruto do nosso amor, nossa (o) filha (o), que está sendo gestada (o) e aguardada (o) com muito “sentimento bom”.

À minha sogra, Ana Verônica, pelo acolhimento e afeto, como de uma mãe. À minha cunhada Bruna e minha sobrinha Letícia, pelo carinho e confiança.

À minha orientadora, Leila Passos, pela dedicação, paciência, disponibilidade e contribuição na construção dessa pesquisa, que trouxe alegrias e tristezas, estímulos e exaustão. Por acreditar que eu podia sempre mais, e por ampliar meu olhar sobre o objeto estudado.

Aos (às) meus/ minhas interlocutores (as), que também são colegas de trabalho, uns mais próximos, vivenciando a labuta diária e outros um pouco mais distantes, mas que experienciam, de forma particular, esse espaço de trabalho, que são as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro.

À minha companheira de trabalho, amiga e irmã Suelen, por compartilhar comigo, desde o processo seletivo, os desafios desse espaço socioocupacional, as conquistas, angústias e alegrias, não só do trabalho, mas da vida.

À Dra. Sabrina Celestino, pelas contribuições acadêmicas e pessoais para a condução dessa pesquisa. Por proporcionar e incentivar a produção de conhecimento nessa área.

Aos (às) meus/ minhas companheiros (as) de mestrado, em especial o Giuliano, a Larissa, a Emanuelle e o André pelos trabalhos, saberes e debates partilhados durante o curso e a força para continuar e não desistir.

À minha amiga Raquel Correia, pelo incentivo e pelas contribuições na pesquisa, com pensamentos sempre positivos e por depositar tanta confiança no meu potencial.

RESUMO

Estudos sobre as Forças Armadas e suas políticas são escassos na academia e, muitas vezes, são voltados para a intervenção militar na política, como o regime militar. São espaços complexos, de difícil acesso, por tratarem se instituições de Segurança Nacional. Estamos em um contexto em que os (as) militares voltaram ao cenário nacional, pois ocupam diversos cargos políticos e estão em posição de destaque no atual Governo Federal, empossado no ano de 2019. Adentrar no espaço do Exército Brasileiro para conhecer o Sistema de Assistência Social (SASEx) é o desafio desse trabalho. Percorreremos a trajetória da Assistência Social nas Forças Armadas, com foco nas ações desenvolvidas pela Seção do Serviço Social do comando da 10ª Região Militar, sediada em Fortaleza-CE, responsável por executar o SASEx nos Estados do Ceará e do Piauí. Compreender implantação e configuração da Assistência Social no Exército nos possibilitou traçar aproximações e distanciamentos da Política Nacional de Assistência Social, bem como identificar avanços, desafios, limites e possibilidades. A dissertação foi construída a partir da pesquisa qualitativa com a utilização das pesquisas bibliográfica e documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com 13 (treze) sujeitos (as), entre gestores, profissionais e usuários (as) dos serviços, nos anos de 2017 e 2018, que participaram do processo de construção/ execução da Assistência Social nas Forças Armadas/ Exército Brasileiro. Esse é um campo com poucas pesquisas, que atendem um público com demandas específicas e com ações priorizadas de acordo com o Comando vigente. Possui amparo em normatizações evidenciadas a partir de 2015 e alinhadas aos debates do meio civil. Nessa trajetória, a Assistência social passou de ações isoladas, para uma Política integrada e foi (re) configurada em um dos objetivos da Política Estratégica de Defesa Nacional, do Ministério da Defesa. Transformações que se expressam de forma distintas entre as Forças Armadas e entre as Regiões Militares do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Assistência Social no Exército. Ação socioassistencial.

ABSTRACT

Studies of the Armed Forces and their policies are scarce in academia and often aimed at military intervention in politics, such as the military regime. They are complex spaces that are difficult to access because they are National Security institutions. We are in a context in which the military return to the national scene, as they occupy various political positions and are in a prominent position in the current Federal Government, inaugurated in 2019. Enter the Brazilian Army space to know the Assistance System Social (SASEx) is the challenge of this work. We will follow the path of Social Assistance in the Armed Forces, focusing on the actions developed by the Social Work Section of the command of the 10th Military Region, based in Fortaleza-CE, responsible for executing SASEx in the states of Ceará and Piauí. Understanding the implementation and configuration of Social Assistance in the Army allowed us to draw approximations and distances from the National Social Assistance Policy, as well as to identify advances, challenges, limits and possibilities. The dissertation was built from qualitative research using bibliographic and documentary research, participant observation and semi-structured interviews with 13 (thirteen) subjects, including managers, professionals and users of the services, in 2017 and 2018, who participated in the process of construction / execution of Social Assistance in the Armed Forces / Brazilian Army. This is a field with little research, which serves an audience with specific demands and prioritized actions in accordance with the current command. It has support in normatization evidenced from 2015 and aligned with the debates of the civil environment. In this trajectory, Social Assistance went from isolated actions to an integrated Policy and was (re) configured in one of the objectives of the Ministry of Defense Strategic National Defense Policy. Transformations that express themselves differently between the Armed Forces and between the Military Regions of the Brazilian Army.

Keywords: Social Assistance Policy, Army Social Assistance, social assistance action.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OBJETO E METODOLOGIA	15
2.1	A PESQUISADORA E O TEMA DE ESTUDO.....	16
2.2	O OBJETO DE ESTUDO.....	21
2.3	ADENTRANDO O LÓCUS DA PESQUISA.....	29
2.4	TRILHAS METODOLÓGICAS.....	39
3	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PARÂMETROS PARA A CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO.....	48
3.1	ASSISTÊNCIA SOCIAL NA (DES) PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	48
3.2	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM CAMPO EM (DES)CONSTRUÇÃO?.....	61
4	ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS.....	71
4.1	PROTEÇÃO SOCIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM PECULIAR TRIPÉ.....	71
4.2	MEMÓRIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS: DE POLÍTICA PÚBLICA À OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA.....	81
4.3	NAS PARTICULARIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, A CONSTRUÇÃO RECENTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	97
5	A OPERACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO: ESTUDO SOBRE A SEÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA 10ª REGIÃO MILITAR (SSAS/10).....	104
5.1	ESTRUTURAÇÃO DA SSAS/10RM: PROGRAMAS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	104
5.1.1	Programas.....	104
5.1.1.1	Programa Educar é a Nossa História.....	114
5.1.1.2	Programa de Valorização da Vida (PVV).....	115
5.1.1.3	Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PAPD).....	118
5.1.1.4	Programa de Atendimento Social às Famílias de Militares e	

	Servidores Civis participantes de Missões Especiais (PASFME).....	120
5.1.1.5	Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ).....	125
5.1.1.6	Programa de Apoio Socioeconômico (PASE).....	126
5.1.1.7	Programa de Preparação para a Reserva (PPREB).....	128
5.1.2	Serviços	131
5.1.2.1	Hotel de Trânsito e Áreas de Lazer (HT/AL).....	131
5.1.2.2	Balcão de Talentos.....	133
5.1.2.3	Casa de Apoio da Família Militar.....	133
5.1.2.4	Atendimento Socioassistencial.....	134
5.1.3	Benefícios	136
5.1.3.1	Auxílio Funeral.....	136
5.1.3.2	Auxílio Emergencial Financeiro (AEF).....	138
5.1.3.3	Convênio CONFENEN-MD.....	140
5.1.3.4	Assistência a Portadores de Necessidades Educativas Especiais (NE Esp).....	141
5.2	AVANÇOS E DESAFIOS VIVIDOS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DA SSAS/10.....	143
5.3	SIGNIFICAÇÕES E VIVÊNCIAS DE USUÁRIOS (AS).....	152
5.4	AVANÇOS E POSSIBILIDADES: PARA ONDE ESTAMOS CAMINHANDO?.....	157
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	164
	APÊNDICES	175
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (MEMÓRIA / GESTORES NACIONAIS).....	176
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (MEMÓRIA/ GESTORES LOCAIS),.....	177
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA (TÉCNICAS SSAS).....	178
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA (USUÁRIOS).....	179
	APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	180

1 INTRODUÇÃO

Nesse primeiro contato do leitor com esse trabalho, informamos que as sessões foram escritas na primeira pessoa do plural. Esta escolha foi no intuito de coletivizar o trabalho que não foi construído somente por uma pessoa, mas por todos (as) que labutaram cotidianamente e contribuíram com seus relatos e vivências, enriquecendo a pesquisa.

O curso de graduação em Serviço Social (2004-2009) possibilitou nossa inserção em diversos espaços de trabalho que lidavam com o sofrimento, a desproteção social e as violações de direitos. Espaços em que o Estado intervia nas demandas dos (as) sujeitos (as) em situações de vulnerabilidade e risco social. Após formada, a assistência social foi a política pública em que trabalhei em todos os espaços que ocupei. Portanto, a pobreza¹ estava muito presente no contexto do público-alvo atendido, pessoas em condições precárias de habitação, saúde, educação e de provisão dos mínimos sociais².

Trabalhar no Exército Brasileiro, como assistente social, na área da assistência social, conduziu o nosso olhar para um público específico que, de forma geral, não estava contemplado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), todavia apresentava demandas de proteção social que careciam ser atendidas.

O movimento investigativo sobre a Assistência Social do Exército, no âmbito da 10ª Região Militar, iniciou com a nossa inscrição no processo seletivo do cargo que ocupamos atualmente, oficial técnica temporária de serviço social do Exército. Espaço socioocupacional nunca estudado por nós na academia, portanto, um grande desafio para compreender, interpretar e analisar, e tão rico quanto o nosso processo de adaptação à instituição e à cultura militar. Uma nova identidade, com costumes, comportamentos, linguagens, rituais, modo de vida e legislações distintas do meio civil.

¹ Segundo Maria Ozanira da Silva e Silva (2010), a pobreza é um fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não a participação social e política.

² Para Sposati (1997, p.10) "propor mínimos sociais é estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir para todos os seus cidadãos. Trata-se de definir o patamar de dignidade abaixo do qual nenhum cidadão deveria estar".

O Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPP) da UECE oportunizou unificar nosso desejo de fazer uma pós-graduação *stricto sensu* e apreender, de forma mais profunda, o espaço socioocupacional que estamos inseridas, onde identifiquei o meu objeto de estudo, e assim, proporcionou a possibilidade de contribuir na gestão e nos serviços oferecidos aos usuários.

Para consumir esses desejos, tivemos que adaptar a nossa intensa rotina, que inicia com os primeiros raios de sol em que nos preparamos, bem cedo, para passar o dia fora, ou até mesmo dormir no quartel. Percorro 35 km para chegar ao trabalho. Realizo atividade física pela manhã, banho rápido no alojamento, e corro para a Sessão do Serviço de Assistência Social (SSAS), para o início do expediente, que tem hora para começar, mas não para terminar. Incorporar as aulas noturnas do mestrado a essa rotina, retornando para casa, praticamente, às 23h00min diariamente, e ainda assim estudar as disciplinas e pesquisar nosso objeto exigiu grandes esforços.

O desafio de enfrentar o cansaço diário, pesquisar um tema pouco explorado academicamente, decifrar os limites do nosso local de trabalho, estudar uma instituição fechada, de segurança nacional, foi o que mais nos impulsionou, mas também foi o que mais nos desestimulou nessa empreitada.

Entre paixões e desilusões, corporificou-se esse texto dissertativo, dividido em cinco sessões e considerações finais, que reúnem experiências, saberes e muito esforço em conduzir e aproximar nossas leituras, sentimentos e o olhar dos (as) sujeitos (as) que participaram ativamente desse processo.

Esta dissertação encontra-se estruturada em cinco sessões. A primeira sessão é essa breve apresentação do que o leitor vai se deparar. Na segunda sessão, trazemos a descrição da nossa aproximação com o tema, o objeto de estudo, a justificativa, a relevância e nossa experiência pessoal, profissional e acadêmica, sobre o objeto estudado e suas peculiaridades, explicitando o objetivo geral e os específicos, assim como os caminhos percorridos para chegar até eles. Descrevemos o lócus da pesquisa, o que permite visualizar esse espaço tão desconhecido para muitas pessoas e, por fim, as trilhas metodológicas exploradas para apreensão do real e trabalhar os dados coletados.

A terceira sessão intitulada, Assistência Social no Brasil contemporâneo: Parâmetros para a construção da Assistência Social no Exército, aborda o contexto social, político e econômico do Brasil que levaram à (re) construção da Assistência

Social, desde movimentos civis e militares que impactaram nas ações políticas e governamentais às Constituições Federais e normatizações que receberam influências locais e internacionais. O conceito de cidadania, proteção social e direitos socioassistenciais também foram abordados, na tentativa de apreender como os (as) sujeitos (as) dessa política foram/são compreendidos e fazendo sempre a ligação do meio civil com o meio militar.

Com base no que ocorria no contexto nacional, tornou-se possível adentrar no contexto das Forças Armadas, explorada na quarta sessão, com o entendimento de Proteção Social Militar, sua constituição, seus recursos e legislações, apresentando as Forças Singulares, Marinha, Aeronáutica e Exército, mas aprofundando as peculiaridades da Força Terrestre (Exército).

O espaço institucional e os (as) sujeitos (as) que o compõem foram abordados para a melhor compreensão do surgimento do Ministério da Defesa, da estrutura organizacional e das demandas desses (as) sujeitos (as). Os encontros e debates para a construção da Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA) e do Sistema de Assistência Social do Exército também foram descritos, assim como a reconfiguração da PASFA enquanto Objetivo Setorial de Defesa (OSD)³.

Continuando o movimento de apresentação e análise, do macro para o micro, chegamos à quinta sessão, a delinear a operacionalização dessa Assistência Social no Exército, com o foco no estudo da Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar. Aqui são descritos os programas, serviços e benefícios executados, sua estruturação desde sua criação e o olhar dos (as) sujeitos (as) que a compõem ou compuseram e os (as) beneficiados (as) por seus serviços. Apesar das falas dos (as) interlocutores (as) estarem presentes em vários momentos do texto, na tessitura teórico-empírica indispensável, é nessa sessão que elas são mais evidenciadas, pois é nesse lócus que a pesquisa pretendeu se deter.

Considero essa sessão o ápice da pesquisa, composta pela riqueza das contribuições dos (as) sujeitos (as), que não só explanaram as experiências com os serviços prestados pela SSAS/10, mas relataram desafios, avanços e possibilidades de um campo tão complexo e interventivo como a Assistência Social.

³ Os OSD traduzem as principais metas do Ministério da Defesa concernentes às suas diversas áreas de atuação, visando ao cumprimento da Missão e ao alcance da Visão de Futuro da Instituição (Política Setorial de Defesa, Portaria Normativa nº 2.624/MD, 7 de dezembro de 2015).

Por fim, respiramos profundo e redigimos as considerações finais, arrematando os percursos trilhados e analisando as informações coletadas, o dito e o não dito, o vivido e as percepções de quem viveu, na tentativa de responder aos questionamentos que nos levaram a traçar esse caminho e a proporcionar ao leitor uma viagem curiosa e desafiadora, como foi para nós.

2 OBJETO E METODOLOGIA

Esse texto tematiza sobre a Assistência Social no Exército Brasileiro, com foco na Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10), a partir da ótica dos (as) sujeitos (as), no período de 2017 e 2018. Para compreender a assistência social do Exército, temos que situá-la no tempo e no espaço, percorrendo a trajetória da assistência social no Brasil e as suas particularidades no âmbito das Forças Armadas, e especificamente do Exército Brasileiro.

Vislumbramos apreender tais noções a partir das normativas regulatórias da Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA) que, recentemente foi revogada e convertida em um dos objetivos setoriais da Política Setorial de Defesa (PSD)⁴. Buscamos compreender, por um lado, as significações dos (as) profissionais que participaram ou participam da construção e implementação da Assistência Social no Exército e do público-alvo⁵ dos serviços de assistência social da 10ªRM, sobre a Assistência Social do Exército e seu processo de materialização na Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10), através de suas experiências.

O mencionado estudo oportunizou apontar os avanços, desafios, limites, dilemas e possibilidades da Assistência Social do Exército Brasileiro, para analisar este campo da política em processo de implementação e reconfiguração, assim como possíveis contribuições com o seu aperfeiçoamento.

Assim, buscamos relatar a nossa aproximação com o objeto de estudo e as experiências que suscitaram a escolha da temática em tela. A partir desse primeiro contato, o objeto será problematizado, contextualizando-o no cenário nacional e local, o qual ganha uma narrativa descritiva que permite ao leitor aproximar-se, conosco, do lócus da pesquisa. Posteriormente, abordaremos as trilhas metodológicas, caminho realizado através de pesquisas, entrevistas e observação participante que conduziram a análise do objeto.

⁴ Ver sobre a Política Setorial de Defesa na sessão IV.

⁵ Público-alvo é a nomenclatura utilizada pelas normatizações no campo da assistência social do Exército Brasileiro para referenciar os usuários, a saber: militares, servidores civis ativos, e inativos, seus dependentes e pensionistas.

2.1 A PESQUISADORA E O TEMA DE ESTUDO

No ano de 2014, participamos do processo seletivo para concorrer a uma vaga de Assistente Social no Exército Brasileiro. Até então, desconhecíamos esse espaço socioocupacional do Serviço Social. Sentimo-nos instigadas pela remuneração oferecida e pelo desafio de adentrar em um contexto tão inusitado, que remetia às contradições com o projeto ético-político profissional⁶ e com os movimentos sociais, universo que vivenciamos durante toda a nossa formação acadêmica em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Nosso pai foi professor de matemática do Colégio Militar de Fortaleza por mais de vinte e cinco anos. Ingressou por meio de concurso público e aposentou-se como servidor civil dessa instituição. Nosso irmão mais velho foi aluno desse colégio e tivemos algumas oportunidades de experienciar a dinâmica institucional durante a infância, quando nosso pai nos levava para a sala de aula e para algumas solenidades militares.

Confessamos que nunca imaginamos retornar a esta instituição como militar, no posto de tenente e assistente social, para contribuir com a implementação da Política de Assistência Social. Após o processo seletivo, que consistia em análise de currículo, entrevista, inspeção de saúde e teste de aptidão física, ingressaram três assistentes sociais, uma psicóloga, profissionais das áreas de engenharia, enfermagem, odontologia, informática, dentre outras.

Antes de iniciarmos as atividades laborais, para as quais esses (as) profissionais foram contratados (as), todos (as) nós passamos pelo Estágio de Serviço Técnico (EST), com duração de doze meses e dividido em duas fases: a primeira, denominada de “instrução técnico militar”, realizada em uma Organização Militar (OM)⁷ operacional; e a segunda, destinada à aplicação dos conhecimentos

⁶ O Projeto Profissional do Serviço Social está ligado ao processo de democratização da sociedade brasileira e ao rompimento com as bases tradicionais da profissão. Tem como base de sua materialização, o Código de Ética de 1993, vinculado a um projeto de transformação da sociedade em prol da classe trabalhadora. No espaço das Forças Armadas, baseado na hierarquia e disciplina, pode trazer condicionantes ao nosso projeto profissional, que pode ser observado pelas condições do assistente social, como trabalhador assalariado, na contemporaneidade. “Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p.17).

⁷ Unidade militar do Exército que compõe a estrutura administrativa e operacional.

técnico-profissionais, exercendo a função de assistentes sociais, nas OM para as quais fomos convocados (as).

A primeira fase teve duração de 45 (quarenta e cinco) dias para adaptação às normas e aos procedimentos militares, como: instruções de tiro diurno e noturno, manuseio do armamento, orientação através bússola, camuflagem, transposição de obstáculos, ordem unida⁸, montagem de barraca militar de campanha⁹, sobrevivência na selva, primeiros socorros, além das legislações militares e sobre a cultura militar¹⁰.

A segunda fase concerne à realização da atividade fim do profissional contratado, com o adicional das atividades inerentes ao militar das Forças Armadas. Estas estão relacionadas ao desempenho de funções compatíveis ao grau hierárquico, em regime de escalas, tais como: oficial de dia¹¹; formatura¹²; recepção e representação em eventos; exame de contracheque¹³; sindicância¹⁴; processo

⁸ Atividade militar, presente desde as primeiras formações de homens para a guerra, que “se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruídos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra” (Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000, que aprova o Manual de campanha C 22-5- Ordem Unida, 3ª edição, 2000).

⁹ Barraca de lona utilizada pelas Forças Armadas em manobras e acampamentos.

¹⁰ Chamamos aqui de cultura militar o que alguns autores também chamam de “espírito militar”, “identidade militar” e “*habitus* militar”. Celso Castro (1990) escreveu uma obra antropológica sobre a construção da identidade social do militar ou espírito militar, em que um civil ao adentrar em uma escola de formação militar apreende uma série de ritos, valores, atitudes e comportamentos que se estendem para além das fronteiras do quartel, abarcando a vida pessoal. Moreira (2015) discute o *habitus* militar e reforça que “Homens ou mulheres, ao ingressarem em uma instituição castrense, tornam-se herdeiros de um conjunto simbólico identificador da instituição composto por práticas e discursos, expressos em cerimônias, símbolos, rituais e no dia a dia institucional. A instituição precisa ter mecanismos que possibilitem esse processo de assimilação da herança construída.” (Moreira, 2015, p. 52).

¹¹ Oficial de dia: Representa um serviço de 24h, armado, no interior do quartel, com a função de assegurar o cumprimento de ordens da unidade e a segurança. Fora do horário do expediente representa o Comandante da unidade. Possui suas atividades descritas no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG).

¹² A formatura é uma solenidade com o perfilamento de militares, que pode ter objetivos diversos, como a conferência diária do efetivo, repassar informações, comemorações, recebimento de autoridades, treinamento, conclusão de cursos e outras situações que demandem a reunião de militares. Diversos regulamentos especificam como proceder nas formaturas, como o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, aprovado pela Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009.

¹³ É uma comissão que analisa, mensalmente, os contracheques dos militares e servidores civis para identificar possíveis erros na atividade de pagamento do pessoal, considerando a legislação e os fatos geradores de direitos e obrigações, referentes a remuneração. (Portaria nº 02-SEF, de 03 de fevereiro de 2014).

¹⁴ Diligências para apurar fatos ou erros administrativos.

administrativo; escrivão de Inquérito Policial Militar (IPM)¹⁵; comissão do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx)¹⁶; fiscal de contrato¹⁷; fiscal de provas de concurso público e qualquer outra atividade que o Comando¹⁸ entenda como necessária. Configuram-se em atividades ditas administrativas, de extrema responsabilidade, as quais demandam tempo e conhecimentos específicos, de legislações e administração pública, dos (as) militares envolvidos (as).

Vale ressaltar, que somos profissionais inseridos (as) em um regime de contrato temporário, de duração anual, possível de ser renovado até o prazo máximo de 08 (oito) anos, não gerando nenhum vínculo empregatício após o término de tal período, evitando a estabilidade, adquirida após 10 (dez) anos de serviço público. Para a renovação desse contrato é necessário, além do interesse do (a) militar e da instituição, a obtenção de índices satisfatórios, estipulados nas legislações específicas, no conceito do chefe¹⁹, no Teste de Aptidão Física (TAF)²⁰ e no Teste de Aptidão de Tiro (TAT)²¹.

Ingressamos como militares, no quadro de oficiais, no posto de tenente, portanto, estamos submetidas, hierarquicamente, não só ao nosso empregador, mas a todos os (as) militares com o posto acima. Passamos a ter as ações reguladas pelas legislações militares, como o Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980; o Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969; e os regulamentos internos.

Passamos pela primeira fase na 10ª Companhia de Guardas, situada à Av. Luciano Carneiro, nº 840, hoje denominada 16ª Companhia de Polícia do

¹⁵ As sindicâncias, os processos administrativos e os IPM são procedimentos investigatórios para apurar fatos de interesse da administração militar, como irregularidades no serviço, punição de faltas graves do servidor e crime militar respectivamente, previstos na Portaria nº 013, de 14 de janeiro de 2013.

¹⁶ Comissão para apurar se o indivíduo tem direito a ser amparado pelo FUSEx, plano de saúde do Exército, com a co-participação de 20% do usuário. Prevista na Portaria nº 163-DGP, de 09 de junho de 2009.

¹⁷ Fiscal de contrato é o agente, representante da Administração Pública, responsável em fiscalizar a execução contratual das empresas que possuem algum tipo de contrato com a instituição.

¹⁸ O Comando se refere aos militares, de altas patentes, que estão exercendo cargos de comandantes de organizações militares, desde o Comandante geral do Exército ao Comandante de OM.

¹⁹ Avalia o desempenho do (a) militar em diversas áreas, como: dedicação, disciplina, decisão, iniciativa, responsabilidade, apresentação individual e entre outras.

²⁰ O TAF estabelece padrões de desempenho físico individual, de acordo com a idade. Realizado três vezes ao ano com a execução de corrida em 12 minutos, flexão de braços e abdominal supra.

²¹ O TAT é realizado uma vez ao ano para avaliar a habilidade do (a) militar com o uso da arma. Normalmente são 15 tiros, com tempo determinado, nas posições em pé, de joelho e deitado. No mínimo deve-se acertar 10 tiros no alvo.

Exército. Recebemos instruções sobre a rotina da caserna e legislações, realização de atividades físicas e ordem unida, e a vivência de três dias no campo, o qual exige preparo físico e psicológico. Somente após essa imersão na cultura e no treinamento militar, fomos designadas, junto com as outras duas assistentes sociais e uma psicóloga, para compor a equipe da Seção de Assistência Social (SAS)²² da 10ª Região Militar²³.

No primeiro momento, não sabíamos o que a instituição demandava do profissional de Serviço Social. Desconhecíamos as atividades desenvolvidas e a política pública de referência, o que nos pareceu ter corroborado, inicialmente, com a ausência de propostas de intervenção profissional. Pesquisamos em endereços eletrônicos institucionais e artigos científicos sobre o tema, porém não obtivemos êxito.

O repasse das atividades executadas pela Seção, às profissionais recém-chegadas, foi realizado no decorrer do tempo, pelo chefe, que priorizou os auxílios e benefícios concedidos, pois representava o maior volume de trabalho da Seção. A assistência social enquanto política pública era desconhecida por seus membros à época de 2014.

A SAS dividia o espaço físico com a Seção de Saúde Regional (SSR) e a Seção do Fundo de Saúde do Exército, que outrora era coadunada com a SAS²⁴. Um local de dimensões reduzidas e desprovido de infra-estrutura adequada para receber o quantitativo de profissionais que trabalhavam ali, perfazendo um total de 16 (dezesesseis) pessoas, sobretudo, para realizar atendimentos técnicos. Esta situação foi modificada em 2015, período em que a SAS fora realocada para uma sala exclusiva e com espaço para acolhimento. No entanto, ainda não era adequada para a realização dos atendimentos de usuários (as)²⁵.

²² Anteriormente, tal seção era composta por 01 (um) coronel da reserva, inserido na modalidade de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), modalidade de contrato de trabalho destinada a aumentar a flexibilidade do sistema de pessoal, em caráter transitório, com a contratação de militares inativos para exercerem determinadas atividades; 01 (uma) assistente social, recém-transferida do Hospital Militar de outra Região Militar; e 01 (uma) sargento técnica temporária em Recursos Humanos e outro sargento técnico temporário em Contabilidade.

²³ O Exército Brasileiro divide o território nacional em 08 (oito) Comandos Militares de Área (Comando Militar da Amazônia, do Nordeste, do Norte, do Leste, do Oeste, do Planalto, do Sul e do Sudeste) e em 12 (doze) Regiões Militares. A 10ª Região Militar (RM) engloba os Estados do Ceará e Piauí e faz parte do Comando Militar do Nordeste (CMNE), o qual contempla também a 6ª RM (Estados da Bahia e Sergipe) e a 7ª RM (Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas).

²⁴ SAS/FUSEx – assistência social e saúde agregadas, até o ano de 2013.

²⁵ Usuários (as), nomenclatura também será utilizada para nos referirmos ao público-alvo.

As descobertas sobre a Assistência Social no Exército, inicialmente referenciada como Política Pública, munida de diretrizes e Programas socioassistenciais, ainda não regulamentados, foram, ao mesmo tempo, percebidas por todos (as) os (as) profissionais da equipe, inclusive pelos (as) que já atuavam na Seção.

Nos anos seguintes, sucederam encontros nacionais e consultas sobre as normatizações dos programas socioassistenciais e da seção²⁶, que até então não era regulada. Portanto, participamos do processo de discussão e construção dos programas e do funcionamento da SAS desde 2015.

A atuação nesse processo, como sujeitas, gerou a necessidade de nos apropriarmos do tema, para intervir com competência profissional²⁷. A Assistência Social das Forças Armadas é pouco conhecida pela academia, pois é desenvolvida em um espaço de acesso restrito, das instituições militares, e atende a um público específico, os (as) militares e seus familiares.

A relevância e a inediticidade do tema, a parca produção teórica e o cotidiano do trabalho profissional foram elementos que suscitaram nosso interesse em pesquisar a Assistência Social do Exército Brasileiro, em especial na Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar, na qual experienciamos sua implementação e trabalhamos enquanto assistentes sociais. Justificamos a escolha deste locus investigativo por constituir-se em seção pioneira na implantação da Assistência Social no EB, recebendo, nos últimos dois anos, visitas técnicas de 10 (dez) das 11(onze) SSAS de todo o território brasileiro, que buscavam compreender como se configurava o trabalho da SSAS/10. Por esse mesmo motivo foi escolhida para sediar o II Seminário de Assistência Social do Exército Brasileiro, em 2018.

A oportunidade em construir e sistematizar esses conhecimentos, através do desenvolvimento de uma pesquisa social, foi nossa aprovação no Mestrado

²⁶ A Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), órgão técnico-normativo, realizou diversos encontros e consultas durante os anos de 2015 a 2018, com a participação de representantes das 12 (doze) SSAS para trocar experiências e construir as Instruções Gerais e Reguladoras dos Programas socioassistenciais estabelecidos pela PASFA e da estruturação do Sistema de Assistência Social do Exército.

²⁷ As competências profissionais e as atribuições privativas do assistente social estão estabelecidas nos artigos 4º e 5º, da Lei de Regulamentação da profissão, como implantar, planejar e avaliar políticas sociais e analisadas por autoras como Iamamoto e Guerra que consideram como a “capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (Iamamoto, In: CFESS, 2012, p. 37) e a articulação entre conhecimentos, atitudes e habilidades, na perspectiva da instrumentalidade do serviço social, a qual constitui a razão de ser do profissional em sua dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP) da Universidade Estadual do Ceará. Esta inserção tem nos possibilitado aguçar o olhar enquanto pesquisadoras em nosso cotidiano profissional e perceber as demandas socioassistenciais e profissionais a serem respondidas, abastecidas do arcabouço teórico basilar para compreender as expressões da questão social²⁸ materializadas no campo militar.

2.2 O OBJETO DE ESTUDO

Como dizia o poeta Manoel de Barros, em seu livro “Meu quintal é maior do que o mundo”: “eu tenho um ermo enorme dentro do olho” (2015, p.15). Logo, para conduzir nosso olhar ao objeto da pesquisa, as disciplinas do Mestrado foram pertinentes, articuladas à orientação e à nossa inserção no campo empírico, sendo este nosso lócus de trabalho profissional e de investigação acadêmica.

Nosso foco investigativo incide na Assistência Social do Exército Brasileiro, sua implementação e configuração específica na Seção do Serviço de Assistência Social, e a pergunta de partida a ser respondida é: como os (as) sujeitos (as) da assistência social do EB percebem a sua materialização? Portanto, construímos como objetivo geral: analisar a implantação e configuração da Assistência Social do Exército Brasileiro, particularmente a experiência da Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar, situada em Fortaleza-Ceará, a considerar os anos de 2017 e 2018, a partir da ótica dos (as) sujeitos (as), profissionais e usuários (as) envolvidos (as) na implementação da SSAS/10.

No intuito de atingir esse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar as particularidades da Política de Assistência Social no Exército Brasileiro e na Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar; apreender as ações socioassistenciais do Exército Brasileiro, realizadas pela Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar; compreender a (re) configuração da Política de Assistência Social das Forças Armadas e suas significações de assistência social, cidadania e direito socioassistencial; e interpretar as percepções dos (as) profissionais e usuários (as) sobre a Assistência Social do

²⁸ Questão social aqui entendida como expressão das “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2008, p.160).

Exército. Desta feita, buscamos apontar avanços, desafios, limites, dilemas e possibilidades da Assistência Social do Exército, nestes anos 2000.

Nesse contexto, compreendemos que a assistência social, enquanto Política Pública brasileira, deve ser sociohistoricamente situada, no intuito de esclarecer sua trajetória e como está sendo operacionalizada, diante das contradições, tensionamentos, correlações de forças e disputas estabelecidas nos âmbitos político, econômico, social, cultura e institucional.

A proteção social teve pouca efetividade durante a história brasileira, subordinada, via de regra, aos interesses econômicos e políticos das elites. A trajetória da Assistência Social foi, segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2010):

apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p.33).

Com a promulgação da Constituição de 1988, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2005), instituiu-se, em termos jurídico- políticos, uma nova abordagem da assistência social, consolidada enquanto “direito do cidadão e dever do Estado”, inscrita no tripé da Seguridade Social brasileira.

Configurou-se, assim, como política pública, com diretrizes, provisão de recursos orçamentários e responsabilidade pública atribuída ao Estado para atender determinados segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e riscos sociais²⁹. No entanto, constitui-se em um campo de disputas, no qual os direitos duramente conquistados, como produto histórico construído pelas lutas da classe trabalhadora, no desígnio do atendimento de suas necessidades, encontraram-se tensionados a retroagir para a mera acomodação e controle de conflitos, com ações pontuais, superficiais e com a contração do financiamento público e a transferência das responsabilidades estatais para os setores privados. Características do fortalecimento do projeto neoliberal³⁰, fortalecido no governo do ex-presidente

²⁹ Ver na Sessão III.

³⁰ Para Montaño (2002, p. 11, 12), o projeto neoliberal confecciona uma nova modalidade de resposta à questão social, “a resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do

Fernando Henrique Cardoso, o qual privilegiou a reconstituição do mercado em detrimento da intervenção social do Estado.

De 2003 a agosto de 2016 estávamos sob o poder de um governo de coalizão de centro-esquerda, os governos petistas de Lula/ Dilma. Até meados do segundo governo Lula, o país, emergente na financeirização da economia, seguiu a política macroeconômica de ajustes e apostou nos programas de transferência de renda, injetando recursos para um grande mercado consumidor, retirando milhões de pessoas da condição de extrema pobreza, conhecido como modelo de crescimento com inclusão. No segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma, devido à crise do neoliberalismo, protagonizou um projeto alternativo de desenvolvimento denominado de neodesenvolvimentismo³¹, um Estado que mantém as políticas de ajustes e de intervenções, com o objetivo de atender o mercado e impulsionar a economia do país. É no primeiro governo Dilma que as estratégias da política econômica são modificadas, criando instabilidade política e explosão de movimentos populares, tendo como pano de fundo a redução do crescimento econômico e o aumento da inflação.

Desgastado em seus últimos anos, por escândalos de corrupção envolvendo a classe política e pela queda da economia brasileira, a crise do modelo então vigente abriu o espaço para a tomada do poder interino do então vice-presidente, Michel Temer, o qual assumiu com propostas de ajuste fiscal e aumento da rentabilidade do capital.

Até chegar ao então presidente, Michel Temer, o país passou por diversas transformações na Administração Pública Federal, como aponta o Boletim de Análise Político-Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017).

O período do chamado neodesenvolvimentismo, dos governos petistas no Brasil, caracterizado por Cardoso Jr (2017), como período de profundas transformações no Estado nacional, foi analisado pela pesquisa do IPEA “Política e Planejamento no Brasil Contemporâneo”. Essa pesquisa tenta fazer uma radiografia institucional do setor público, identificando avanços e obstáculos através de uma

cidadão, e torna-se, sob a égide neoliberal, uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de carecimentos, o “cidadão-pobre”.

³¹ Para Alves (2013), o neodesenvolvimentismo é um novo projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo e surge com governos pós-neoliberais centrados no crescimento da economia com distribuição de renda e aumento do gasto público, uma reorganização do capitalismo sem aboli-lo.

matriz que cruza informações de setores como política social e defesa nacional³², com dados quantitativos e qualitativos, visando identificar tensões nas políticas públicas, durante os anos de 2003 a 2014. Dentre os avanços e obstáculos identificados, na dimensão da proteção social, direitos e oportunidades, estão: a criação de novos ministérios, secretarias e órgão, a criação de novas carreiras, o uso de conselhos e conferências nos processos participativos, os gastos redistributivos, mas o financiamento regressivo, as políticas constitucionalizadas, com grande heterogeneidade, mas de baixa qualidade, e o conflito entre universalização e privatização. Já na dimensão da soberania, defesa e território, estão: o sistema pouco participativo, muito formalismo e burocratismo, a baixa interatividade entre poderes e a tensão da institucionalização e descontinuidades.

O autor, Cardoso Jr (2017), estabeleceu uma tentativa de síntese e interpretação geral acerca das tensões estruturais das políticas públicas federais brasileiras, e vamos nos deter a essas duas dimensões, Proteção social, direitos e oportunidades, e soberania, defesa e território, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Grandes áreas programáticas de atuação estatal e as suas macrotensões estruturais

Grandes áreas de atuação estatal	Tensão estrutural dominante	Significado geral
Proteção social, direitos e oportunidades	Universalização x privatização	Desde a Constituição Federal de 1988, setores rentáveis das políticas sociais (notadamente: previdência, saúde, educação, cultura, esportes, trabalho e segurança pública) convivem com constrangimentos tecnopolíticos à universalização de fato de seus principais programas, e, paulatinamente, observa-se o crescimento normativo, regulatório e ideológico na provisão dessas políticas sob a égide privada. Por sua vez, as chamadas políticas sociais de nova geração (direitos humanos e de cidadania para públicos e situações específicas), depois de uma fase de institucionalização promissora até 2014, encontram-se material e ideologicamente inibidas.
Soberania, defesa e território	Institucionalização x Descontinuidades	Depois de muitos anos relegadas a níveis secundários de importância, houve – mormente entre 2003 e 2013 – tentativas de melhor institucionalização das áreas e políticas públicas de soberania, defesa e território. Foram tentativas governamentais no sentido de: i) reorientar a diplomacia brasileira rumo a uma postura ativa e altiva no cenário internacional; ii) reequipar as Forças Armadas e atualizar a estratégia e a política nacional de defesa; e iii) reinstaurar instituições, fluxo de recursos, capacidades estatais e governativas, sob o manto de uma nova política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. Não obstante o processo de institucionalização iniciado, a complexidade em si desses temas e áreas de políticas, aliada à baixa primazia que historicamente tiveram e continuaram a ter na conformação das agendas prioritárias dos governos recentes, fazem com que descontinuidades de várias ordens (de diretrizes estratégicas a alocação orçamentária) sejam a regra mais que a exceção nos três casos.

Fonte: Cardoso Jr (2017, p.10).

³² Setores das políticas públicas em que a Assistência Social das Forças Armadas está inserida.

As duas dimensões tiveram avanços nesse período, com normatizações, fortalecimento institucional e investimentos. Outro dado da pesquisa trata da criação de ministérios, mas nenhum militar, e secretarias especiais até 2015, período que chegou a 39 órgãos com *status* ministerial, uma flexibilidade organizacional, que a partir do segundo semestre passou por um processo de extinção de algumas estruturas da Administração Pública Federal. Momento compreendido por Barbosa e Pompeu (2017), a partir de duas hipóteses “a primeira, como respostas à complexificação das atividades do governo, resultante de demandas da sociedade; e a segunda, como consequências de negociações do governo, no âmbito do presidencialismo de coalização³³” (2017, p.14).

Para Avritzer (2016), esse sistema de governo, o presidencialismo de coalizão, fragiliza a qualidade da democracia brasileira e enfrenta uma crise de legitimidade diante as formas de realização de alianças políticas. Esse sistema foi bem caracterizado nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), dando sinais de desgaste no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011- 2016), em decorrência dos seguintes limites:

O primeiro limite se refere aos custos crescentes da fragmentação partidária; o segundo é a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo; e o terceiro a propensão à corrupção gerada pela distribuição destes cargos. (AVRITZER, 2016, p. 4).

O citado autor ressalta que, diante das dificuldades enfrentadas pelo segundo governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2015- 2016), com o distanciamento do Congresso Nacional, os casos de corrupção e o surgimento de uma “nova direita”³⁴, levantando a bandeira da agenda econômica liberal, com ênfase na propriedade privada e no combate à corrupção, favoreceu uma onda de manifestações em 2013, com a grande participação da classe média e de grupos

³³ Esse termo é um conceito criado por Sergio Abranges (1988), que faz uma análise da organização política e caracteriza que o presidente no Brasil para garantir a governabilidade necessita fazer alianças no parlamento. A necessidade de grandes coalizões é para a adaptação das realidades e garantia da representatividade e estabilidade. Apesar das fragilidades do nosso sistema representativo, a origem de nossas mazelas é advinda da “incapacidade de nossas elites em compatibilizar nosso formato institucional com o perfil heterogêneo, plural, diferenciado e desigual de nossa ordem social” (1988, p.21).

³⁴ O autor considera essa nova direita composta de segmentos mais conservadores e que defende uma maior presença dos movimentos religiosos do Estado.

escolarizados, e ganhou força em 2015, com a reivindicação da saída da então presidenta da República, Dilma Rousseff.

Ano em que 14 (quatorze) portarias do Ministério da Defesa foram revogadas, entre elas a da Política e as Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa; Política de Guerra Eletrônica de Defesa; Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) para a Defesa Nacional; Política Cibernética de Defesa; Política de Logística de Defesa; e a Política de Assistência Social das Forças Armadas. A maioria dessas, constituídas nos anos 2000, passaram a compor a Política Setorial de Defesa (PSD), como Objetivo Setorial de Defesa. A PSD deve sofrer atualização quadrienal (2016-2019). Não estão claros os motivos que contribuíram para as (re) configurações dessas políticas.

Essas mudanças estruturais das políticas públicas, na área da defesa nacional, emergiam nesse cenário de crise. A população levantava pautas que perpassavam as políticas de saúde, educação, mobilidade urbana e, principalmente, o enfrentamento da corrupção, associadas ao Partido dos Trabalhadores, desconsiderando a organização do nosso sistema político. Como consequência, foi aprovado, em 2016, no Senado, o *impeachment*, da então presidente Dilma Rousseff, gerando impasses na democracia, levando, ao poder interino, o Vice-Presidente Michel Temer.

O processo de *impeachment* teve sua legitimidade questionada. Para Alba Carvalho (2016), vivenciamos um Golpe de Estado Jurídico-Parlamentar-Midiático, em um contexto de instabilidade e insegurança, com uma agenda ultraliberal conservadora, que visa a redução de direitos em prol do ajuste fiscal.

O objetivo central do então Governo Temer era a aprovação de Reformas³⁵ para equilibrar as contas públicas que, segundo o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, seria através do controle das despesas, das privatizações e do aumento de impostos. As primeiras ações foram as extinções de secretarias especiais, como das Mulheres e Igualdade Racial, e ministérios, como o da cultura e do desenvolvimento agrário.

³⁵ A ideia de Reforma do Estado está pautada pela reestruturação do capital com a retomada das taxas de juros, congelamento do financiamento de políticas públicas e redução de direitos, características que Behring (2003) aponta como contrarreformas do Estado o conjunto de medidas neoliberais e a redução das conquistas democráticas.

Embora os governos petistas, diante da crise capitalista, também tivessem aprovado leis de cortes da Seguridade Social, a delinear contrarreformas, para Castilho *et.al* (2017):

é no governo Temer que se percebe uma aceleração dos desmontes de todo o sistema protetivo do trabalho, como meio de atender aos interesses dos organismos internacionais e dos grandes oligopólios nacionais e internacionais, materializado pelo conjunto de projetos de lei e emendas constitucionais para garantir os compromissos assumidos com o capital financeiro (CASTILHO *et.al*, 2017, p.456)

As estruturas dos governos do Brasil contemporâneo passaram por diversas transformações que afetaram as instituições governamentais. Dados do IPEA (2017) mostram que o Ministério da Defesa (MD), desde sua criação em 1999 até 2013, com seus 14 (quatorze) anos de existência, teve sua estrutura organizacional modificada seis vezes. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), de 2014 a 2016, em 02 (dois) anos, foi modificado quatro vezes. Esses dados indicam dinamismo e flexibilidade dessas estruturas, com menos estabilidade no MDS do que no MD, de acordo com o cenário político, social e econômico nas citadas épocas.

A busca pelo superávit primário impacta profundamente nos direitos e nas políticas sociais conquistadas. Os rebatimentos na seguridade social e, principalmente, na Política de Assistência Social são nítidos com o congelamento dos gastos público por vinte anos³⁶, que vai de encontro às lutas dos movimentos sociais e ao encontro da agenda neoliberal.

Perfazendo os contextos representativos dos governos federais dos últimos trinta anos e o trato destes com relação à Assistência Social, vimos que entre avanços e desafios, a Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA), foi criada em 2006, através da Portaria Normativa nº 1173/MD, subsequente à regulamentação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). No entanto, foi revogada em 2015, pela Portaria Normativa nº 2.624/MD. Tal legislação aprovou a Política Setorial de Defesa, unificando diversas políticas setoriais, transformando-as em áreas temáticas de atuação do Ministério da Defesa, compostas por Objetivos Setoriais de Defesa (OSD), que visam o cumprimento da

³⁶ Ver mais sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 95, que institui o Novo Regime Fiscal na Sessão 03.

Missão do MD, que, segundo a Portaria Normativa nº 1.797, de 25 de novembro de 2010, consiste em:

Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional (BRASIL, 2010).

Dentre os 21 temas transversais da Política Nacional de Defesa estão: Nuclear, Cibernética, Espacial, Inteligência de Defesa, Guerra Eletrônica, Pessoal de Defesa, Ensino de Defesa, Saúde de Defesa, Comunicação Social e Assistência Social. Esta última se vincula ao OSD 21 na Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores civis ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.

Tendo como base essa nova configuração da política, esta pesquisa se propõe a reconstruir a trajetória da Assistência Social no Brasil e compreender sua operacionalização na contemporaneidade para, então, situar a Política de Assistência Social das Forças Armadas, sua construção e recente revogação ao configurá-la em uma área temática de atuação dentro da Política Setorial de Defesa, vinculada ao Ministério da Defesa.

Após esse novo arranjo institucional, em 2016, foi regulamentada a Seção do Serviço de Assistência Social (SSAS)³⁷, setor do Exército Brasileiro ora responsável pela execução da Assistência Social na referida Força Singular.

Nosso campo empírico de pesquisa foi, portanto, a SSAS da 10ª Região Militar. Esta Seção encontra-se composta por uma equipe multiprofissional, com quatro assistentes sociais, uma psicóloga, técnica em recursos humanos e militar combatente, da qual fazemos parte e executamos as ações socioassistenciais, desde meados de 2014. Essa equipe participou do processo de normatização da Assistência Social no Exército Brasileiro.

As particularidades dessa Política e de sua recente reconfiguração vão desde o recorte do público-alvo- militares, servidores civis, pensionistas e dependentes das Forças Armadas-, passando pela identificação das demandas, a construção das alternativas para a tomada de decisão, a operacionalização, o monitoramento e a avaliação.

³⁷ Cada Região Militar conta com uma SSAS, sendo um total de doze Seções no território brasileiro, três na Região Nordeste e uma com sede em Fortaleza, que abrange os Estados do Ceará e Piauí.

A compreensão dos (as) sujeitos (as), profissionais e usuários (as), da assistência social na SSAS da 10ª RM, sobre a operacionalização desta e seu lugar nesse espaço, carregam significados e vivências que são contrastadas com os discursos oficiais, ora consideradas as suas normatizações.

Mergulhar no espaço onde são corporificadas estas significações e práticas nos oportunizou o deciframento da realidade desses (as) sujeitos (as) e seu acesso aos direitos socioassistenciais no Exército Brasileiro. Portanto, vamos nos aproximar desse espaço e de sua representatividade na história da cidade de Fortaleza/CE, de maneira a delinear o lócus empírico desta pesquisa.

2.3 ADENTRANDO O LÓCUS DA PESQUISA

A Seção do Serviço de Assistência Social (SSAS), campo da pesquisa, localiza-se na 10ª Região Militar, situada em uma edificação pública, na metrópole Fortaleza- Ceará, repleta de significações históricas.

Nos referimos ao Forte de Nossa Senhora da Assunção, antigo Forte Schoonemborch, construído pelos holandeses em 1649 às margens do Rio Pajeú, no litoral cearense. À época de sua construção, tinha uma estrutura toda de madeira, em péssimo estado de conservação, sendo reconstruído, em alvenaria, somente em 1812. Abrigava a tropa regular e profissional, permanentemente armada, subordinada ao capitão-mor governador, responsável por combater indígenas, garantir a segurança da vila, escoltar autoridades e efetuar prisões (FARIAS, 2012).

Esse prédio faz parte da identidade desta cidade, de seu processo de ocupação e de construção, sempre ligado às Forças militares. No ano de 1699, foi elaborado o documento de criação da vila do Siará. Porém, houve disputas sobre o local para ser instalado o pelourinho, coluna simbólica que representa a autonomia municipal, entre a fortaleza Nossa Senhora da Assunção, conhecida como Aldeia do Forte, habitada por militares, capitães-mores, governadores e padres; a barra do rio Ceará, denominada Vila Velha, onde foram construídas as primeiras fortificações portuguesas, habitada por indígenas em condições miseráveis; e Aquiraz, na foz do rio Pacoti, onde residiam os senhores de terra, a dita elite local.

Farias (2012) relata que em 27 de junho de 1713, a vila foi instalada em Aquiraz, considerada a primeira capital do Ceará. Em 13 de abril de 1726, a vila foi

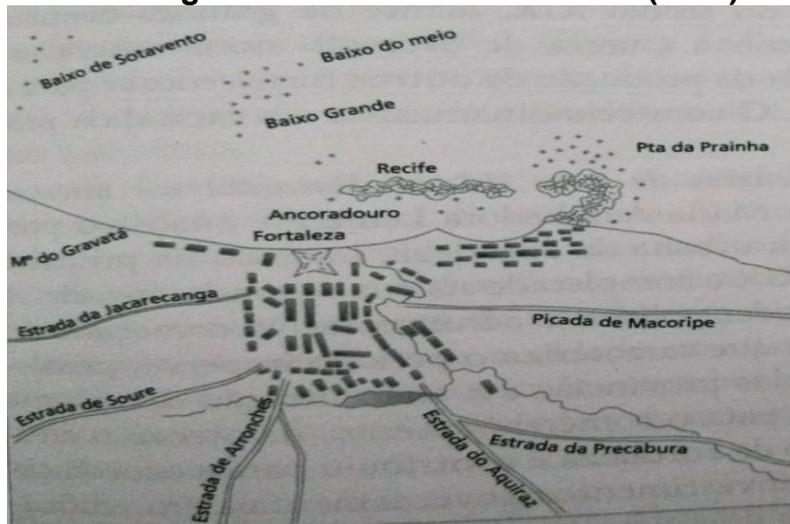
transferida para Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, que deu origem e nome à cidade, pelo capitão-mor Manuel Francês, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da capitania. Esta data passou a ser o aniversário da cidade de Fortaleza.

Fortaleza passou a ser a capital do Ceará, por reunir os elementos de poder, como o Forte, símbolo de autoridade e ordem, e por ser a sede da residência do representante da Coroa, capitão-mor governador. Era considerada uma vila pobre e insignificante economicamente, e é possível imaginar esse período através do olhar do viajante inglês Henri Koster que, em 1810, fez uma viagem a cavalo pelo sertão, caatinga e praia, anotando, em seu diário, as paisagens, as crenças, os costumes e o modo de vida das pessoas, até chegar à Fortaleza. Dessa forma, registrou:

A Vila de Fortaleza do Ceará edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas n'algumas residências, há uma calçada de tijolos diante. Tem três Igrejas, o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns 1.200. A fortaleza, de onde essa vila recebe a denominação. Fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada enterrada no solo, para o lado da Vila. [...] Os edifícios são pequenos e baixos, mas limpos e caiados, e perfeitamente adaptados aos fins a que se propõem. Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência, embora escassamente possa este ser o estado real dessa terra. (KOSTER, 1942 *apud* COSTA, 2007, p.54).

Cenário projetado pelo tenente coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet, o qual além de executar a obra do Forte (1812-1822) e do mercado central (1815), levantou a primeira planta da vila, inspirada no traçado xadrez, dominante nas cidades hispano-americanas, fazendo parte de um plano de expansão da cidade, conforme é possível visualizar abaixo:

Figura 1 - Planta de Silva Paulet (1818).



Fonte: Costa, 2007, p.55.

Podemos identificar o Forte, em formato estrelar de quatro pontas, na planta de Silva Paulet. Esta edificação foi tombada somente em 15 de julho de 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inscrita nos Livros de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico e de Belas Artes.

O forte, em 1942, abrigou a 10ª Região Militar que, no ano de 1993, em homenagem ao primeiro capitão-mor do Ceará, recebeu a denominação histórica de Região Martim Soares Moreno. A 10ª RM é um Quartel General (QG), onde trabalha o militar com o posto mais elevado da Região, General de Divisão³⁸. Até hoje tem sua sede no Sítio Histórico da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, situado no Centro da cidade de Fortaleza- CE. Diariamente, é aberta a visitas guiadas por estudantes de turismo do Instituto Federal do Ceará (IFCE), em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, bem como por soldados preparados para exercer tal função.

Além das muralhas antigas da fortificação, consideradas um Monumento Nacional, outros elementos agregam valor histórico e cultural, como o Museu, com algumas peças e armas antigas; o Panteão do Brigadeiro Sampaio³⁹; a praça com o

³⁸ O posto de General é o mais alto do Exército Brasileiro, em tempos de paz, sendo subdividido do menor para o maior, em General de Brigada, de Divisão e de Exército. O posto de Marechal, o maior posto do oficialato, só é concedido em tempos de guerra.

³⁹ Antônio Sampaio nasceu em 24 de maio de 1810 na cidade de Taboril-Ceará. Alistou-se como praça voluntária em 1830 na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, galgou todos os postos da carreira militar e é o Patrono da Infantaria do Brasil. Participou de diversas guerras travadas pelo Exército como a Tríplice Aliança, Cabanagem, Balaiada e a Batalha de Tuiuti. Esta foi sua última batalha, morto em 1866. O panteão abriga seus restos mortais desde 1996 (disponível no site: www.eb.mil.br).

Monumento em homenagem ao Martim Soares Moreno, 1º Capitão-Mor da Capitania do Ceará e considerado o fundador dos Estados do Ceará e do Maranhão. Neste espaço, segundo alguns historiadores e narrativa popular, ficou presa Bárbara de Alencar⁴⁰. Há ainda a imagem original de madeira de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Fortaleza, herdada dos holandeses. É neste espaço onde funciona a Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª RM, local no qual trabalhamos como assistente social, executando, dentre outras atividades, a Assistência Social do Exército, inserida como objetivo da PSD.

O desenvolvimento da cidade está atrelado à história de ocupação e intervenção dos militares. Civis e militares coabitam os mesmos espaços e transformam os territórios onde passam, são componentes cidadãos ativos. Apesar de parecerem categorias bem distintas, ambos sofrem os impactos das ações realizadas pelo o outro.

O cenário descrito por Koster, em 1942, em sua viagem à Fortaleza sofreu diversas intervenções e hoje encontramos um quadro bem distinto. Fortaleza, como as demais cidades brasileiras, teve como característica o crescimento desordenado, com tendência à aglomeração da população e urbanização, gerando problemáticas relacionadas ao emprego, habitação, transporte, educação, saúde, dentre outras necessidades básicas. Na década de 1970, iniciou-se o processo de verticalização da cidade e descentralização das atividades de comércio e de lazer. Processo que vem se metamorfoseado e hoje temos uma urbanização corporativa, que, segundo Santos (2005) é:

empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais. [...] há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevante desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia, (2005, p.105 e 106).

⁴⁰ Bárbara de Alencar, avó do escritor José de Alencar. Nascida em 11 de fevereiro de 1760, em Exu-Pernambuco, após casar-se, ela se mudou para a cidade de Crato-CE. Foi a primeira presa política do Brasil e primeira republicana nas Américas. Feminista e figura de extrema importância na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador. Faleceu em 1832 no Piauí. O local em que D. Bárbara ficou presa não é consenso, pois, na época, o local apresentado como o cárcere era um paiol que estava em reformas (disponível no site: www.brassildefato.com.br).

Nesse contexto, Fortaleza vem se consolidando como uma metrópole turística. Ao considerar o turismo como mais uma forma de consumo e reprodução do capital, inserida na política econômica global e neoliberal. O consumo não só de produtos, mas das vivências com a população local, do lugar e da cultura. A identidade de um povo, seu artesanato, sua confecção, os artistas locais, a música própria e outros elementos típicos da região são atrativos em um mundo cada vez mais globalizado e padronizado.

Aos redores da Fortaleza Nossa Senhora da Assunção, a reconhecida 10ª Região Militar, desenvolveu-se o comércio local, através de feiras populares, que têm como foco o comércio de confecções. A chamada “feira da madrugada” acontece em frente ao QG e recebe consumidores de todos os lugares do país e turistas estrangeiros, em busca de produtos variados e com preços abaixo do valor de mercado. Movimentação de ambulantes e compradores, a céu aberto, expondo as mercadorias em manequins, no chão e no próprio corpo. A criatividade impera na busca de vender os produtos. Os lugares são demarcados com antecedência. O local dos transeuntes e motoristas é disputado pelos comerciantes. Diariamente, a presença desses personagens faz parte da paisagem, intensificando-se às quintas-feiras e aos sábados. Este fato atrai turistas e visitantes à 10ª RM. Nesses dias, o trânsito fica lento, intenso e com difícil acesso para chegar à 10ª Região Militar. Toda essa movimentação é acompanhada pela janela da Seção, da qual dá visibilidade à dinâmica deste território.

Ao adentrar no quartel, observamos os detalhes da mureta, larga e baixa, dos canhões demonstrativos dispostos próximo ao mastro da bandeira, as guaritas dos soldados e toda a arquitetura antiga das portas e janelas. Na recepção, tem a presença de um militar para orientar e identificar os visitantes. Ao lado, uma guarda com militares em pronto emprego, armados com fuzil e pistola. Esta guarda é composta por soldados, cabos, sargentos e o (a) oficial de dia.

O quartel possui dois pavimentos, sendo o segundo acessado pelas escadas ou pelo elevador, instalado para proporcionar acessibilidade às pessoas com limitações de locomoção. No centro, possui um pátio utilizado para estacionamento e formaturas. Ao redor deste ficam as salas que abrigam as seções administrativas do Comando da 10ª RM, bem como os alojamentos femininos e

masculinos de oficiais, o alojamento feminino das praças⁴¹ e dos servidores civis, assim como a armaria, o posto médico, o consultório da dentista, o rancho⁴² das praças e a capela⁴³.

No pavimento superior, encontramos outras salas administrativas, o rancho dos oficiais, com vista para o mar e para o passeio público; um auditório; o Centro de Operações; a sala do General; um salão de reuniões; e enfim, chegamos à Seção do Serviço de Assistência Social (SSAS). Eis o lócus da nossa pesquisa, espaço no qual trabalhamos e integramos a equipe multiprofissional desta Seção. Nesta SSAS, realizamos atendimentos, reuniões, planejamentos e são guardadas todas as documentações vinculadas à assistência social.

A SSAS é composta por duas salas, com janelas e portas de madeira, que acessam a sacada do prédio, sendo possível observar todo o movimento da rua e do comércio local, assim como os conflitos dos feirantes com a Guarda Municipal de Fortaleza⁴⁴.

Na primeira sala da SSAS, podemos visualizar um espaço de espera para os usuários; e quatro mesas, sendo duas ocupadas por sargentos técnicas em recursos humanos; outra por um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais; e outra pelo chefe da seção, um coronel PTTC. No final dessa primeira sala, do lado esquerdo, possui uma porta de vidro, que acessa a sala técnica, na qual trabalha uma psicóloga e quatro assistentes sociais, dentre as quais nos incluímos.

Esta sala possui outro espaço, reservado aos atendimentos, isolado por uma divisória de Policloreto de Vinila (PVC), que proporciona privacidade visual, mas não isolamento acústico. Portanto, há necessidade de adaptações para a garantia integral do sigilo profissional⁴⁵.

Todos (as) os (as) profissionais desta seção são munidos de computadores, disponibilização de transporte e motorista para visitas domiciliares e

⁴¹ Praças são militares subordinados hierarquicamente, obedecendo em ordem crescente as seguintes graduações (nome utilizado somente para o grupo das praças) no Exército Brasileiro: soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento e subtenente. Exercem função de executores e auxiliares.

⁴² Local onde os militares fazem suas refeições. São fornecidos pela instituição o café da manhã e o almoço para todos os militares e para quem está de serviço 24h, tem direito ao jantar e a ceia.

⁴³ Local onde são ministradas as missas pelo capelão militar às quartas feiras, de 12h 00min às 12h 50min, horário de intervalo do almoço.

⁴⁴ Órgão que faz a segurança dos fiscais da prefeitura que avaliam a legalidade das mercadorias.

⁴⁵ O sigilo profissional está previsto no Capítulo V do Código de Ética do Assistente Social (1993) como direito e dever do profissional de Serviço Social, o qual deverá proteger o usuário, devendo quebrar o sigilo somente em "situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade" (Art. 18).

institucionais e condições estruturais razoáveis para a realização de seus trabalhos. As demandas da seção passam pela chefia, que encaminha o (s) caso (s) para a profissional com maior disponibilidade no momento. Essas demandas podem ocorrer de forma espontânea, em que o militar, servidor civil ou familiar busca a seção por telefone ou pessoalmente para relatar alguma problemática, em busca de orientações, ou chega via Documento Interno do Exército (DIEx)⁴⁶, encaminhado pelo comandante de alguma das Organizações Militares (OM).

A SSAS com essa configuração e situada neste local é recente. Até 2015, não havia espaço para a escuta qualificada e nem mesmo mesas e computadores para todos (as). Desta forma, os atendimentos eram realizados em outros espaços do quartel, cedidos por colegas de trabalho, para termos o mínimo de privacidade e sigilo profissional necessários. Portanto, em caso de demanda espontânea, buscávamos sensibilizar os companheiros para ceder suas salas em prol de uma escuta qualificada e sigilosa.

A configuração atual da seção só foi possível a partir de 2017. Formato que possibilitou aperfeiçoar a execução dos programas, serviços e benefícios⁴⁷ na área da Assistência Social. A SSAS/10 executa 07 (sete) Programas (Programa de Valorização da Vida, Programa de Apoio Socioeconômico, Programa de Preparação para a Reserva, Programa de Prevenção à Dependência Química, Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência, Programa de Atendimento Social às Famílias de Militares e servidores Civis participantes de Missões Especiais, Programa Educar é nossa história); 04 (quatro) Serviços (Gestão dos Hotéis de Trânsito e Áreas de Lazer; Balcão de Talentos; Casa de Apoio da Família Militar; e Atendimento Socioassistencial); e 05 (cinco) Benefícios (Auxílio Funeral; Auxílio Emergencial Financeiro; Auxílio Transporte; Assistência a Portadores de Necessidades Educativas Especiais; e Acordo de Cooperação com Estabelecimentos de Ensino).

Solicitamos recursos anualmente para assegurar o funcionamento da Seção, como a compra de materiais permanentes e de consumo, pagamento de passagem aérea, diárias e contratação de serviços. Estamos priorizando as despesas para a instalação de uma sala de atendimento capaz de proporcionar condições éticas e técnicas do exercício profissional, de acordo com o Código de

⁴⁶ Documento Interno do Exército (DIEx) é uma espécie de ofício para comunicação interna.

⁴⁷ Ver na Seção 02.

Ética do Assistente Social (1993) e a Resolução do CFESS nº 493/2006⁴⁸. Contudo, ainda estamos aguardando o recurso e as condições para a efetivação do pregão⁴⁹.

Até o ano de 2013, a SSAS não possuía assistente social e psicólogo em seu quadro técnico. Neste ano, uma assistente social temporária, esposa de um militar de carreira, veio transferida, acompanhando seu esposo militar, para a 10ª RM. O General Araújo Lima, comandante da 10ª RM à época, em atitude pioneira no Exército, lançou o edital para a contratação de três assistentes sociais e uma psicóloga para somar a equipe da SSAS e fortalecer a assistência social no EB. Até este início de 2019, a 10ª RM conta com um dos maiores números de assistentes sociais, um total de quatro, compondo uma SSAS no território brasileiro. Fato esse que tende a contribuir para o avanço da assistência social na 10ª RM.

Essa seção é o órgão executor do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), que objetiva atender o público-alvo (militares, servidores civis, pensionista e seus dependentes) na área setorial de assistência social, através de serviços, programas e benefícios socioassistenciais. No caso da 10ª Região Militar, envolve os Estados do Ceará e Piauí, com Organizações Militares (OM) nos Municípios/ Guarnições de Fortaleza-CE, Crateús-CE, Teresina-PI e Picos-PI, somando 15 (quinze) OM vinculadas ou subordinadas a esse Grande Comando.

O cotidiano da SSAS/10 é muito dinâmico, as atividades de planejamento, elaboração de intervenções e relatórios; atendimentos e acompanhamentos são disputados com as atividades características de um quartel, como processos administrativos e formaturas. Por se tratar de uma Seção recente no Exército Brasileiro, muitas pessoas desconhecem seus serviços. No entanto, ao relatarem situações de vulnerabilidade e sofrimento acabam sendo conduzidas à SSAS, por meio formal ou informal.

O usuário chega à Seção com a perspectiva de ser atendido em suas demandas, é acolhido, assim que adentra, pelo chefe da seção ou pelas técnicas em

⁴⁸ Essa resolução é de 21 de agosto de 2006 e dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Ela descreve as condições físicas essenciais para a garantia da qualidade do atendimento ao usuário como prevê o art. 2º: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

⁴⁹ Pregão é uma modalidade de solicitação, que considera o menor preço de bens e serviços ofertados pelas empresas cadastradas, através de uma sessão pública, presencial ou eletrônica.

recursos humanos, os quais após uma escuta breve da motivação que o levou até a SSAS, encaminha para a sala das técnicas. A assistente social com maior disponibilidade realiza a escuta qualificada na sala de atendimento e os devidos encaminhamentos.

Todos (as) os (as) militares, independente de função, seção e hierarquia, devem cumprir o cotidiano do quartel, que é pré-estabelecido por normas internas. Por volta das 8h 00min da manhã ocorre o hasteamento da bandeira nacional. Esta solenidade interrompe a entrada de veículos e todos os militares devem ficar em posição de sentido e prestar continência como símbolo de respeito à bandeira. Da mesma forma ocorre às 18h 00min com o arreamento desta.

A rotina no quartel inicia com o Treinamento Físico Militar (TFM)⁵⁰. Atualmente, ocorre de forma descentralizada, cabendo a cada militar desenvolver o seu treinamento de forma livre, entre os horários de 7h 30min às 8h 30min da manhã. Alguns militares optam por correr na Av. Beira Mar ou no passeio público, fazer academia e/ou outras atividades de sua preferência. Às 9h 00min inicia o expediente na seção, com reuniões diárias entre os chefes de escalão⁵¹ e o Comandante da Região. Às sextas-feiras a reunião ocorre com todos os oficiais do quartel, para repasse da agenda da semana seguinte e socialização das atividades, informações e orientações pertinentes. As atividades e horários dependem da decisão do Comandante.

O expediente matutino termina com o toque da corneta às 12h 00min e nos dirigimos ao rancho, local onde é servido o almoço para os militares, não disponíveis aos servidores civis, os quais recebem auxílio alimentação. Em seguida, vamos para o alojamento, onde descansamos durante o intervalo de uma hora do almoço, trocamos experiências e consolidamos amizades com as outras mulheres militares, nos fortalecendo e estimulando a sororidade⁵², em um espaço eminente e historicamente masculino. No entanto, ainda é um espaço apartado pela hierarquia, pois os alojamentos e refeitórios de oficiais e praças são separados.

⁵⁰ Atividade física realizada pelo militar, centralizada ou não, para a manutenção do condicionamento físico, possibilitando suportar com maior eficiência as peculiaridades e exigências da vida militar. Para a realização desta atividade é exigido o uniforme regulamentado.

⁵¹ A estrutura organizacional do quartel é composta pelo General, Chefe do Estado-Maior, Chefes de Escalão (Pessoal, Logístico e Administrativo, os quais englobam as seções), Chefes de seção, adjuntos e auxiliares de seção.

⁵² União entre as mulheres, baseada no companheirismo e na empatia.

As 13h 00min, o corneteiro anuncia o retorno para a seção e às 16h 30min, normalmente, ouvimos o toque da corneta anunciando o fim do expediente. Porém, isso só ocorre com a autorização do Chefe de Estado Maior (ChEM)⁵³, após o pronto do armamento, que é a conferência de todas as armas e munições, bem como o pronto dos itens do museu, conferidos pelo (a) oficial de dia. Caso algum desses itens não seja identificado seu destino, todos os militares ficam aquartelados, aguardando encontrá-lo.

Todos os acontecimentos em um quartel são anunciados através do toque da corneta, como o início e o término de expediente e do almoço; a chegada e a saída do comandante e outras autoridades; o início de uma reunião; o hasteamento e o arreamento da bandeira nacional; a publicação do Boletim Interno⁵⁴, dentre outras situações. É um instrumento de comunicação e orientação em combate, nas formaturas e no dia-a-dia dos militares.

A rotina dos quartéis varia de acordo com o Comandante da unidade militar, que é renovado bienalmente, passando por (re) estruturas de toda a dinâmica cotidiana. Conhecer a dinâmica do quartel, a rotina desses (as) sujeitos (as) e as especificidades do trabalho, possibilita compreender as demandas, as estratégias de intervenção e a justificativa para uma política de assistência social específica no âmbito das Forças Armadas, com foco no Exército Brasileiro.

O percurso dessa pesquisa será conduzido pela proposta teórico-metodológica exposta a seguir, privilegiando as nossas vivências e as dos (as) sujeitos (as) sobre o objeto pesquisado. Será apresentado o conjunto de técnicas utilizadas para a compreensão da realidade, articulando as normativas às experiências vividas.

⁵³ChEM é o coronel mais antigo do quartel general, segundo na hierarquia, abaixo somente do general, que cursou a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), a qual tem a missão de formar líderes e chefes militares que serão assessores de alto nível, através de estudos sobre Defesa e Ciências Militares, estabelecendo parceria com universidades nacionais e estrangeiras, bem como com a sociedade. Equivale ao ensino de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*, com ensino e pesquisa.

⁵⁴ O Boletim Interno é o documento produzido diariamente e publicizado para todos os militares, com todas as ordens superiores, assinado pelo Comandante da unidade. Assuntos classificados como reservados, que constem informações restritas, são publicados em boletim ostensivo, pela segunda seção, responsável por assuntos sigilosos.

2.4 TRILHAS METODOLÓGICAS

Esse estudo tem abordagem de cunho qualitativo, devido à natureza de nosso objeto, voltado à análise da Assistência Social das Forças Armadas, tomando como campo empírico a Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10), do Exército Brasileiro, a partir da ótica dos (as) sujeitos (as).

O fato de lidar com as perspectivas dos (as) sujeitos (as), suas significações e vivências, considerando- os (as) como transformadores (as) do cotidiano que os (as) envolvem e, por conseguinte da história, é que optamos pela pesquisa qualitativa. Afinal, é através desta que podemos alcançar os anseios, os significados, as percepções, as experiências sociais, o modo de vida das pessoas e como essas interagem com o meio. A pesquisa quantitativa não se opõe à qualitativa, elas se complementam e se articulam, pois, “o dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos” (MARTINELLI, 1999, p. 02). Os dados ganham vida com as narrativas dos (as) sujeitos (as).

Os dados quantitativos são utilizados para contribuir na análise qualitativa do problema da pesquisa. Priorizamos a rede de significados do ponto de vista do outro, que imprime profundidade na pesquisa qualitativa. Para Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21, 22):

Reiteramos que o campo da pesquisa escolhido foi a Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10), situada em Fortaleza-CE. Pioneira na contratação de assistentes sociais e psicóloga, na execução das ações socioassistenciais. Apesar da SSAS da 11ª Região Militar, em Brasília, ter sido escolhida pela DCIPAS para ser precursora na Política de Assistência Social no Exército, a SSAS da 10ª RM destacou-se pela composição da equipe e pelo trabalho realizado, como relata um dos interlocutores dessa pesquisa sobre a apresentação feita pelo chefe da seção de assistência social e o Comandante da 10ª RM, de 2013-2014, para todas as regiões do Brasil, a saber:

Foi pioneira, com isso eu fui em 2013 em uma reunião em Brasília, reunião de grandes comandos de pessoal, com o General Etchegoyen. Nós fomos chamados à Brasília e eu fiz uma apresentação do PPREB para os 12 Comandantes de Região Militar e para 9 Generais do DGP. 21 oficiais generais assistiram a apresentação que tínhamos feito aqui, nessa parte aí do PPREB, e também nessa área o Gen Araújo Lima levou bastantes realizações que ele tinha feito já na parte de assistência social (Interlocutor (a) 04).

O lócus dessa pesquisa constitui-se em nosso espaço de trabalho, no qual nos deparamos com a realidade apresentada cotidianamente e com os dados que ela produz. Todavia, neste âmbito da pesquisa científica, necessitamos de instrumentos adequados para coletá-los e analisá-los, essenciais para a construção e deciframento de nosso objeto. Segundo Duarte (2002):

Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos (DUARTE, 2002, p.40).

A escolha do município de Fortaleza-CE, o qual possui 10 (dez) OM⁵⁵, se deu pela facilidade do acesso aos usuários e por agregar o maior número de atendidos pela SSAS, tendo em vista ser a sede da seção. Esta possui uma equipe multiprofissional composta por 04 (quatro) assistentes sociais, 01 (uma) psicóloga, 02 (duas) técnicas em recursos humanos, militares temporárias, e 02 (dois) militares de carreira, combatentes.

Incorporamos, no referido estudo, o nosso olhar e as vivências durante os cinco anos trabalhados, enquanto assistentes sociais dessa área setorial, participando dos processos de (re) construção, o que enriquece essa investigação. Contudo, as percepções dos (as) sujeitos (as), profissionais e beneficiados (as) desta área, nos possibilitou compreender como as ações foram pensadas, executadas e como elas chegam ao seu público-alvo; viabilizou ainda identificar se o que está previsto nas normatizações é alcançado, quais os possíveis avanços e/ou desafios ao longo de sua implementação em âmbito local.

⁵⁵ OM (Organização Militar) no âmbito da 10ªRM: Colégio Militar de Fortaleza (CMF), Hospital Geral de Fortaleza (HGeF), Parque Regional de Manutenção/10 (Pq R Mnt/10), 16ª Companhia de Polícia do Exército (16 Cia PE), 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (10 ICFeX), 52º Centro de Telemática (52CT), 23º Batalhão de Caçadores (23 BC), 10º Depósito de Suprimentos (10 DSup), Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza (BAGF) e 10ª Companhia de Comando (Cia Cmdo/10), além do Quartel General.

Nesse sentido, Martinelli (1999) fundamenta o uso da metodologia qualitativa em três pressupostos: o primeiro é o reconhecimento da singularidade do sujeito, que se revela no discurso e na ação, portanto é necessário ouvi-lo; o segundo é reconhecer a experiência social do sujeito, o seu modo de vida, como os valores, crenças e as práticas sociais cotidianas; já o terceiro é o conhecimento das experiências sociais do sujeito, expresso na cultura.

Os significados e as vivências dos (as) sujeitos (as), privilegiados (as) na narrativa oral, conduzem para a escolha reduzida do número de entrevistados (as), com o intuito de obter mais elementos que envolvem as suas vivências. Logo, possibilita compreender que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (BAPTISTA, 1999, p.04). Dessa forma, optamos por delimitar os (as) interlocutores (as) em 13 (treze) pessoas.

Os interlocutores desta pesquisa foram divididos em quatro grupos. O primeiro é formado por três profissionais inseridos no campo das Forças Armadas, sujeitos (as) partícipes do processo de construção, implementação e operacionalização da reconfigurada Política de Assistência Social das Forças Armadas, responsáveis pela memória nacional. O segundo constitui-se de dois gestores, resgatando a memória local, ex-chefes da SSAS/10. No terceiro grupo incluímos as quatro profissionais da SSAS/10, executoras dos serviços. E, por último, encontram-se os (as) usuários (as) dos serviços, público-alvo da Assistência Social do Exército atendidos pela SSAS/10, nos anos de 2017 e 2018. Foram escolhidos quatro militares, usuários (as) dos programas, serviços e benefícios, com demandas diversas, no intuito de contemplar a heterogeneidade das expressões da questão social abordadas nesta Seção. Totalizamos 13 (treze) interlocutores (as) da pesquisa. As entrevistas tiveram duração média de uma hora, posteriormente foram transcritas e utilizados codinomes para resguardar a identidade dos (as) interlocutores (as).

Os usuários possuem as seguintes características: militares, atendidos pelos programas, serviços e benefícios socioassistenciais desenvolvidos pela SSAS, com permanência de, no mínimo, um ano. Buscamos priorizar a heterogeneidade de inserção dos interlocutores (as) nos programas, serviços e benefícios.

No trabalho de campo em curso, optamos pelo uso da observação participante, com registro em diário de campo, em complementaridade com a entrevista semiestruturada.

O uso da observação participante é “inevitável”, pois o campo deste estudo se trata de nosso cotidiano de trabalho durante cinco anos. E foram a partir das observações diárias, que surgiram os questionamentos sobre a política de assistência social nas Forças Armadas e no Exército Brasileiro, principalmente sua operacionalização na 10ª RM e as percepções de seus (suas) usuários (as). No entanto, essas observações passaram a ser registradas, por meio do diário de campo, onde relatamos as nossas experiências e de outros profissionais da SSAS, as apreensões de práticas, discursos, acontecimentos e as relações presentes naquele lócus de pesquisa. Anotações e reflexões registradas na observação participante, que, para Minayo (2002) consiste em:

um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO, 2002, p. 59-60).

A inserção da pesquisadora no campo empírico da pesquisa propiciou dialogar, criticamente, com a realidade e interagir com os (as) sujeitos (as), facilitando a apreensão do real, saindo da esfera da aparência em busca da essência (estrutura e dinâmica). Mais que um sujeito externo adentrando em um contexto distinto para a pesquisa, nesse caso, somos pesquisadoras sujeitas, que vivenciamos cotidianamente esse campo estudado. No entanto, pode acarretar limitações, devido ao grau de envolvimento com o trabalho e as relações de poder com os (as) usuários (as) entrevistados (as), em especial neste campo militar de viés hierárquico.

Nesse campo não há neutralidade de nossa parte, e sim a busca de distanciamento crítico, pois somos sujeitas cheias de vivências, sentimentos e exprimimos nossas percepções e posicionamentos ético- políticos no decorrer da pesquisa; e nem por parte do objeto, o qual é modificado, constantemente, nas interações entre os (as) sujeitos (as) envolvidos (as).

Importa salientar que são escassos os estudos e documentos sobre a trajetória da política de assistência social no Exército e sua operacionalização na 10ª Região Militar. Portanto, fizemos uso do resgate de memória, ouvindo os militares que chefiaram a seção antes da chegada da equipe técnica e as pessoas que participaram do processo de construção nacional desta política, bem como o resgate de documentos da época. Essas memórias trazem sentidos, sentimentos, silêncios, expressões e assimilações distintas do objeto, que agregam valores e contribuem nas nossas interpretações.

A escolha pela entrevista semiestruturada se deu pelo fato da pesquisa priorizar as percepções dos (as) sujeitos (as) da Assistência Social do Exército, partindo do previsto pelas normatizações, passando pelo olhar do gestor/ executor e chegando aos usuários. De fato, a partir de seus relatos, em processo de coleta via entrevistas semiestruturadas possibilita um:

mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 215).

A diversidade de sujeitos (as) entrevistados (as) foi para tentar apreender como a política foi construída, reconfigurada e operacionalizada, apontando sua realidade na 10ª RM. Devido o recorte, principalmente de gestores, possibilitar o reconhecimento dos (as) interlocutores (as) tivemos o cuidado em manter suas identidades preservadas, considerando que:

Quando uma investigação se inscreve, por exemplo, em um contexto em que o anonimato dos interlocutores precisa ser preservado e estes pertencem a uma comunidade onde sua fala e sua história podem facilmente ser reconhecidas pelos demais, deve-se buscar outros meios para levantamento de material empírico (DUARTE, 2004, p. 215).

Dessa forma, o perfil dos sujeitos, interlocutores da pesquisa, foi traçado nas entrevistas considerando questões como renda, religião, família, formação, tempo de serviço e outros. Devido o espaço pesquisado ser restrito e de poucos profissionais, a descrição trará poucos detalhes, afim de preservar a identidade dos (as) colaboradores (as) da pesquisa.

Sobre a escolha do número de usuários entrevistados, consideramos a escassez dos dados de pessoas atendidas pela SSAS/10. De fato, estes só passaram a ser registrados a partir de 2017, com a solicitação da DCIPAS, através do Relatório de Gestão⁵⁶ anual, ainda assim, de maneira falha, com a subnotificação de algumas informações. O instrumental de registro da seção não prevê o levantamento do perfil desses (as) usuários (as), o que dificultou a escolha dos (as) interlocutores (as).

Os codinomes utilizados para a identificação dos (as) sujeitos (as) foram os numerais, do zero um (01) ao treze (13), e essa numeração foi distribuída aos interlocutores de forma aleatória. Essa escolha foi pensada devido a uma característica dos cursos de formação militar, que é de substituir o nome dos (as) alunos (as) por números, de acordo com a classificação ou até mesmo da idade, estabelecendo a antiguidade⁵⁷ entre estes. Essa e outras peculiaridades do meio militar ao serem apreendidas facilitam a compreensão da cultura e da rotina desses sujeitos.

A construção da entrevista foi realizada a partir de quatro roteiros distintos, abordando temas gerais, para profissionais, assistentes sociais, na área da pesquisa e da gestão das Forças Armadas, que participaram do processo de construção da Política de Assistência Social em escala nacional e estão inseridas em espaços institucionais que debatem e elaboram documentos orientadores da sua execução, para os gestores locais, técnicas da SSAS e usuários.

Iniciamos as entrevistas com os (as) sujeitos (as) escolhidos (as), de acordo com as características expostas anteriormente, com perguntas abertas e fechadas, de forma a propiciar um discurso mais livre, sem perder de vista o objetivo da pesquisa. Realizamos pré-testes para identificar possíveis ajustes, os quais nos levaram a reformular e acrescentar algumas perguntas, que possibilitem aproximação maior com os objetivos desta pesquisa.

Para maior confiabilidade da pesquisa, deixaremos claro, nesse percurso metodológico, a relação entre o material coletado, a literatura utilizada, o objeto da pesquisa e seus resultados alcançados. Tentaremos seguir com cuidado,

⁵⁶ Instrumental de Gestão da DCIPAS, que solicita o número de ações, beneficiados e recursos planejados e executados, além de outras informações dos programas, serviços e benefícios operacionalizados pela SSAS.

⁵⁷ A antiguidade está vinculada a hierarquia e é constituída pela ordenação dentro do posto ou graduação do militar, estabelecendo a precedência dos militares dentro do mesmo grau hierárquico (Lei nº 6.880/80).

preservando a identidade dos interlocutores, os itens abaixo, considerados necessários por Duarte (2004):

a) as razões pelas quais optou-se pelo uso daquele instrumento; b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados; c) número de informantes; d) quadro descritivo dos informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc. e) como se deram as situações de contato (como os entrevistados foram convidados a dar seu depoimento, em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas, como transcorreram etc.); f) roteiro da entrevista (de preferência em anexo) e, g) procedimentos de análise (anexando, no final do texto ou relatório, cópia de uma das transcrições – desde que não haja necessidade de preservar a identidade do informante) (DUARTE, 2004,p.219)..

Outro momento importante da coleta de dados e informações sucedeu durante o II Seminário Nacional de Assistência Social do Exército Brasileiro, ocorrido nos dias 23 a 25 de outubro de 2018, sediado em Fortaleza-CE. De fato, a nossa participação na comissão organizadora deste Seminário, foi de extrema importância para o conhecimento dessa “política” e de sua implementação em todo o território brasileiro. Tal evento contou com a presença dos chefes das 12 (doze) Seções do Serviço de Assistência Social (SSAS) do Exército, que representam todos os Estados brasileiros; da equipe da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), órgão normativo da assistência social no Exército; de uma assistente social, pesquisadora doutora, do Centro de Estudos de Pessoal (CEP); de uma militar assistente social da Força Aérea Brasileira (FAB); e duas militares assistentes sociais da Marinha do Brasil, lotadas no Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS), no Ministério da Defesa (MD).

Os temas apresentados neste Seminário foram: as possíveis contribuições das SSAS na mobilização de tropa para emprego em operações; a condução da Assistência Social na FAB; a Assistência Social nas Forças Armadas: expectativas e desafios; o processo de solicitação de recursos financeiros; os resultados alcançados com a autópsia psicológica; o panorama da Assistência Social do Exército; o Projeto Assistência Social; e as ações socioassistenciais realizadas em 2018 e planejadas para 2019, melhores práticas, oportunidades de melhorias e demandas consideradas urgentes das 12 (doze) SSAS.

A partir dessas explanações, tivemos acesso ao contexto atual da Assistência Social nas Forças Armadas e no Exército Brasileiro, seus limites e

possibilidades, munindo-se do arcabouço dessa política para responder a algumas questões suscitadas nessa pesquisa.

Além do trabalho de campo, realizamos pesquisa documental compreendida como instrumento de suma importância para compreender a política, a partir da análise de portarias, normatizações, folders, processos, relatórios, fotos, sites oficiais, instrumentais e documentos internos, diretamente relacionados ao objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica acompanhou nosso processo investigativo mediante o levantamento e estudo das produções teóricas que contribuam para elucidar as questões postas nesta pesquisa e alcançar seus objetivos propostos. Foram pesquisadas literaturas que abordassem a Política de Assistência Social no Brasil e nas Forças Armadas. Nesta pesquisa consultamos ainda teses, dissertações, monografias, livros, artigos e revistas pertinentes ao tema de estudo. As categorias analíticas centrais e seus principais autores pesquisados foram: Política de Assistência Social, com Sposati e Mota; Assistência Social das Forças Armadas, com Moreira e Lima; Cidadania, com Carvalho e Santos; e Direitos sociais com Telles.

Após o trabalho de campo concluído, transcrevemos os áudios gravados das entrevistas, seguida pelo processo de categorização e análise de conteúdo, que é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo dos documentos, entrevistas, diário de campo e todos os outros instrumentos. Ela é uma interpretação do pesquisador frente aos dados coletados, pois não há neutralidade em pesquisas. É preciso decodificar tudo que envolve o texto, como afirma Moraes (1999), para entender os significados de um texto, é preciso levar o contexto em consideração.

Munidos dos componentes extraídos nessa pesquisa, teremos uma base documental e analítica que podem servir de subsídio para que a equipe multidisciplinar da SSAS e a gestão do Exército possam realizar avaliações da Assistência Social do Exército e suas particularidades na 10ª RM.

A partir da análise da política pública e/ou dos programas sociais é possível identificar os entraves e como as propostas/ objetivos estão sendo executados, evitando o que Rodrigues (2008, p. 13) chama de “discrepância semântica”: “a distância entre os sentidos atribuídos pelos agentes institucionais às políticas formuladas e aqueles percebidos pelos supostos beneficiários”.

Desta forma, convidamos aos (as) leitores (as) a percorrermos juntos (as) esse texto dissertativo, no intuito de despertar para uma área pouco abordada e analisada academicamente, partindo do olhar dos (as) sujeitos (as) dessa história

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PARÂMETROS PARA A CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO

Nessa sessão, abordaremos alguns elementos sociohistóricos e teóricos, que subsidiarão as análises das categorias que alicerçam a pesquisa.

Assim, percorremos a construção da Proteção Social brasileira, com seus avanços e desafios no decorrer da história, levantando a (des) construção da cidadania e dos direitos sociais/ socioassistenciais. Conduzindo para a contemporaneidade como se configuram essas categorias analíticas. Tendo como foco de análise a assistência social.

3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL NA (DES) PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

É necessária a explanação do contexto sociohistórico e político-cultural que levaram à construção da Política Social no Brasil, com ênfase na Política de Assistência Social, para compreender suas interferências, aproximações e especificidades com relação às ações realizadas pelas Forças Armadas em particular pelo Exército Brasileiro no campo de sua proteção social, nos anos 2000.

O surgimento da Política Social no Brasil está diretamente vinculado à sua formação socioeconômica. Uma sociedade de economia voltada para os interesses externos, que utilizava a mão de obra escrava e desenvolvia-se de forma desigual e perversa. Contudo, a substituição pelo trabalho livre e a criação do Estado nacional em 1822, não trouxeram mudanças significativas nas relações de trabalho e não culminaram com a efetivação de direitos do cidadão, devido à ausência de compromisso dos gestores desse Estado, a elite político-econômica, com a população.

O período da colonização brasileira até sua independência tinha como características uma sociedade escravocrata, analfabeta, residentes em áreas rurais, de economia monocultora e latifundiária. O poder do Estado se misturava ao poder dos grandes proprietários, portanto não havia um poder para ser chamado de público, nem sociedade política, nem mesmo cidadãos. Os direitos civis e políticos eram benefícios de poucos e os direitos sociais não eram pautados, ficando a assistência uma incumbência da igreja e de particulares (CARVALHO, 2011).

O século XVIII foi palco de intensas revoltas como a Inconfidência Mineira (1789), Revolta dos Alfaiates (1798) e a Revolta de 1817 em Pernambuco, importantes movimentos sociais contra a opressão e na busca por alguns direitos. Os militares junto com outros sujeitos históricos foram personagens ativos desses movimentos, contribuindo para a formação social do país. Como afirma Carvalho, “guerras são poderosos fatores de criação de identidade.” (2011, p.25).

Podemos perceber que a história das guerras e conflitos brasileiros, que envolviam militares e civis, retrata o processo de exigência e efetivação de direitos e da cidadania. A participação desses segmentos nos principais marcos históricos desvenda o processo de construção da proteção social e das políticas públicas brasileiras.

A independência do país se configurou na dependência da classe dominante local, que apropriou-se do público em prol de seus interesses, uma verdadeira distorção dos ideais liberais suscitados pela Revolução Francesa. A cultura do clientelismo e do favor era instaurada por essa elite que se identificava com a burguesia e alimentava um mercado de exportação de matéria prima e importação de produtos industrializados. Traços que permaneceram no decorrer de nossa história, com a grande participação do agronegócio.

A transição para o capitalismo no Brasil é marcada pelos interesses do setor agroexportador, entranhado de conservadorismo sociocultural e político. Esse cenário não acompanhou o desenvolvimento dos países capitalistas centrais. As lutas da classe operária com a evidência das manifestações da questão social, como o pauperismo, a desigualdade e todas as questões que envolvem o mundo do trabalho nesse período, entraram em cena somente na primeira década do século XX.

A primeira Constituição brasileira, de 1824, regulou os direitos políticos, permitindo o voto de homens com independência econômica, inclusive oficiais militares, excluindo ainda as mulheres e os escravos. Em 1881 esse direito foi estendido a toda população masculina, exceto aos escravos. A escravidão e as grandes propriedades rurais eram consideradas os grandes obstáculos para a cidadania. Os militares, nesse período, eram considerados cidadãos com direitos, porém somente os oficiais, ficando à margem os militares de baixa patente. Um recorte dentro da categoria militar.

A assistência social nessa época era vinculada as ações de solidariedade da igreja e de grupos filantrópicos, que ajudavam a sanar algumas necessidades e carência de pessoas pobres, doentes e fragilizadas. Essas intervenções moralistas foram da Idade Média à sociedade moderna transformando-se de responsabilidade das instituições de caridade à responsabilidade pública. A pobreza era tida como um problema do indivíduo a ser combatido pelos órgãos repressores, como a polícia, e pelos organismos solidários da sociedade civil, que utilizavam do encarceramento e das internações como estratégias de “concertar essas disfunções”.

[...] os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. (SPOSATI; *et al.*, 2014, p.61).

A marginalização da pobreza desperta uma contradição no segmento militar, devido a maioria de jovens recrutados para o Exército serem pobres. Enquanto os oficiais eram recrutados pela aristocracia e pela classe média, as praças advinham das classes pobres. Segundo Mattos (2011), há indícios que estes militares estão relacionados com o surgimento das favelas no Rio de Janeiro. Militares proletariados subiram os morros para construir “casebres” e abrigar a si e seus familiares, no período de crise habitacional, datado dos anos de 1890, foram soldados que lutaram em batalhas como a Guerra de Canudos e Revolta da Armada.

Em 1913, 24 anos após o fim do Império, Leitão de Carvalho ainda dizia que as principais fontes de recrutamento do Exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho. Era, segundo ele, uma seleção invertida (CARVALHO, 2005, p.20)

A partir de 1920, com a industrialização e o conseqüente crescimento populacional nas cidades, forma-se a classe operária, composta massivamente por ex-escravos e imigrantes europeus. Esses operários viviam em condições inadequadas, portanto constituíram um importante movimento de luta pelos direitos sociais e por uma legislação trabalhista que garantisse dentre outras reivindicações, descanso semanal e férias.

As manifestações da questão social⁵⁸, como o pauperismo e as desigualdades, principalmente referentes ao mundo do trabalho, entraram em cena na primeira década do século XX, no território brasileiro, com o crescimento demográfico, com o processo de urbanização- industrialização e expansão da classe operária.

Na década de 1930, inicia-se a criação dos direitos sociais, através da luta da classe operária. As condições tratadas pela filantropia passaram a ser responsabilidade do Estado. Os trabalhadores da época reivindicavam melhores condições trabalhistas e previdenciárias, e passaram a obter ganhos, como a redução da jornada de trabalho, a indenização em caso de acidente de trabalho, a lei de férias e a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs). Eram direitos restritos para algumas categorias e estabelecidos com todas as ponderações do empresariado.

Depois das CAPs foram criados o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), o Instituto dos comerciários (IAPC), dos bancários (IAPB), dos empregados em transporte de carga (Iapetec), dos servidores do estado (Iapse) e dos industriários (IAPI). Passando a reunir os trabalhadores por categorias e não por empresas, como era o caso das Caixas, que coexistiram nesse período.

Apesar de ter maior expressividade no século XX, há registro de iniciativas assistenciais no final do século XVIII, na área da legislação social, como o direito a pensão aos militares oficiais⁵⁹ reformados e assistências a família dos oficiais mortos da Marinha no ano de 1795. Toma-se a Lei Eloy Chaves de 1923 como o marco da seguridade social no Brasil, porém, como afirma Bastos (1978):

Desconsidera-se, geralmente, a precedência dos montepios, como o Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, de 23.9.1795, ou do Exército, instituído pela Lei imperial de 6.11.1827 (designada Meio Soldo), ou ainda o Montepio Geral da Economia, criado em 10.1.1835 para os dependentes dos servidores civis. Também raramente é identificada como início da previdência social no Brasil a lei que instituiu o seguro obrigatório de acidentes do trabalho, em 1919 (BASTOS, 1978, p. 96).

⁵⁸ Questão social aqui entendida como expressão das “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2008, p.160).

⁵⁹ Oficiais são militares superiores hierarquicamente, obedecendo em ordem crescente os seguintes postos (nome utilizado somente para o grupo dos oficiais) no Exército Brasileiro: oficiais subalternos (primeiro tenente e segundo tenente), oficial intermediário (capitão), oficiais superiores (coronel, tenente-coronel e major) e oficiais generais. Os aspirantes são considerados praças especiais.

Vale ressaltar, que a referida lei também limitava seus beneficiários, contemplando somente os oficiais, enquanto as praças ficavam desassistidas. Categorizando os detentores de direitos, como passaram a ocorrer com os demais trabalhadores. As necessidades sociais e a garantia de proteção eram bem definidas entre praças e oficiais, situação semelhante vivenciadas pelos civis na divisão de classe.

A Era Vargas representou o extenso desenvolvimento das legislações trabalhistas, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a regulamentação do trabalho feminino e de menores, a aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, que passa a ser o documento de cidadania do Brasil, e outros. Esses ganhos se alinhavam na busca por “transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Foram ganhos que conviveram com retrocessos nos direitos civis e políticos da época, como a perda de autonomia dos sindicatos e a instauração do Estado Novo.

Foi ofertada aos assalariados a proteção social. A assistência social, neste período, era fragmentada e desorganizada, tendo algumas iniciativas pontuais, como a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, pela primeira-dama Darcy Vargas, para atender às famílias dos pracinhas, participantes da Segunda Guerra, com características assistencialistas, de tutela, favor e clientelismo. Com o fim da Guerra, essa instituição passou a assistir à população em geral trazendo grande impacto na (re) organização e surgimento de ações de indivíduos, grupos e instituições assistenciais privadas.

[...] Organismo, este, que assegura estatutariamente sua presidência às primeiras damas da República. Representa a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação básica entre Estado e classes subalternizadas (SPOSATI; *et al.*, 2014, p.66).

A LBA era vinculada em 1969 ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 1990 ao Ministério da Ação Social e foi extinta em 1995 após denúncias de desvios de recurso público. Programas assistenciais eram elaborados dentro desses órgãos, como Ministérios, Secretarias e a própria LBA para dar suporte aos

excluídos socialmente, nomeando de bem-estar, promoção, assistência, desenvolvimento social e tendo como cerne pessoas sem condições de prover sua subsistência. Instituição pensada para os militares que *a posteriori* abrangeu os civis.

Diversos convênios foram realizados para somar aos equipamentos próprios da LBA, formando uma grande rede pelo país com diversos serviços à população carente, visando responder as complexas demandas.

O elenco desses programas, que identificam a LBA em todo o país, constitui um diversificado leque social que cobre toda a existência humana, pois vai da proteção à criança ainda no ventre materno à assistência ao idoso carente marginalizado, passando pela implantação e manutenção de uma rede nacional de creches, pela execução de cuidados primários de saúde dirigidos à população materno-infantil, com ênfase em nutrição, educação para o trabalho, assistência judiciária, tratamento e reabilitação de excepcionais (LEAL, 1984 apud SPOSATI et al., 2014, p. 82).

Nesse mesmo período, foi inaugurado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que objetivava adequar os trabalhadores a indústria, através de ações assistenciais e educativas. Outras instituições como o Serviço Social da Indústria (SESI), políticas do Estado e de organismos supranacionais foram empregadas no pós-guerra, visando o desenvolvimento e a adequação da mão de obra às exigências do modo de produção capitalista.

As ações assistencialistas eram voltadas para aqueles que não tinham trabalho, que estavam no estado de pobreza por ser “incapaz” de sair dessa condição, que era naturalizada. A questão social era criminalizada e a população alvo dessas ações eram os “não-cidadãos”. A cidadania, pois, estava vinculada ao trabalhador com determinada função e dependia da benesse de um Estado social brasileiro com caráter corporativo e fragmentado. Para Wanderley Guilherme dos Santos (1979), a cidadania é regulada pelas profissões, a carteira profissional e o sindicato público. Os direitos do cidadão decorrem dos direitos das profissões e a carteira profissional passa a ser a certidão de nascimento cívico, portanto:

por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes se encontram não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos de cidadão restringem-se

aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido em lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1979, p. 75).

A ideia de cidadania envolvendo o militar surgiu em 1887, com base na filosofia positivista, em um manifesto redigido por Rui Barbosa, que conjecturava o soldado como cidadão de segunda classe e que este deveria ser considerado um cidadão pleno sem deixar de ser militar, ele falava em:

cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do país [...] A ideia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo a elite política” (Carvalho, 2011, p.38).

Esse entendimento reapareceu em 1922 com o tenentismo, no entanto, outro grupo de oficiais, com concepções opostas, acreditava que a ideia de soldado-cidadão enfraquecia a corporação, considerando ilegítima a participação de militares na política. A suposta neutralidade política era necessária, pois era uma característica das democracias liberais e as manifestações políticas coletivas eram proibidas pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Período de fortalecimento da defesa nacional e das Forças Armadas.

No governo varguista o Exército retoma sua intervenção política. Período em que se estabeleceu a Constituição de 1937, que suprimiu os direitos políticos e dissipou o poder Legislativo, sendo restabelecida a democracia com a Carta Magna de 1946, retomando os direitos civis e políticos. Período pós Segunda Guerra, conflito em que o Brasil participou ao lado dos Aliados (formado pela União Soviética, Inglaterra, França e Estados Unidos), e enviou milhares de soldados para a Itália, os chamados “pracinhas”. Diante da pressão, Vargas foi derrubado, pela oposição liderada por militares. Redemocratização exercida pelo General Gaspar Dutra (1946-1951), sendo necessária a instituição de uma nova constituição.

A partir da Constituição de 1946, partidos políticos foram reorganizados, e o voto foi estendido aos brasileiros e brasileiras maiores de 18 anos, com exceção dos soldados e analfabetos, que representavam uma grande parcela da população. Apesar das limitações às manifestações, decorreram períodos de agitações com a participação de estudantes, de sindicatos, de intelectuais, da Igreja Católica, dos sargentos, dos soldados e dos marinheiros, com demandas dos setores urbanos e agrícolas, como as ligas camponesas, que lutavam por melhores condições de vida

e pela reforma agrária. Mesmo com militares no poder, algumas praças demonstravam insatisfações com suas situações.

Os sindicatos, bastante presente na época, regulados pelo decreto nº 19.770/ 1931, como órgãos técnicos e consultivos, representantes de determinadas categorias profissionais, tinham que ter seus regulamentos aprovados pelo ministério para defender os direitos dos associados. A mediação dos conflitos e discussão das demandas de cada profissão era supervisionada pelo Estado.

Em 1940 foi instituída a obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical pelos trabalhadores. No art. 8º da constituição de 1988 foi reforçada a contribuição com desconto em folha do valor fixado na deliberação da assembléia geral.

Atualmente há 11.326 (onze mil trezentos e vinte e seis) sindicatos de trabalhadores e mais de 05 (cinco) mil de empregadores, com receita em 2016 de 3,5 bilhões, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Com a Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, a contribuição sindical obrigatória foi extinta, passando de tributo à colaboração voluntária.

Vargas volta ao poder nas eleições de 1950, com apoio das classes trabalhadoras e média com compromisso de fortalecer as políticas sociais, agora em um regime democrático. Até a instauração do regime militar em 1964, o país passou por três governos que deixaram um legado de crescimento urbano e industrial, dívidas e tentativas de reformas políticas, acusadas de comunistas.

João Goulart foi derrubado em 1964 e instaurado o regime militar. Até 1985, com atos institucionais, houve supressão dos direitos civis e políticos, no entanto, houve ganhos nos direitos sociais, como a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966. Foram incorporados os trabalhadores rurais, autônomos e empregados domésticos à Previdência, até então excluídos. Apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aprofundou-se a desigualdade social e os índices desfavoráveis na área da saúde, educação, habitação, entre outros.

No processo de abertura política, a (re) organização dos partidos políticos e movimentos sociais, na luta pela redemocratização do país, efervesceram o cenário com o debate pelas eleições diretas, e o movimento operário com reivindicações como autonomia sindical, direito de greve e estabilidade. Essas mobilizações culminaram com as eleições indiretas de Tancredo Neves e José Sarney, em 1985.

A trajetória da política social no Brasil teve seu início e desenvolvimento nos projetos de governos assistemáticos e conservadores. A mudança para uma noção de assistência social, como política pública de direito, iniciou com a propagação do debate mundial sobre os direitos humanos e a necessidade de suprir as demandas dos trabalhadores e suas famílias, que não eram contempladas somente com as leis trabalhistas. A reivindicação popular também contribuiu para dar densidade a essa efetivação.

Somente em 1988, foi promulgada a Carta Magna brasileira, conhecida como “Constituição Cidadã”, a qual representou o restabelecimento do Estado democrático de direito, ampliando os direitos políticos e civis, enfatizando os direitos sociais e garantindo a democracia representativa, ativa e participativa. A denominação de “cidadã” foi-lhe dada por ter como princípios fundamentais a cidadania e a dignidade da pessoa humana. E contemplou novas garantias sociais importantes, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que se configura no pagamento de um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos de baixa renda; a licença paternidade; o abono de férias; a fixação do salário mínimo; a autonomia dos sindicatos; a igualdade de direitos e a não discriminação de etnia- raça, gênero, geração e religião.

O termo cidadania, para os primeiros pensadores, surgiu desde o mundo Greco-Romano, entre os séculos IX e VII a.C., intensificando com as cidades-estado, onde a cidadania era restrita aos detentores de riqueza e poder militar, conforme destaca Guarinello (2010):

Na maioria das cidades-estado, o controle da comunidade ficava nas mãos da classe guerreira, constituída por uma aristocracia de senhores de guerra que detinha o monopólio das ações militares. Os membros desse grupo eram os “melhores” dentre os cidadãos, pelo valor individual no combate, pelo brilho de suas posses, pela rede de alianças familiares que estabeleciam entre si e com aristocracias de outras cidades (GUARINELLO, 2010, p.38)..

O desenvolvimento da cidadania se deu nos Estados- Nação, como marco das revoluções burguesas, como a Revolução Francesa, de 1789, na luta por direitos de uma nação e de um povo, uma verdadeira expressão do exercício da democracia, marcado pela construção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

De acordo com a organização e o poder de dominação local, a cidadania era definida, mas sempre ligada a privilégios públicos e posteriormente privados, retrato do Império Romano. No entanto, passou a ser símbolo de reivindicações por direitos e pertencimento de forma igualitária em uma comunidade. Um conceito complexo, geográfico e historicamente situado, que foi expandido, no final do século XIX, e estendido para mulheres, crianças, população LGBT, jovens, dentre outros segmentos historicamente excluídos.

Para T. A. Marshall (1965), cidadão pleno era aquele indivíduo detentor dos direitos civis, políticos e sociais, sendo o incompleto aquele que não possui algum desses direitos e o não- cidadão, aquele que não possui nenhum desses direitos. Para este autor, a desigualdade de classe é aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida. Mesmo com contradição do crescimento da cidadania no processo de desenvolvimento do sistema capitalista, essa reduz os impactos da desigualdade. A cidadania era considerada um modo de vida desenvolvida internamente por cada indivíduo, que se sentia parte da nação, tendo como pré-requisito o acesso à educação.

Para Da Matta, T.H. Marshall traz um conceito jurídico-político-moral de cidadania, mas não aborda a dimensão sociológica. Nesta, o cidadão tem um papel social e depende de outros cidadãos para se constituir como ser, não podendo assim, individualizar-se, pois perpassa a universalidade. No entanto, analisa a realidade brasileira, que define o cidadão através da relação que os indivíduos estabelecem com as leis, considerando a Constituição de 1988, em que todos são iguais em direitos e deveres. Dividindo a cidadania em universalista e as boas relações que mantém em seu convívio social, de acordo com a cultura local. Termo usado normalmente em condições negativas. Para Da Matta (1997), no Brasil impera o ritual do reconhecimento, hierarquizando as pessoas, assim, “invocar a lei universal é quase que um eufemismo para a negativa que jamais é dada utilizando-se como foco a justificativa pessoal” (1997, p.81).

A Constituição Federal brasileira de 1988 despertou ânsia na efetivação dessa cidadania tão reivindicada pelos movimentos sociais e políticos, mas também buscada por outros setores da sociedade. O avanço na legislação não foi suficiente para reduzir, efetivamente, as históricas desigualdades sociais deste país, pois o sistema capitalista se reinventava e para aumentar seu poder de acumulação a concepção de cidadania tende a ser deturpada/ restrita.

A expansão do consumo de massas, o poder da propaganda, fortalece o *slogan* de cidadão como consumidor.

Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar um cidadão por inteiro se reduz (SANTOS. M, 2007, p.155).

Essa resignificação da cidadania como mercadoria fortalece o discurso da privatização e do enxugamento do Estado. Obter direitos passou a ser privilégio. O direito a habitação passou a ser o direito de ser proprietário, este representa o elemento do ideário consumidor. Possuir um emprego estabilizado, com a possibilidade de se aposentar com o salário integral é uma regalia de uma parcela mínima da população, com tendência à extinção.

O sucateamento e a ausência de serviços públicos favorecem o aumento de serviços privados para satisfazer as necessidades dos poucos que podem/ conseguem subsidiar esses custos, enquanto os demais ficam desamparados, pois não são garantidos pelo Estado e nem detém capital para consumi-los. Dessa forma, segmentamos os usuários, restringindo o consciente coletivo, dificultando o surgimento do morador-cidadão, que veria a cidade com o um todo, em defesa de um plano global, ao contrário do proprietário-consumidor, defensor de interesses locais e individuais (SANTOS, 2007).

Apesar da Constituição Federal (1988) retratar um texto avançado de universalização dos direitos, centrado nas necessidades sociais e não no mérito, encontrou um terreno moldado político e economicamente comprometido com o fortalecimento do mercado e do cidadão-consumidor.

Os militares também ganharam uma seção com artigos estipulando direitos e deveres específicos e muitas vezes divergentes dos civis. A aspiração da sociedade pela cidadania, com a Constituição, atingiu os militares? Foram considerados cidadãos em sua plenitude?

O nosso interlocutor retrata em sua fala a exclusão dos militares na política pública de assistência que faz um recorte dos seus usuários, focando principalmente na renda e suas vulnerabilidades socioeconômicas, bem como na dificuldade do acesso aos serviços, enfatizando o militar como um cidadão.

Não somos encaixados na PNAS, não nos representa. O militar também é cidadão. Em uma situação de desastre não tem apoio ao nosso pessoal, eles não se encaixam nos requisitos. A Política não é universal, ela focaliza, para ter acesso aos serviços tem q ter o carimbo de vulnerabilidade. As pessoas têm vergonha de acessar os serviços e mostrar suas vulnerabilidades financeiras e pessoais (Interlocutor 02).

Esse distanciamento da normatização civil e de suas demandas e vulnerabilidades, o sentimento de identidade como pertencente à Força, as vezes distancia o militar da cidadania.

não sei se chega a ser explícito, mas é muito implícito em muitas atitudes. “Eu sou cidadão do exército, mas não sou cidadão no meio civil”. Isso a gente ver muito também no Programa de Preparação para a Reserva, porque muitas vezes é uma dificuldade que eles têm. Eles deixam de ser cidadão do Exército, aqueles direitos, aqueles deveres enquanto militar, major, não sei o quê, e passa a ser cidadão civil e se a gente não trabalhar esse paradigma, esse distanciamento, vai acabar continuando essa questão da depressão, da ansiedade, então é esse choque que dificulta (Interlocutor 08).

Direitos universais foram estabelecidos no texto constitucional, como os direitos sociais (Art. 6º), assegurando saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à infância. A igualdade do cidadão supõe acessibilidade aos bens e serviços, ora dispostos, territorialmente, de forma desigual, aumentando, assim, as desigualdades sociais e não o seu poder de consumo.

Esses direitos não são acessados exclusivamente pela ausência de recursos financeiros, mas existem outras vulnerabilidades que não estão previstas pela assistência, devido seu caráter focalizado.

A desigualdade, fator preponderante na ausência de acessos foi apresentada em números, no ano de 1989 com o coeficiente de Gini⁶⁰ de 0,6, colocando o Brasil como o país mais desigual do mundo, segundo o relatório do Banco Mundial, e em 2014 foi calculado e divulgado pelo relatório do Ministério da Fazenda o índice de 0,49. Observa-se que, em 25 anos, houve uma redução no índice de concentração de riqueza, porém, ainda estamos atrás de alguns países latino-americanos como: Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Uruguai. Segundo a

⁶⁰ O índice de Gini é uma importante ferramenta estatística utilizada para medir a distribuição de renda, com valores de 0 a 1, onde quanto mais perto de 1, maior a desigualdade.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em 2017, esse índice subiu para 0,549, apontando o crescimento da desigualdade social.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas no contexto global, pela acumulação flexível e pelo neoliberalismo, desenvolvido inicialmente por Margareth Thatcher, em 1979, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos pelo então presidente Ronald Reagan. No Brasil, teve mais evidência a partir de 1990, no governo Collor e principalmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, com a privatização de empresas estatais e o crescimento das Organizações Não-Governamentais e a emergência do Terceiro Setor⁶¹. Propondo uma nova forma de gestão social. A cidadania aqui é restrita a responsabilidade moral e privada, à solidariedade aos pobres, focada não só a sociedade civil, mas também às empresas, através da “responsabilidade social”, desresponsabilizando o Estado em torno dos direitos universais e do debate da pobreza e desigualdade social (Dagnino, 2004).

Os direitos prescritos na Constituição de 1988 estavam abalados pela imposição, do Mercado de ajustes estruturais de cariz neoliberal, e para Vera da Silva Telles, é

quase impossível deixar de notar que, em terras brasileiras, o assim chamado neoliberalismo consegue a façanha de conferir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira, um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social. Se a pobreza brasileira é e sempre foi espantosa, e só vem aumentando sob o efeito conjugado da recessão econômica, reestruturação produtiva e desmantelamento dos desde sempre precários serviços públicos, o que impressiona é o modo como é figurada - como problema que não diz respeito aos parâmetros que regem a vida em sociedade, e não coloca em questão as regras da equidade e justiça nas relações sociais (TELES, 1998, p. 43).

De fato, a imposição do ajuste estrutural neoliberal chocava-se com o avanço social posto na Constituição Federal (1988), como problema no neoliberalismo à brasileira. O avanço na legislação social brasileira, propulsora da formulação e implantação de políticas sociais garantidoras de direitos, dentre os quais destacamos a assistência social elevada ao patamar de política pública de direito.

A Assistência Social está definida nos art. 203 e 204 da Constituição, contemplando todos que dela necessitarem, independente de contribuição. Como

⁶¹ O projeto neoliberal propõe a gestão social através da solidariedade, de responsabilidade da sociedade civil, que foi substituída pelo termo Terceiro Setor. Nesse contexto, a cidadania foi restrita ao trabalho voluntário e filantrópico da classe média brasileira (Dagnino, 2004).

política pública social, passando a integrar, junto à Saúde e à Previdência Social⁶², o tripé da Seguridade Social. Assim, a Assistência Social fora legitimada como direito do cidadão e responsabilidade do Estado brasileiro, como uma política social de natureza pública e não contributiva para atender as necessidades básicas daqueles que dela necessitarem com ênfase nas situações de vulnerabilidades e risco social (PNAS, 2004).

Ressaltamos que em 2012 foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, que prioriza as políticas sociais, ampliando a cobertura e a efetivação da proteção social, através da ampliação do acesso aos direitos, ampliação dos serviços continuados e transferência de renda. Nesse período, a Política de Assistência Social foi fortalecida tanto no meio civil, como nas Forças Armadas.

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM CAMPO EM (DES)CONSTRUÇÃO?

Em relação às regulamentações, a Assistência Social foi mais tardia, a Lei Orgânica foi normatizada somente em 1993 (Lei nº 8.742). Foram 05 (cinco) anos para garantir a legalização de direitos previstos na Constituição do país e 10 (dez) anos para a operacionalização. No entanto, há muito que percorrer para efetivar a cidadania proposta como base da democracia brasileira.

A assistência social historicamente transitou nas ações pontuais e eventuais do Estado e da sociedade. Ações desvinculadas do contexto econômico, porém marcadas por intervenções técnicas, caracterizadas por ações compensatórias, de cunho assistencialista. A intervenção estatal concentrada em atender às demandas do capital, delegou o atendimento das necessidades sociais aos setores da sociedade civil.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, no artigo 1º define:

A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada

⁶² A Saúde teve sua Lei Orgânica aprovada em 1990 (Lei nº 8.080), a Previdência Social teve os Planos de Custeio e Benefícios aprovado em 1991 (Lei nº 8.212 e nº 8.213).

através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A LOAS define a assistência social de forma genérica, dando a possibilidade para interpretações diversas. No entanto, preserva o direito social, “diferenciando-a do assistencialismo e situando-a como política de Seguridade voltada à extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados da população” (Yazbek, 1997, p.10), com um sistema descentralizado e participativo com base na democracia e cidadania.

Estabelece princípios e diretrizes, como a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, a descentralização político-administrativa, a participação da população e a primazia da responsabilidade do Estado.

Essas diretrizes estavam na contramão do contexto brasileiro, inserido na “mundialização do capital”⁶³, seguindo a agenda de ajustes estruturais do Consenso de Washington, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco mundial.

As reformas no campo político e econômico do Estado e a reestruturação produtiva do setor privado estavam em busca da “modernização”. No entanto, era mais uma face da “colonização”, discurso fortalecido nos anos 2000 com a supervalorização do agronegócio, que possui uma bancada fortalecida no Congresso.

De fato, no “Brasil Real”, tem-se uma implosão do trabalho, dos direitos trabalhistas e do sistema de seguridade social. Indiscutivelmente, o ajuste brasileiro à nova ordem do capital é uma experiência com pesados ônus e custos que, ao longo do tempo, vêm se revelando, sobretudo nos últimos anos da década de 90, passada a euforia com o Real capital simbólico da “era FHC” possibilitando a emergência do real cenário da “modernidade” do ajuste (Carvalho, 2002, p. 04).

Os militares estavam inseridos nesse contexto em processo de reconfiguração na redemocratização do país. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) trouxe avanços e recuos, com atos significativos como o aumento da

⁶³ Termo utilizado pela Alba Carvalho, tendo como referência François Chesnais, para expressar a internacionalização do capital na década de 1990 e anos 2000.

remuneração dos militares em contexto de crise, a criação da 1ª Política de Defesa Nacional e a extinção de cinco ministérios para a criação do Ministério da Defesa. Um espaço de disputa tensionado entre civis e militares com relação a defesa nacional.

Nesse contexto de ajustes, em que a seletividade e fragmentação são exacerbadas, o Estado não possui Políticas Públicas ativas para minimizar os efeitos causados pela exclusão do mercado. Apesar das garantias constitucionais e a regulamentação da Assistência Social, grande parte da população estava inserida à margem do sistema econômico, em trabalhos informais, precarizados, em péssimas condições de habitabilidade e direitos essenciais negados, devido a ausência do Estado, sobrando-lhes a violência e a submissão aos poderes paralelos do tráfico de drogas e das milícias. São espaços onde, muitas vezes, o Exército foi chamado a intervir, por solicitação dos Estados, em operações de garantia da lei e da ordem e nas fronteiras.

A exclusão social desses sujeitos, compreendida como a privação ao acesso “aos mais elementares bens, serviços e redes socio-relacionais, ficando imerso na precariedade de vida que não permite a realização humana” (Carvalho, 2002, p.08), dá lugar a inclusão no contexto do consumo. Esses excluídos são considerados como incapazes de se adequar ao progresso, os “inempregáveis” por falta de qualificação profissional e competência, em uma conjuntura em que:

as noções de direitos e cidadania foram formuladas como promessas da modernidade, aparecendo agora como seu avesso, como figuras de atrasos e anacronismos, privilégios e corporativismos que obstam a potência modernizadora do mercado (TELLES, 1999, p.09).

Essa realidade de desigualdades e exclusão é o palco de intervenções de políticas públicas que buscam a garantia da justiça social. Que sem esta as políticas públicas são somente ações técnicas e letras frias. Nesse cenário, foi pensada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) para atender os segmentos da sociedade, crianças, jovens, idosos e a família de modo geral, em situações consideradas vulneráveis, na perspectiva da garantia dos direitos.

A PNAS e a Norma Operacional Básica (NOB, 2005) tiveram como objetivo definido a garantia da proteção social, através de programas, projetos e serviços. Política essa que na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social

ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, tendo como vertente a proteção social, considerando a pessoa, as suas circunstâncias e a sua família. É a partir da compreensão do cotidiano desses sujeitos que serão identificados os riscos e as vulnerabilidades que estão suscetíveis.

O processo de descentralização político-administrativa rompe com a ideia do caráter emergencial e eventual para a construção do caráter continuado das ações. Descreve responsabilidades, atribuições e competências para os três níveis, municipal, estadual e federal, no processo de planejamento e na execução das ações, submetendo-as a aprovação dos respectivos Conselhos e de formação paritária entre governo e sociedade civil.

A partir da instauração da PNAS e da NOB, constituiu-se o SUAS, instrumento com a pretensão de proporcionar a viabilização de direitos sociais da população usuária, configurando um novo desenho de gestão, descentralizada e participativa. A Assistência Social foi regulada pela PNAS e pelo SUAS, normatizando os serviços e atendimentos.

O SUAS é uma conquista, fruto da deliberação da IV Conferência Nacional, convocada pela Portaria nº 262 de 2003, realizada em Brasília, para pensar a Política de Assistência Social, como política inclusiva, após 10 anos de aprovação da LOAS. Esse sistema regula as ações socioassistenciais em todo o território nacional e é constituído:

(...) pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos- por meio de órgãos e instituições públicos federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (SPOSATI, 2004 p.180).

Esse é o modelo de gestão da PNAS, a qual aborda a proteção social, articulando com outras políticas no intuito de garantir uma vida digna ao cidadão. Os sujeitos que necessitam de proteção social estão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, devido à violência, à pobreza e às outras circunstâncias que ferem a dignidade humana, impostas pelas questões socioeconômicas e políticas.

As ações de proteção para intervir nas demandas socioassistenciais estão vinculadas às ações que produzem aquisições materiais, sociais e socioeducativas aos cidadãos e às famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar e o desenvolvimento de suas

capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (PNAS, 2004).

A proteção social tem como princípio o desenvolvimento humano e social, através da matricialidade sociofamiliar, que considera a família o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; da territorialização, que significa o reconhecimento dos diversos fatores sociais e econômicos que influenciam nas situações de vulnerabilidade e risco, considerando a localização da rede de serviços; de proteção pró-ativa, que é o conjunto de ações preventivas para reduzir a ocorrência de riscos e danos sociais; da integração à seguridade social, para reafirmar a articulação com a previdência social e a saúde; e da integração às políticas sociais e econômicas, que refere-se a completude das políticas públicas na resolutividade das vulnerabilidades sociais.

Ela é dividida hierarquicamente em proteção básica e especial de média e alta complexidade. Junto com a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais compõem a função da Assistência Social.

Essas ações voltadas aos cuidados, benefícios e auxílios para prevenir e reduzir os impactos das vicissitudes sociais são materializadas em unidades públicas estatais que formam a rede socioassistencial, um conjunto de serviços territorializados, para garantir a integralidade do atendimento dos usuários.

Segundo Santos (2007),

(...) é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. (...) o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe (SANTOS, 2007, p.146).

Compõe essa rede diversos serviços oferecidos por unidades públicas como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), os Albergues, os Centros Educacionais de internação para o cumprimento de Medidas Socioeducativas aos adolescentes autores de ato infracional, dentre outros.

O CRAS é o principal equipamento da proteção social básica nos territórios e fica localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade social. Ele coordena e organiza a rede de serviços socioassistenciais local, referencia o

atendimento de até 3.500 famílias, por unidade, de acordo com o porte do município. É a porta de entrada do SUAS, cujo objetivo é de prevenir as situações de risco, desenvolvendo potencialidades e aquisições, bem como, os vínculos familiares e comunitários.

Os usuários desse serviço estão em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Segundo o Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo SUAS) de 2016, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), havia 8.240 (oito mil duzentos e quarenta) CRAS no território brasileiro, sendo 34,5% na Região Sudeste, 32,1% no Nordeste, 18,4% no Sul, o Norte e o Centro-Oeste com o mesmo percentual de 7,5%.

O CREAS é o principal equipamento da proteção social especial de média complexidade, cujo objetivo é atender famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e mulheres) em situação de risco social⁶⁴. As intervenções ocorrem através da orientação e do fortalecimento do convívio sociofamiliar e comunitário, pois estão bastante fragilizados. De acordo com o Censo SUAS 2016, o Brasil possui 2.521 unidades catalogadas.

A assistência social é ampliada, em meio ao avanço da privatização, mercantilização e restrição das políticas de saúde e previdência. Mota compreende que a assistência está “transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil.” (MOTA, 2008, p.134).

A seguridade social vem sofrendo desmontes das políticas de saúde e previdência, através de ações “reformistas”, com o apoio do setor privado que se beneficia com a crise desses setores. Os planos de saúde e as previdências complementares aumentam, com o crescimento das necessidades da população e redução de serviços e benefícios ofertados pelo Estado. A agenda do Banco Mundial e do FMI, que inicia na década de 1990, é continuada nos anos 2000.

⁶⁴ Pessoas que tiveram os direitos violados, como violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas e outros

Mota faz uma crítica, contrapondo o fortalecimento da assistência social como direito, quando afirma que o Estado vem reduzindo com a realocação de recursos da seguridade social para outras finalidades e para o pagamento da dívida pública. Mota (2008) apresenta o cenário, como:

de um lado o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação (MOTA, 2008, p. 137).

A Política de Assistência social está em disputa no campo político, na perspectiva de defesa da cidadania ou das práticas conservadoras e assistencialistas. Cabe ao Estado garantir os direitos, possibilitar o acesso aos serviços e universalizar a cobertura destes. As propostas governamentais do poder Executivo apontam o sentido, as prioridades e o compromisso ético com a população usuária da assistência.

No caso dos governos do Partido dos Trabalhadores, principalmente do Lula, o foco foram os programas de Transferência de Renda, como o BPC e o Bolsa Família⁶⁵, este criado pela Lei nº 10.836/2004 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e redistribuir a renda.

A pesquisa do IPEA (2014), a partir de dados da Política Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), constatou que de 2003 a 2011 a renda per capita aumentou 40% e o índice de Gini passou de 0,576 para 0,523, ou seja, houve redução na desigualdade social, com redução de 5% da extrema pobreza e 10% da pobreza. Redistribuição da riqueza socialmente produzida advinda de quase 25% do PIB investidos em Políticas Sociais.

Atualmente 13,8 bilhões de famílias são beneficiadas com gastos de R\$ 27,7 bilhões de reais, com média de R\$ 167,00 mensais, por família. O referido programa possibilita aumentar a renda de algumas famílias e a acessar as políticas públicas. Gastos que proporcionam a garantia dos direitos sociais.

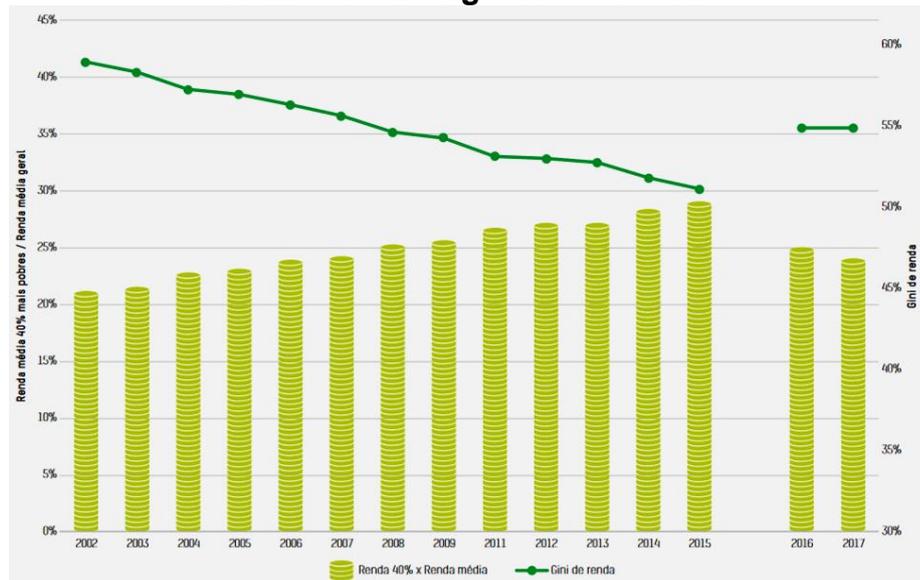
⁶⁵ O Programa de Transferência de Renda Bolsa família (PBF), o qual unificou os Programas Bolsa-Escola, Bolsa- Alimentação e Auxílio-Gás foi instituído pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, com o objetivo de combater a fome e a pobreza. Possui três pilres centrais: a transferência direta de renda, as condicionalidades e os programas complementares. Beneficia atualmente cerca de 46,6 milhões de brasileiros.

Segundo Pinsky (2010), para avaliar a vigência dos direitos sociais, a legislação não é suficiente, mas é necessário comparar o gasto social com o PIB entre países. Se o gasto social permanecer constante no decorrer dos anos, supõe que a vigência dos direitos sociais permaneceu a mesma, se tiver aumentado, a conclusão é que ou os direitos sociais ou a população beneficiada aumentou.

No Brasil, após vários debates, na Câmara e no Senado, foi aprovada em 13 de julho de 2017, no segundo turno no Plenário do Senado, 53 votos a 16, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação. Essa PEC gerou a Emenda Constitucional nº 95, que institui “O novo regime fiscal”, o qual fixará por 20 anos o limite das despesas primárias, reduzindo o gasto público em relação ao PIB, enquanto a população cresce e envelhece. Dessa forma, impossibilita a análise por esse ângulo, pois independente das necessidades da população e do crescimento econômico, o investimento com as demandas públicas, continuarão estagnadas, cujo objetivo é reduzir a crise e as dívidas do Estado. Os gastos com políticas sociais disputarão rubricas com setores como infraestrutura e folha de pagamento dos servidores.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo, em setembro de 2016, sobre o novo regime fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil. Concluiu-se a partir da análise dos dados, que o novo regime fiscal imporá uma redução significativa de recursos e representará perdas expressivas no campo da Assistência Social, comprometendo os avanços realizados em relação ao combate à pobreza e à desigualdade. Em 20 anos, a política contaria com menos da metade dos recursos necessários para garantir a manutenção das ofertas dos serviços nos padrões atuais.

Recentemente foi publicizado o relatório “País estagnado: um retrato da desigualdade brasileira 2018”, da organização não governamental Oxfam Brasil, o qual concluiu que distribuição de renda estagnou. Entre 2016 e 2017, os 40% mais pobres tiveram variação de renda pior do que a média nacional, e o desemprego passou de 6,8% em 2014 para 12,7% em 2017. Observamos, no quadro abaixo, que a desigualdade social vinha reduzindo desde 2002, todavia estagnou em 2017.

Gráfico 1 – Desigualdade Social

Fonte: País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras (2018, p.15).

Desde a Constituição de 1988, esforços para a redução das desigualdades estavam desempenhados como:

A universalização dos serviços públicos e da previdência, a estabilização da moeda, a inclusão educacional em parte da década de 1990, a expansão do gasto e dos programas sociais nos anos 2000, a valorização do salário mínimo e ciclos econômicos favoráveis construíram um caminho de avanços sociais, agora interrompido. (Relatório País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras 2018, 2018, p.15.)

Esse contexto de (des) construção dos direitos sociais e socioassistenciais, crise econômica, corte de gastos público no campo social, impacta também no cotidiano dos militares, principalmente com perdas de direitos conquistados e redução no poder de compra, afetando mais as praças. Embora não se encaixem na condição de “cidadãos comuns” e não estejam inseridos na condição de pobreza e extrema pobreza⁶⁶, muitas vezes não representam o perfil dos usuários da PNAS, apresentam outras demandas sociais, as quais foram pensadas e estruturadas ações e, até mesmo ensaiada uma Política de Assistência Social específica.

⁶⁶ Com base nos indicadores do IBGE (2010), da Política Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD), Banco Mundial e outros autores, o governo, em 2011, adotou o indicador de renda para estabelecer a linha da pobreza, considerando o valor de R\$ 140,00, renda já estabelecida para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e R\$70,00 para a extrema pobreza, no Plano Brasil sem Miséria, com o intuito de erradicar a extrema pobreza até o ano de 2014.

Essas demandas são desconhecidas por grande parte da nossa sociedade, seus riscos e vulnerabilidades sociais, que não estão vinculadas somente a situação socioeconômica. O (a) interlocutor (a) relata uma das situações de vulnerabilidade desse público, que é viver em áreas longínquas, muitas vezes, longe de familiares e dos vínculos comunitários:

Talvez assim, a sociedade civil de forma geral, não consiga dimensionar a exposição e as vulnerabilizações que o profissional militar vivencia. E eu acho que não conseguem porque a nossa evidência de profissional militar ficou muito vinculada aos grandes centros, como no Rio de Janeiro, São Paulo, nas capitais do nordeste, então assim, as pessoas têm muita dificuldade de pensar o que é viver em uma área de fronteira, porque as privações que a população de uma área de fronteira vive, são quase as mesmas pro militar e sua família (Interlocutor (a) 03).

A Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA) foi pensada, em 2006, para um público específico, os (as) militares, servidores civis, pensionistas e dependentes. Os militares estão inseridos em um campo de trabalho, em que não são contemplados os ganhos na área dos direitos trabalhistas. e ainda possuem especificidades na Constituição Federal de 1988, com uma seção que proíbe a sindicalização, a greve, a filiação em partido político e possui restrições ao direito a *habeas corpus* em relação as punições disciplinares. Vale ressaltar que possuem uma Justiça Militar, composta por juízes nos Tribunais e no Ministério Público Militar e estão sujeitos a uma legislação própria, o Estatuto dos Militares, instrumento regulador dos direitos e deveres dos membros das Forças Armadas.

Essas especificidades apresentadas por esse público, e a necessidade de construção de uma Política de Assistência Social própria serão abordadas com maiores detalhes na próxima sessão.

4 ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Nesta sessão adentraremos nas Forças Armadas, como instituições de promoção de políticas públicas, compreendendo como se estruturam as organizações militares, seu papel na sociedade brasileira, as especificidades dos (as) sujeitos (as) que integram essas instituições e a Proteção Social.

Essas especificidades são percebidas em diversos campos, como a Proteção Social dos militares, análoga à Seguridade Social, à qual agrega semelhanças e diferenças, com elementos peculiares, que envolvem a estruturação do tripé, seu financiamento e o público atendido.

Esse Sistema de Proteção Social percorreu a história com aproximações e afastamentos em relação às Políticas Sociais voltadas para a sociedade civil. Traçamos a trajetória histórico-normativa da Assistência Social nas três Forças Singulares, desde a década de 1940 até a confluência destas, através da criação do Ministério da Defesa. Avanços normativos e participativos foram evidentes nos anos 2000, culminando na construção da Política de Assistência Social das Forças Armadas, na busca pela interoperabilidade entre as Forças Singulares. Segundo o (a) interlocutor (a) que vivenciou esse processo:

foi uma pressão do MD, interinstitucional, uma pressão desse grupo, da Comissão de Assistência, dessa Divisão no MD, dos profissionais das demais Forças né, pela equiparação das ações das três Forças (Interlocutor (a) 03).

Recentemente essa Política foi revogada, e a Assistência Social foi transformada em Objetivo Setorial de Defesa, uma área dentro da Política Setorial de Defesa. Mudança que apontará seus rumos no decorrer da história.

4.1 PROTEÇÃO SOCIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM PECULIAR TRIPÉ

No intuito de compreender as políticas públicas voltadas a esses sujeitos, com limitações na condição de cidadãos, é necessário perceber qual espaço eles ocupam. Dessa forma, caracterizaremos as Forças Armadas como instituições de

âmbito público estatal, previstas no Art. 142 da Constituição Federal, constituídas pela

Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

As organizações militares são extremamente complexas. Para Carvalho (2005), estas envolvem todas as dimensões da vida de seus membros, construindo identidades fortalecidas, que levam à transformação radical da personalidade e aumenta o grau de autonomia da organização.

Outra forma de compreender essas organizações passa pela apreensão do conceito de instituições totais construído por Erving Goffman (1987):

como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014, p.23).

Conceito este que enquadra diversas categorias de instituições com finalidades distintas, como as criadas para cuidar de pessoas, como os asilos e as com intenção de “realizar alguma tarefa instrumental de forma adequada”, como é o caso dos quartéis.

Os indivíduos que compõem essas instituições são militares e servidores civis, oriundos de concursos públicos. São trabalhadores (as) que contribuem para a garantia da soberania da nação e a defesa do território nacional e de seus cidadãos. No entanto, o trabalhador militar é distinto no que tange aos direitos e deveres, é o

profissional que exerce sua função em troca de salários e remunerações específicas, o que no contexto da realidade nacional pautada, por uma política de trabalho e renda precarizada, em certa medida, constitui-se como atrativo para o ingresso na carreira (CELESTINO, 2017).

A Emenda Constitucional de nº 18/1998 distinguiu os servidores públicos dos militares, podendo-se observar, com mais clareza, as especificidades dos membros das Forças Armadas. Diante da contextualização do processo de construção dos direitos sociais, os ganhos na área dos direitos trabalhistas não abrangeram esse público.

Outras peculiaridades da carreira militar são: o risco de morte, com a obrigatoriedade de sacrificar sua própria vida em defesa do País, exigência que não é feita a nenhum outro agente público; a dedicação integral e exclusiva do militar da ativa, impedido de exercer outra profissão; disponibilidade 24h por sete dias da semana, sem remuneração adicional ou compensação, mesmo durante as férias; submetido a movimentação para qualquer região do País e em qualquer época do ano; exige elevado nível de aptidão física; mesmo na inatividade pode ser convocado a retornar ao serviço ativo e não podendo opor-se; não possui remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; não possui a jornada de trabalho diária limitada a oito horas; não possui repouso semanal remunerado; não recebe hora extra; não possui seguro de acidente de trabalho; não recebe adicional de atividade insalubre e perigosa e nem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Especificidades que foram base de argumentos para a construção de políticas diferenciadas para atenderem às demandas desse público. As condições de trabalho transcendem a vida laborativa e são estendidas à vida pessoal destes (as) sujeitos (as). O (a) interlocutor (a) ressalta a condição de trabalhadores dos (as) militares:

o assistente social faz a defesa de uma classe, que ela pode não se ver como trabalhadora, mas que ela é trabalhadora ela é. Que é uma classe histórica, uma classe que não tem direitos trabalhistas nenhum. O cara tá na Amazônia, ele tá percorrendo de barco lá, de um ao lado a outro lá Rio Amazonas, ele está exposto a própria sorte, desde as doenças tropicais, né, a ação do narcotráfico, enfim, e eu acho que é importante que a gente diga isso, porque eu acho que a visão de que se tem dos militares não é essa (Interlocutor (a) 03).

O (a) interlocutor (a) 03 ressalta que o (a) assistente social do Exército defende os (as) militares enquanto classe trabalhadora, mesmo que estes não se identifiquem como tal, mas reforça que os são, diante da exposição às vulnerabilidades no ambiente de trabalho, como aqueles que servem na Amazônia, em lugares ermos, e estão submetidos aos riscos de morte. No entanto, de maneira geral, a sociedade não percebe os militares enquanto trabalhadores que precisam ser assegurados em seus direitos.

Esses trabalhadores, submetidos a vulnerabilidades e riscos, demandam amparo para o atendimento das mesmas. Portanto, as Forças Militares brasileiras são instituições de promoção de políticas públicas, vinculadas não somente para sua

finalidade, como a defesa nacional, segurança pública e defesa civil. Conforme salienta Celestino (2017):

A promoção de ações e políticas públicas propostas por este âmbito, em contextos e momentos precisos se alarga sendo ampliada para áreas como saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer entre outras voltadas, aos sujeitos sociais que compõem seus quadros funcionais, bem como, seus dependentes atendendo ainda, a população civil em geral, sobretudo em situações emergenciais e de calamidade (CELESTINO, 2017, p.18).

No Brasil contemporâneo, a proteção social dos militares das Forças Armadas é composta pelo tripé: remuneração, saúde e assistência social. Configuração similar à Seguridade Social, não estando dividida em níveis como proteção social básica e especial, como na PNAS. O fato dos (as) militares não possuírem e nem fazerem parte do Regime Previdenciário, devido às suas especificidades, são contemplados pelo Regime Constitucional de Proteção Social. Conforme a Cartilha do Proteção Social editada pelo Exército:

a Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é constituída por um conjunto integrado de instrumentos legais e ações permanentes e interativas, que visam a assegurar o amparo social aos militares das FA e seus dependentes, haja vista as peculiaridades da carreira militar, de modo a compensar as limitações que lhes são impostas e o não usufruto de direitos e garantias comuns aos demais cidadãos brasileiros, com o objetivo de possibilitar o pleno exercício da carreira militar (ideias-força do sistema de proteção social dos militares das forças armadas, 2016, p.4).

Embora os (as) militares não participem do Regime Previdenciário brasileiro, existe a pressão de alguns setores da sociedade e da mídia em incluí-los na reforma da previdência, a qual vem sendo debatida com intensidade desde a proposta apresentada em dezembro de 2016, pelo ex-presidente Michel Temer, Proposta de Emenda Constitucional nº 287, que não abrangia os militares. Com a mudança do governo federal em 2019, esse debate continua na pauta com a (re) formulação da proposta. O então vice-presidente, general Antônio Hamilton Mourão, emitiu diversas declarações na mídia defendendo a inclusão dos militares na reforma, com o aumento no tempo mínimo de serviço dos militares da ativa, de 30

para 35 anos, e a tributação das pensionistas de militares, como formas de mitigar os gastos da União com as Forças Armadas⁶⁷.

Até mesmo a ideia de que a reforma da previdência seja a única forma de resolver o problema fiscal do país e assegurar sustentabilidade do sistema previdenciário para as futuras gerações é questionada, pois mais do que isso há uma tentativa de recuperar a confiança do mercado, como a queda da taxa de juros e a estimulação de investimentos. Alguns estudos, como o de Vianna (2017, p.14), sugerem que:

não se trata de reformar para garantir a sustentação das aposentadorias para as gerações vindouras, muito menos para liquidar privilégios, e sequer para equilibrar as contas públicas e reativar a economia. Aliás, não se trata de reformar a Previdência e sim de revogar sua condição de sistema universal de direitos, convertendo-a, como aconteceu com o SUS, num sistema pobre para os pobres (VIANA, 2017, p.14)..

Nesse contexto, os militares das Forças Armadas são alvos de pressão para inserção na reforma, pois seriam privilegiados, caso não contribuíssem com o regime da previdência. Vale ressaltar que, mesmo após a passagem para a reserva, continuam contribuindo para o sistema previdenciário próprio.

Esse debate chega às Forças Armadas com a difusão de informações sobre a Proteção Social, que, no Exército Brasileiro (EB) é composta pela saúde, através do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx), pela pensão militar e pela assistência social, através do Sistema de Assistência Social (SASEx).

Esse sistema difere da Seguridade Social, principalmente com relação ao processo contributivo e orçamentário. A Proteção Social é descontada na remuneração do militar, mesmo na inatividade. No Exército Brasileiro esse valor tem o teto de 3,5% (três vírgula cinco por cento) da remuneração para a saúde e a assistência. A alíquota no valor de 2,98% (dois vírgula noventa e oito por cento) é destinada à assistência médico-hospitalar do titular e do(a) cônjuge e 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) para a assistência social (Sistema de Assistência Social do Exército –SASEx). No caso do militar possuir mais um dependente direto, por exemplo, um filho, é descontada uma quota complementar no valor de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), e se possuir mais de um dependente direto essa quota passa para 0,5% (zero vírgula cinco por cento). Importa solicitar que o recurso

⁶⁷ A proposta de reforma da previdência do governo do atual presidente da República Jair Bolsonaro (2019), foi encaminhada separadamente para civis e militares, debate que perdura na Câmara e no Senado.

voltado para o custeio da assistência social é muito recente, garantido somente em 2017, através da portaria nº 591, de 17 de junho de 2017.

O Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA) e o Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) dispõem de 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) e 0,1% (zero vírgula um por cento) para a assistência social, respectivamente. Apesar do avanço em regulamentar e disponibilizar recursos para a assistência social militar, o EB ainda pode alcançar valores maiores, segundo observado nas demais Forças, apontou um dos interlocutores desta pesquisa, a saber:

Cada Força faz gestão do seu fundo, o Ministério da Defesa não tem gestão dele. As Forças têm autonomia financeira. Cada força inclusive opta em fazer percentuais distintos. A medida provisória é prevista que tenha um desconto do fundo de saúde de cada força um percentual para a assistência social. Em 2016 nós fomos provocados pelo Exército em uma reunião da CASFA, que o MD poderia enviar pra gente recurso né? Aí a gente começou a pensar sobre isso: e cadê o recurso que o Exército disponibiliza para a assistência social? Aí a Força teve que fazer um movimento para normatizar esse percentual do fundo de saúde para a assistência social. É uma coisa recente ainda a gestão desse recurso da assistência social no Exército. Eu fico muito feliz porque teve um avanço muito grande, por ter sido normatizado. Não importa se é x% ou y%. O importante é estar assegurado o recurso para a assistência social, e isso é um ganho muito grande né (Interlocutor (a) 02).

Em relação à pensão militar, todos os militares, ativos e inativos, contribuem mensalmente 7,5% (sete e meio por cento) para a pensão militar. Até a medida provisória nº 2.215-10/ 2001, o desconto de 1,5% (um e meio por cento), opcional para os militares que escolhiam deixar uma pensão vitalícia para as filhas mulheres, foi retirado, permanecendo somente militares e filhas com direito adquirido.

A Proteção Social dos militares é contributiva e corresponde a um valor que varia de 10,5% (dez e meio por cento) a 12,5% (doze e meio por cento) da remuneração mensal, descontada no contracheque. Esse valor é pago durante e depois do serviço ativo, acarretando em média a contribuição por 62 anos, considerando o tempo na reserva até sua morte. Portanto, a Assistência Social do Exército é contributiva, diferente da Política Nacional de Assistência Social, que é não contributiva.

O fato da Assistência Social do Exército ter sido contemplada no orçamento e dispor de recurso próprio é considerado um grande avanço que

possibilitou, segundo afirmou o ex diretor da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), em entrevista à Revista Silva, de 2017:

A previsibilidade anual do aporte de recursos financeiros para a assistência social; a possibilidade do estabelecimento de um contrato de objetivos com as Regiões Militares visando à descentralização de recursos financeiros para atender à execução das ações socioassistenciais planejadas; e a visibilidade para a assistência social do Exército Brasileiro. Por outro lado, sabe-se que a eficácia das ações direcionadas à implementação de programas e projetos de assistência social no Exército Brasileiro resulta diretamente do grau de sensibilização alcançado pelas organizações e pessoas envolvidas e da identificação da demanda social das diferentes Organizações Militares (OM).

Mesmo com os avanços citados, a sensibilização dos Comandantes do nível de execução é fundamental para a materialização da assistência social. Diante das várias funções realizadas pelas Regiões e Organizações Militares, essa deve ser prioridade, visto que viabiliza as demais missões.

A Constituição Federal de 1988 difere os (as) militares dos demais cidadãos, e desta forma, eles (as) não são enquadrados nas leis trabalhistas, devido seu regime específico. No entanto, considerando os empregos em operações e os serviços de 24h, eles (as) cumprem uma carga horária média de 66 horas semanais, o que em 30 anos de serviço ativo representa 45 anos de serviço de um trabalhador civil, submetido às leis trabalhistas.

Essas especificidades da carreira militar propiciaram a construção da Proteção Social para minimizar os efeitos causados pela exposição ao risco de vida, a disponibilidade permanente e exclusiva, a mobilidade geográfica, a exigência do vigor físico e as restrições de direitos civis e políticos.

Cada Força Singular passou por essa construção de forma peculiar, principalmente no que tange à assistência social. Desde a criação do Ministério da Defesa (1999), as Forças Armadas vêm se dedicando para unificar diretrizes, através da interoperabilidade, e garantir orçamento próprio, no intuito de desenvolver ações que ampare os militares e seus familiares em suas especificidades, seguindo algumas diretrizes das Políticas Sociais, já que estes, muitas vezes não se enquadram no recorte feito pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), sobretudo no que concerne ao enfoque na pobreza. Nesta perspectiva, importa destacar a fala do (a) seguinte interlocutor (a) da pesquisa:

O Ministério da Defesa, com profissionais Assistentes Sociais, né, de fato, eu acho que foi um período que a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa colocaram atribuições para as Forças Armadas, que era o quê? Que era atuar, de fato, na atividade fim da Política de Defesa, mas era, de forma geral, primeiro desenvolver o que eles chamam ali de interoperabilidade das Forças. Que é essa convergência das ações das Forças, e de uma maneira, talvez mais evidente, de você se aproximar das demais Políticas Setoriais, das discussões mais amplas da sociedade civil e tudo mais. Então, o debate de Defesa foi ampliado. O que é Defesa? Defesa não era mais esse negócio de combate, a estratégia é voltada para o poder psicossocial (Interlocutor 03).

Vale destacar nessa fala que o debate sobre Defesa Nacional se apropriou de outras categorias, voltadas para o cuidado e amparo de seu público-alvo, tendo como base as Políticas aprovadas no meio civil, e não se restringiu somente à Segurança.

Em um breve comparativo entre as Forças Armadas, temos uma hierarquia por antiguidade em que a Marinha é a instituição pioneira, seguida pelo Exército e, posteriormente, pela Aeronáutica. No âmbito da assistência social, a Marinha foi precursora nas ações, datadas de 1940, nas criações de núcleos, em 1975, e de ingresso de assistentes sociais de carreira, em 1982. Em seguida, a Aeronáutica, com ações de 1946, núcleo criados em 2009 e com assistentes sociais de carreira de 1982. O Exército incorporou, a *posteriori*, com ações em 1950, com a regulamentação das seções de assistência social em 2016 e ingresso de assistentes sociais de carreira a partir de 2015. Porém já tínhamos assistentes sociais civis no nosso quadro, como ressaltou o (a) interlocutor (a) abaixo:

As civis estão no Exército desde a década de 1990, que foi quando houve aquela transição né, quando a Constituição de 1988 unificou o funcionalismo público, você já tinha várias assistentes sociais em várias instituições sociais celetistas, quando os militares saem, vem a Constituição Federal, você tem que unificar o funcionalismo público, e várias instituições sociais foram encerradas. Elas foram acabadas. A FUNABEM, nossa, várias delas, a própria LBA. E nesse momento histórico, as profissionais dessas instituições poderiam optar para onde iriam, e várias delas escolheram as Forças Armadas, porque, assim, era o melhor lugar para o plano de cargos e carreiras né, o melhor salário, as melhores progressões (Interlocutor (a) 03).

Apesar da incorporação tardia da assistência social no Exército Brasileiro, em pouco tempo houve grandes avanços em termos de legislações, encontros e disponibilização de recursos. Cenário que tende a ser fortalecido devido aos resultados positivos alcançados com o trabalho das equipes multiprofissionais.

A trajetória da assistência social nas Forças Armadas parece confundir-se, por vezes, com a inserção dos profissionais de serviço social. Imbróglio ainda presente na atualidade. Enquanto a Marinha e o Exército possuem núcleos/sessões de assistência social, a Aeronáutica possui núcleos de serviço social e todas dialogam como executores de programas, projetos e ações socioassistenciais.

O Plano Estratégico do Exército (2016-2019) tem em um de seus Objetivos Estratégicos (nº 13), o fortalecimento da “dimensão humana⁶⁸”, que compõe as ações voltadas para a proteção socioassistencial de educação, saúde e assistência social. Dentre elas estão: o desenvolvimento de ações de apoio à família militar, o aperfeiçoamento da gestão de pessoal e a adoção de políticas para atender as demandas da inatividade. Além do Plano Estratégico, que trata da dimensão humana, e a Política e a Estratégia Nacional de Defesa Nacional que tratam da assistência social, teremos somente a portaria de criação das Seções de Serviço de Assistência Social que trata da atuação do (a) assistente social. O (a) interlocutor (a) ressalta que:

o Serviço Social não existe na Política e na Estratégia Nacional. Eles vincularam a gente nessa questão do humano, da dimensão humana. Eles quem? O setor de planejamento estratégico da defesa. (Interlocutor 02).

O atendimento realizado pelas equipes multiprofissionais, assistente social e psicólogo (a), ocorre em espaços voltados para militares, servidores civis, pensionistas e dependentes das respectivas Forças Armadas. Cada uma possui sua gestão, com estrutura, profissionais e recursos próprios. Situação que pode ser visualizada na tabela abaixo:

Tabela 1 - Atendimento realizado pelas equipes multiprofissionais

	Marinha	Exército	Aeronáutica
Público-Alvo	383.102	762.058	174.626
Assistentes Sociais (AS)	83	102	147
Público x AS	4.615 por AS	7.471 por AS	1.187 por AS
Núcleos/ Seções	37	42	37
Recurso assistência social	15,5 milhões	5,5 milhões	07 milhões

Fonte : Elaboração própria.

⁶⁸ A dimensão humana é uma das linhas de trabalho do EB, parte da diretriz do Comando da Força e um objetivo estratégico, que visa realizar ações para melhorar a qualidade de vida da família militar e as condições de trabalho do militar. Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 13 - Fortalecer a Dimensão Humana, o desenvolvimento de ações de apoio à Família Militar, otimizar e ampliar os Sistemas de Assistência Social, de Assistência Religiosa e Atividades de Lazer.

Podemos chamar atenção para a demanda extremamente superior do Exército, sua relação com o número de assistentes sociais e, por fim, a disponibilização reduzida de recursos, considerando as outras Forças Armadas.

Os (as) assistentes sociais mencionados na tabela acima são aqueles (as) que trabalham no sistema de assistência social. Destes, a Marinha conta com 28 (vinte e oito) profissionais de carreira, o Exército 04 (quatro) e a Aeronáutica 09 (nove). Com previsão de concurso público para o ano de 2019, no intuito do preenchimento de duas vagas na Marinha e na Aeronáutica. Esse retrato do número de profissionais, assistentes sociais de carreira, e o pioneirismo nas ações socioassistenciais da Marinha e da Aeronáutica refletem o protagonismo das mesmas, como relata o (a) interlocutor (a):

Mas em 2012, o que é que eu vi quando entrei como assistente social? Eu já via um grupo muito organizado, principalmente entre Marinha e Aeronáutica. E eu vi que esse grupo profissional, ele vinha pressionando o Exército, para que a Força mostrasse uma evidência no trabalho dos assistentes sociais com a Política, porquê? Exatamente pelo princípio da interoperabilidade, de incompletude institucional (Interlocutor 03).

O Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas, tema bastante difundido internamente na atualidade, traz um panorama e reflexões sobre a remuneração dos militares, as condições específicas do serviço, restrições de direitos, regime previdenciário, benefícios, pensão e saúde.

O caráter protetivo das Forças para com seu público interno e com a sociedade civil, em situações de desastres, ressaltado em suas normatizações, através do discurso da dimensão humana, é basilar na promoção de políticas públicas e no desenvolvimento de ações socioassistenciais para atender às necessidades postas.

As Forças Armadas, como instituições estatais, fomentam políticas públicas e, nesse estudo, focaremos a Assistência Social, considerando a especificidades desta no Exército, sua trajetória, suas configurações, suas particularidades e sua materialização na contemporaneidade.

4.2 MEMÓRIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS: DE POLÍTICA PÚBLICA À OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA

A Marinha foi pioneira com ações assistenciais para seu pessoal⁶⁹ que, para Moreira (et al. 2017), datam de 1919, com a criação do Abrigo do Marinheiro (AMN) para atender nas dificuldades enfrentadas no pós Primeira Guerra Mundial e o amparo financeiro com o montepio, já mencionado anteriormente. No entanto, as ações sistematizadas tomaram corpo em 1946, em um contexto de pós- Segunda Guerra Mundial, com a criação da Diretoria do Pessoal da Armada (DPA), que tinha em sua estrutura organizacional a Divisão de Conforto e Assistência, com a Seção de Conforto e a Seção de Assistência Social.

Segundo Moreira (2015), os documentos da Marinha, de 1946, explicitavam que a referida divisão apoiava os militares para contribuição no âmbito pessoal e do trabalho, com ações voltadas para as áreas da saúde, assistência jurídica, econômica, moral e sanitária, com repasse de gêneros alimentícios e vestuário, auxílio na educação dos filhos e outros amparos na vida dos militares e suas famílias.

Período em que a aeronáutica contrata as primeiras assistentes sociais civis, profissão que se desenvolve nesse período de expansão da economia capitalista em sua fase monopolista. Para Iamamoto (2008):

A prestação de serviços sociais públicos foi expandida, permitindo às famílias de trabalhadores dotados de emprego formal protegido usufruírem a cidadania regulada (Santos, 1979), com acesso aos direitos, podendo aplicar sua renda monetária para consumir e dinamizar a economia. A estes se somavam amplos segmentos destituídos de trabalho e cidadania (IAMAMOTO, 2008, p.171).

As ações no campo da assistência social nas Forças Armadas convergiam com práticas desenvolvidas na Era Vargas, para a população civil, com a política de controle social e de minimização de conflitos sociais e de classes. Segundo enfocou Moreira (2015):

O propósito da Marinha ao idealizar ações assistenciais nasceu, de certo modo, similar aos objetivos de uma empresa capitalista privada ao promover serviços sociais, ou seja, a promoção de medidas capazes de

⁶⁹ O termo “seu pessoal” ou “público-alvo” referem-se aos militares, servidores civis, pensionistas e seus dependentes no âmbito das Forças Armadas.

sanar, ou, na maioria das ocasiões, minimizar, os problemas sociais de seus empregados, que afetam a produtividade (ou rendimento) da força de trabalho, capazes de comprometer os interesses (ou missão) da empresa (Moreira, 2015, p.91).

Em 1953, a Marinha cria um Departamento de Assistência Social, responsável em planejar, orientar e coordenar todas as ações da área. Dez anos depois, essa estrutura foi modificada, criando a Subdiretoria do Serviço Social, composta pelos Departamentos de Auxílio Social e de Assistência Médico-Social. Em 1968, foi criada a Diretoria de Assistência Social da Marinha, através do Decreto nº 62.860.

Já o Exército Brasileiro tem suas primeiras ações na área da assistência social em 1956, criando a Diretoria de Assistência Social, com a Lei nº 8.251, que dispõe sobre a nova organização básica do Exército. Somente em 1976, foi aprovado o Regulamento do Departamento Geral do Pessoal do Exército, e em 1978, foi aprovada as Instruções Gerais (IG) para o funcionamento do Serviço de Assistência Social do EB, através da Portaria nº 3.056. Contudo, a Diretoria de Assistência Social (DAS) foi regulamentada somente nos anos 2000, pelo Decreto nº 3.652.

A Diretoria de Assistência Social da Marinha, criada em 1968, órgão normativo da Política de Assistência Social na Marinha, propôs a implantação de Núcleos de Assistência Social na Marinha (NAS) em todos os Distritos Navais, concretizadas em 1975, com o objetivo de executar, planejar e coordenar os serviços assistenciais, se desvincilhando do setor da saúde. Contudo, continuava com assistência judiciária, convênio com instituições de ensino, auxílios financeiros e orientação social e religiosa. Ações executadas por servidores civis das áreas do direito e serviço social. Essa Diretoria foi substituída, em 1977, pelo Serviço de Assistência Social da Marinha. Conforme enunciou Moreira et al. (2017):

Ao longo dos anos de 1977 a 1987, as ações assistenciais da instituição eram desenvolvidas de modo pulverizado, desprovidas de uma padronização de procedimentos, cada profissional agindo a seu modo. Tal questão se complexificava, ao se deparar com o fato de que a execução das ações institucionais, no âmbito da assistência social, não era desempenhada por profissionais qualificados para a função a OM deveria nomear um oficial de “assistência social” (MOREIRA et al., 2017, p. 57):

Em 1982, ingressam na Marinha e Aeronáutica as primeiras turmas de assistentes sociais, formadas pelo Quadro de Oficiais Femininos (QAFO). Na Marinha, esses profissionais estavam concentrados nos Núcleos e nas Organizações Militares eram nomeados oficiais para exercerem tal função, fato semelhante a benevolência e assistencialismo no meio civil, sem teor técnico em suas intervenções.

Em 1988, ano de inserção da Assistência Social como política pública na Constituição Federal e sua estruturação na Marinha, com a publicação das Instruções permanentes SOCIOMARINST nº 10-01-A, que constituem os Programas Sociais, e a SOCIOMARINST nº 10-01-B, de 1989, que define competências, procedimentos sigilos e a dinâmica de atendimento dos usuários.

As atividades do (a) assistente social e da área da assistência social eram ações pontuais que foram, no decorrer do processo histórico, alinhado-se muitas vezes, aos debates desenvolvidos no meio civil e tomando dimensões técnicas e de proteção social. O (a) interlocutor (a) abaixo recordou o seu trabalho realizado no Exército, como assistente social:

eu posso dizer assim, no posto de atendimento aos militares da reserva e pensionista, que foi o lugar onde trabalhei, era totalmente administrativo. Você carimbava papel, pedido, requerimento, não tinha nenhum trabalho do assistente social, e não teve até eu chegar. O número de benefícios não existia uma regulamentação. Ninguém pedia nada ou quando pedia era assim, um comandante soube que tem esse recurso, o seu militar perdeu a casa e encaminhava, mas era uma coisa assim, personalizada, você não tinha um sistema, um trâmite, um fluxo, você não tinha (Interlocutor (a) 03).

Na década de 1990, tivemos uma ampliação com a implantação da perspectiva de assistência integrada da Marinha e com os Núcleos de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), pautado no trabalho interdisciplinar para a manutenção da força de trabalho e ampliação da produtividade. Formato que deu visibilidade aos profissionais das áreas de humanas e ciências sociais, e amplificou os recursos e os Programas Sociais. A Portaria nº 83, de 1996, recriou a DASM para como órgão normativo do SAIPM e as normas que orientam os projetos e ações socioassistenciais.

Cada Força executava suas ações socioassistenciais de forma distinta, com regulamentos aprovados por cada um dos Ministérios, devido suas peculiaridades, até a criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999. O MD unificou

os Ministérios das três Forças Singulares: Marinha, Aeronáutica e Exército⁷⁰. Surgiu, assim, a necessidade de integrar e padronizar as intervenções na área da Defesa nacional, dentre elas a assistência social das Forças Armadas, política vinculada à defesa e segurança do país.

Esse debate de integração está presente desde 1946, quando foi instituindo o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Posteriormente, a ideia de um único ministério veio em 1967, pelo então presidente Castelo Branco, projeto que não vingou, voltando à cena na Assembléia Nacional Constituinte em 1988, também sem sucesso, e retornando em 1995, no governo do Fernando Henrique Cardoso. Não havia consenso nas Forças Singulares sobre essa unificação, protelando essa decisão.

Em 1996, foi criada a Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), composta por Ministérios das Relações Exteriores, de Justiça, da Marinha, da Aeronáutica, o Emfa, a Casa Civil, a Casa Militar e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Esses órgãos construíram o Documento de Política de Defesa Nacional (DPDN), que consistia no planejamento da Defesa e a centralização desta sob o controle civil. Conforme salienta Winand e Saint-Pierre (2010):

A reformulação da Defesa brasileira pautou-se na ideia de “otimizar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades”. Também compuseram os objetivos desta reformulação o alcance da transparência e da democracia no debate referente a este tema, uma maior articulação entre civis e militares e, também, entre as FA e o Itamaraty (WINAND ;SAINT-PIERRE, 2010, p.04).

Esse órgão do Governo Federal, incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, tem como missão coordenar o esforço integrado de defesa, visando a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio, dos interesses nacionais e a inserção do Brasil no cenário internacional. Uma de suas principais atribuições⁷¹ consiste na construção de políticas de defesa e de segurança nacional.

⁷⁰ O MD unificou os Ministérios independentes das três Forças Singulares com o objetivo de ampliar a integração e a interoperabilidade entre as Forças.

⁷¹ De acordo com a Lei complementar nº 97/1999, compete ao MD à implantação do Livro Branco de Defesa Nacional (LBND) abordando: o cenário estratégico para o século XXI, a política nacional de defesa, a estratégia nacional de defesa, a modernização das Forças Armadas, a racionalização e adaptação das estruturas de defesa, o suporte econômico da defesa nacional, as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, e as operações de paz e ajuda humanitária. O LBND, a Política

Cada Força Singular passa a ter um Comandante, subordinado ao MD, nomeado pelo Presidente da República, ao qual cabe gerir, com autonomia financeira e administrativa, a respectiva Força, construindo os regulamentos internos, considerando suas especificidades, de acordo com a Lei Complementar nº 97/1999.

Na estrutura organizacional do MD, tem a Secretaria Geral (SG), composta por subsecretarias, tais como a Secretaria de Pessoal, Ensino Saúde e Desporto (SEPESD), a qual tem, como um dos seus departamentos, o Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS), de acordo com o organograma abaixo:

Figura 2 – Organograma



Fonte: Elaboração própria da autora, 2019.

O DESAS foi criado pelo decreto nº 4.375, de 11 de junho de 2003, que, segundo Lima (2013), gerou um ambiente político interno favorável à criação da Política, formulada por técnicos e dirigentes. A referida autora analisou os registros

Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa são documentos que devem ser encaminhados para apreciação do Congresso Nacional de quatro em quatro anos para atualização. Em 2016, foram encaminhadas as minutas correspondentes ao período de 2017 a 2020 (Disponível no site: www.defesa.gov.br).

institucionais e identificou que os autores internos que construíram a PASFA tinham objetivos divergentes:

Os técnicos objetivavam que, em longo prazo, a integração das ações pudesse contribuir para a universalidade da cobertura em relação ao público-alvo da Política. Ou seja, qualquer equipamento de atendimento dos três Comandos Militares seria capaz de atender, em qualquer localidade, o militar e seus dependentes em igual condição, de modo a garantir, formalmente e objetivamente, o direito à Assistência Social ao seu público-alvo. Apesar dos ousados objetivos dos técnicos, os dirigentes focaram as atenções no processo de normatização com o interesse em atender ao que previa parte das atribuições do DESAS: normatizar as ações de Assistência Social executadas pelos Comandos Militares (LIMA, 2013, p. 59-60).

O departamento era composto pela Divisão de Saúde (DISAU) e Divisão de Assistência Social (DIVAS). A DIVAS, aprovada somente em 2008, através da Portaria nº 142, tem como objetivo assessorar o Ministério da Defesa no âmbito da assistência social e possui as seguintes competências:

- I - planejar e coordenar ações técnicas para o aprimoramento da PASFA, orientando e acompanhando seu processo de implementação;
 - II - acompanhar a adequação das normas para a execução das atividades de assistência social e às diretrizes da PASFA;
 - III - acompanhar os estudos e analisar as propostas de implantação de programas e projetos visando à melhoria dos serviços de assistência social prestados aos militares e servidores civis do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;
 - IV - auxiliar na coordenação e na realização de estudos visando à melhoria da gestão e à racionalização dos programas e projetos de assistência social;
 - V - acompanhar os estudos relativos à formulação e à normatização das atividades de assistência social, bem como das políticas públicas setoriais e transversais no âmbito da Administração Federal, emitindo pareceres quando consultada;
 - VI - acompanhar o desenvolvimento e a execução de programas sociais elaborados pelo poder público de interesse para a PASFA;
 - VII - analisar e emitir pareceres, relatórios, sobre assuntos relacionados às atividades de assistência social nas Forças Armadas;
 - VIII - acompanhar as ações de apoio à defesa civil prestado pelas Forças Armadas com vistas a subsidiar propostas de diretrizes gerais de atuação na área de assistência social;
 - IX - coordenar, em conjunto com os órgãos setoriais de assistência social dos respectivos Comandos Militares, no âmbito do Sistema de Informações de Saúde e de Assistência Social do MD (SISAS-MD), a consolidação dos dados relativos à prestação dos serviços de assistência social pelas Forças Armadas;
- (Portaria Normativa nº 564/MD, art. 16, 2014).

A DIVAS foi criada após a construção da PASFA, no intuito de coordenar suas ações e apoiar, tecnicamente, as Forças Singulares, gerindo, assim, a

interoperabilidade da assistência social nas Forças Armadas. É atualmente composta por duas assistentes sociais de carreira da marinha. O que representa um avanço, pois são profissionais da área, oficiais das FA.

A Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA) foi pensada e elaborada a partir do 1º Encontro da Assistência Social das Forças Armadas, ocorrido em 2005, na cidade do Rio de Janeiro. Evento realizado durante quatro dias, contou com a participação de cinquenta (50) pessoas indicadas por cada FS, com o objetivo de socializar experiências, aprovar a minuta de uma política integrada de assistência social e definir os serviços mínimos a serem executados. Na fala abaixo, o (a) interlocutor (a) ressaltada o protagonismo dos (as) profissionais de serviço social nessa construção. A nomenclatura Encontro foi substituída, posteriormente, por Fórum.

Como surgiu a necessidade do 1º Fórum? Para criar uma norma comum. Não estávamos lá para te dizer concretamente. Tinha uma assistente social Mar e Guerra da Marinha, era chefe na época. Olha o que é bonito. Essa Política de Assistência Social foi criada a partir do Fórum, que não era Fórum ainda, era Encontro de Assistência Social da Defesa, em 2005. A gente participou desse encontro. Depois veio o das diretrizes, eu não participei. Sempre só assistentes sociais participaram (Interlocutor (a) 02).

Foram realizadas também visitas de técnicos e dirigentes do departamento, em 2004, para sensibilizar os Comandos Militares sobre a unificação das ações socioassistenciais e conhecer as atividades na área da Assistência Social executadas pelas três FS.

No Exército foi visitada a Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), hoje DCIPAS, e o Setor de Assistência Social do Comando da 11ª Região Militar, hoje SSAS, ambas localizadas em Brasília-DF. O relatório tinha poucas informações e descrevia as seguintes atribuições do Setor de Assistência Social:

viabilização dos benefícios constitucionais como vale-transporte, auxílio-alimentação e auxílio pré-escolar. Desenvolvimento dos projetos “hospitalidade e lazer” e “Pé na estrada”, ligados aos hotéis de trânsito. Além do auxílio financeiro, indenizável, não indenizável ou misto. As seções não eram lotadas por técnicos da área de Assistência Social (LIMA, 2013, p.63).

Atribuições que vão se estender com a construção da PASFA (2006), das diretrizes (2010) e da Seção do Serviço de Assistência Social (2016), as quais serão

desenvolvidas no decorrer do texto. Vale ressaltar que, nesse período, estava no auge do debate da operacionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). A iniciativa de construir uma Política de Assistência Social para as Forças Armadas teve como base o debate de assistência social enquanto política pública no meio civil.

Além das visitas, foi realizada uma pesquisa intitulada “Retratos da Família Militar”, com o “objetivo de caracterizar o público-alvo da Política e delimitar melhor o problema que deveria movimentar a instituição para a aprovação da Política” (LIMA, 2013, p.60). E a autora concluiu que essa movimentação não se deu devido às demandas e sim em virtude da necessidade de integrar as ações já realizadas pelas FS desde 1946.

Foi elaborado também um “Estudo da padronização dos serviços sociais a serem oferecidos pelas FA, com previsão orçamentária”, com o objetivo de levantar as necessidades comuns das FS e determinar o desenvolvimento obrigatório de Programas. A metodologia utilizada foi o estudo das legislações e dos Programas oferecidos pelas Forças, contato com os executores e apresentação da “sugestão de padronização dos serviços sociais” no 1º Encontro dos Órgãos de Assistência Social das FA. Lima apresentou em sua pesquisa que:

Foram identificados, nos registros institucionais, as dificuldades de diálogo da DIVAS com os Comandos Militares em virtude da falta, ou morosidade, nas respostas para atendimento das solicitações de informações por parte do Ministério, além da dificuldade de acesso aos técnicos dos Comandos, causada pela hierarquia rígida típica das organizações militares, que dificultavam a comunicação entre os técnicos da Divisão e os responsáveis pela implementação das decisões nos Comandos Militares. (LIMA, 2013, p.64,65).

Muitos desafios foram enfrentados na estruturação do MD e a na implantação da interoperabilidade, pois os Ministérios das Forças eram independentes e realizam ações distintas, de acordo com suas especificidades.

No citado 1º Encontro da Assistência Social das Forças Armadas, de 2005, foram apresentadas as atividades executadas por cada Força Singular e construída a PASFA, em consonância com as demais políticas públicas sociais desenvolvidas pelo Estado, com ênfase para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Após debates e construções na Oficina de Trabalho desse encontro, e com a aprovação dos Comandantes de cada Força, a PASFA foi regulamentada pela Portaria nº 1.173/MD, em 06 de novembro de 2006, apenas dois anos após a regulamentação da PNAS (2004). Essa tinha como finalidade, orientar as atividades de Assistência Social no âmbito da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e do Exército Brasileiro. O objetivo traçado era atender às demandas socioassistenciais de forma preventiva e promocional para garantir o bem-estar social do seu pessoal. O público-alvo dessa política são militares e servidores civis⁷² ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, independente da renda. Ponto divergente da PNAS, mas converge quanto ao atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Apesar da PASFA ter sido criada com a perspectiva de que os militares pertencem a um grupo específico e diferenciado da sociedade brasileira e, por isso, necessitam de uma Política de Assistência Social própria, não se pode desvinculá-los das transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que precarizam e vulnerabilizam a classe trabalhadora. Apesar das especificidades e do distanciamento legal que perpassam o meio militar, as pessoas que compõem essas Organizações e seus familiares estão inseridos na reprodução social do modo de vida capitalista.

As intervenções na área da Assistência Social nas Forças Armadas estão inseridas em uma realidade econômica, política e social que implica, diretamente, nas demandas apresentadas, pelos militares, e nas respostas, dada por suas instituições. Logo, compreender em que seio foi gestado e maturado nos possibilita avaliar e intervir de forma mais qualificada.

Anterior à PASFA, as três Forças já executavam ações no campo socioassistencial para atender algumas demandas de seu pessoal, principalmente, a Marinha, pioneira nessas ações e na inserção de assistentes sociais em seu quadro profissional. No entanto, eram ainda ações pontuais, sem regulamentações unificadas em âmbito nacional.

Em 2007, foi instaurada a Portaria nº 893/MD, para a constituição do Conselho Consultivo de Assistência Social das Forças Armadas (CCASFA), no intuito de assessorar o Ministro de Estado da Defesa na formulação de políticas e

⁷² A categoria servidor civil mencionada, diz respeito ao funcionário público do Exército Brasileiro que não é militar.

diretrizes no campo da assistência social, tal como apreciar assuntos técnicos. Esse Conselho foi composto, à época, pelo Diretor do DESAS, pelo Diretor de Assistência Social da Marinha, pelo Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) do Exército, e pela Diretoria de Administração da Aeronáutica.

O CCASFA teve durabilidade de somente um ano, pois a Portaria nº 1.432, de 22 de outubro de 2008, constituiu a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas (CASFA), com as mesmas atribuições do Conselho e com reuniões semestrais. A Portaria nº 1.473, do mesmo ano, aprovou o Regimento Interno da Comissão, que foi alterado pela Portaria nº 1.835, de 09 de dezembro de 2010⁷³.

Um dos frutos das reuniões da CASFA foi a deliberação do 2º Encontro de Assistência Social das Forças Armadas, com a finalidade de padronizar as ações desenvolvidas pelas três Forças. Ocorrido em 2010, teve como produto a Portaria nº 881/MD, a qual aprova as diretrizes para o desenvolvimento dos seguintes programas da PASFA: Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência (PAPD), Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria (PPRA), Programa de Apoio Socioeconômico (PASE), Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ) e Programa de Atendimento Social à Família dos Militares e Servidores Civis Participantes de Missões Especiais (PASFME).

Tomando por base as diretrizes acima citadas, são criadas portarias que normatizam cada um desses programas, estabelecendo objetivos, atribuições e a aplicabilidade de recursos no campo de cada Força.

O Encontro de Assistência Social das Forças Armadas, em sua terceira edição, passou a ser denominado de Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa (FASMD). O 3º FASMD ocorreu em 2010, com o tema “O Militar e o Servidor Civil como Foco de Atenção do Ministério da Defesa”, abordando os programas de qualidade de vida e ações voltadas ao público-alvo.

Com frequência bienal, o 4º FASMD foi no ano de 2012, com a participação do Conjunto CFESS-CRESS, e

emergiu de debates realizados na 6º reunião da CASFA, em junho de 2011, onde foi apresentada a atuação de Assistentes Sociais da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil no desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, enfocando que o tema precisava de uma regulamentação própria, que não se limitava ao contido no Programa de Atendimento Social às Famílias dos Militares e Servidores Civis

⁷³ As alterações foram somente para substituir a vinculação da Comissão, que passou da Secretaria de Organização Institucional para a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

participantes de Missões Especiais (PASFME). Nas situações de desastres, além da atuação junto ao público alvo da Assistência Social nas Forças Armadas, surge a demanda junto à população civil, quando é solicitado apoio aos militares, em virtude do colapso das condições de atendimento nas localidades afetadas (Chagas; Albuquerque, 2017).

Embora seja uma política multidisciplinar, a participação do (a) assistente social é tão significativa, no âmbito da assistência social nas Forças Armadas, que a temática do Fórum foi a atuação desses profissionais em situações de desastres. Aspecto que levantou questionamento por parte de um (a) dos (as) interlocutores (as) da pesquisa, pois havia outros profissionais discutindo a intervenção do serviço social:

(...) como é que um encontro que vai discutir o serviço social chama-se Encontro de Assistência Social das Forças Armadas? Sempre a nossa vinculação muito estreita com a Política de Assistência e foi, na minha opinião que contribuiu para construir a identidade nas Forças, os sujeitos de direitos né, eram sempre vinculados aos direitos de assistência, direito de amparo, direito de bem-estar, direito de proteção (...) (Interlocutor 03).

Fato que demonstra a força e o protagonismo desses profissionais no processo de participação ativa na construção da política de assistência social das Forças Armadas. Além do público militar, em momentos de calamidades públicas, esta PASFA estende-se à população civil, que não tem vínculos com militares, mas que estão em situação de vulnerabilidades ou riscos sociais. Um exemplo são os desastres naturais que afligem pessoas residentes em áreas de risco ambiental, que perpassa pela ausência de planejamento urbano, de políticas habitacionais eficientes, do direito à cidade, com prejuízos humanos, materiais e econômicos. Desastres que podem ter suas conseqüências minimizadas ou maximizadas, de acordo com as condições sociais, econômicas dos (as) sujeitos (as) e a capacidade de resposta do poder público a esses desastres.

Os assistentes sociais têm atuado em cenários pós-impacto, uma intervenção emergencial, muitas das quais são tragédias “anunciadas”, oriundas da segregação socioespacial e dos processos de desigualdades sociais.

O Código de Ética Profissional, no art. 3º, prevê essa participação em programas de socorro à população em situação de calamidade pública. Há escassez de produção teórica e debates sobre essa área de intervenção profissional. Portanto, o 4º Fórum possibilitou o fomento dessa discussão, importante para avanços no debate da categoria e das Forças Armadas. Nesse mesmo evento, um (a) dos (as) interlocutores (as) que dele participou, relatou sua experiência:

Então em 2012, logo que eu cheguei (...) já fomos para aquele Fórum de Assistentes Sociais das Forças Armadas né. Nesse encontro, para a minha surpresa, eu já vi vários profissionais assistentes sociais e o que estava muito claro ali pra mim era que, enquanto a FAB, e a Marinha tinha uma evidência de identidade do que é e o que faz, já tinham instrumentais, então assim, é..., questionários, modelos de relatórios, modelos estatísticos, as políticas já previstas, né com normativas e tudo, o Exército não tinha nada (Interlocutor (a) 03).

Dois anos depois, em 2014, ocorreu o 5º Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa, com o tema “O monitoramento dos Programas Sociais da Política de Assistência Social das Forças Armadas: construção de indicadores e análise de resultados”. Fruto da 12ª Reunião da CASFA, que focou nos instrumentos de monitoramento e avaliação da Política recém elaborada.

Todos esses Fóruns desenharam o direcionamento que as FA davam à assistência social, com a participação ativa dos (as) profissionais de serviço social, através do consenso entre as Forças e consolidado pelo MD, como descreve o (a) interlocutor (a):

As normas foram construídas nos Fóruns. Por uma questão financeira a gente não está conseguindo reunir. O primeiro momento foi: vamos nos reunir com os técnicos e ouvir os técnicos. Sempre com a participação dos profissionais de serviço social. Aí é lógico que esse documento é consolidado, a gente tem todo um trâmite burocrático, envia pras Forças, aí é apreciado por cada Comando e aí vem a resposta formal pra gente. Mas a gente sempre procura a participação dos técnicos (Interlocutor (a) 02).

No ano seguinte, em 2015, a Administração Central do Ministério da Defesa publicou uma portaria que os atos normativos deveriam ser revisados trienalmente. E a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas decidiu revisar as diretrizes da PASFA, esta portaria foi revogada logo em seguida através da Portaria Normativa nº 2.624, de 07 de dezembro de 2015, a qual aprova a Política Setorial de Defesa (PSD). Este documento estabelece os objetivos das ações previstas na Estratégia Nacional de Defesa.

Na PSD estão descritos os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD), que correspondem às metas do Ministério da Defesa, de acordo com suas áreas de atuação: Militar; Cibernética; Inteligência de Defesa; Logística de Defesa; Pessoal de Defesa; Ensino de Defesa; Desporto Militar; Indústria de Defesa; Sensoriamento Remoto; Ciência, Tecnologia e Informação; Comunicação Social; e a Assistência Social.

Cada área de atuação possui objetivos setoriais de defesa. A Assistência Social corresponde ao OSD número 21: “Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.” Esse OSD é composto pela Ação Estratégica de Defesa, número 15, que apresenta os seguintes objetivos:

ASD 74 Promover a interação entre os órgãos de Assistência Social das Forças Armadas; ASD 75 Incentivar a divulgação de boas práticas de Assistência Social das Forças Armadas; ASD 76 Capacitar os recursos humanos necessários à condução das atividades de Assistência Social no âmbito do Ministério da defesa; ASD 77 Promover o desenvolvimento da estrutura de Assistência Social no âmbito das Forças armadas; ASD 78 Promover a evolução dos conhecimentos sobre Assistência Social no âmbito do Ministério da Defesa. (Portaria Normativa nº 2.621, 2015).

A Política de Assistência Social foi reconfigurada e incorporada a uma Política dita mais abrangente, na qual a assistência social passou a ser um dos eixos que estão especificados nas Ações Setoriais de Defesa (ASD) acima descritas. Para um (a) de nossos (as) entrevistados (as), esta reconfiguração das PASFA, não representou um retrocesso para a assistência social, mas sim, um processo comum a todas as políticas vinculadas ao MD, sendo positivo o fato da existência da PASFA para sua inserção em um planejamento maior, o planejamento da Defesa nacional. Neste sentido, destacamos o seguinte relato:

Desde 2013, por aí, o que é que aconteceu na Defesa? Defesa é um ministério novo. Então ele não tinha um planejamento estratégico da Defesa. O que aconteceu com a ampliação do Ministério da Defesa? Isso é na minha cabeça certo? e também o que a gente escutava falar. Criou-se um ministério, mas as ideias conjuntas ainda não existiam. Existiam várias políticas. Não existia só a Política de Assistência Social não, Política de Assistência Social, Política de Informática, Política de Mobilização. Cada departamento ou setor específico tinha a sua Política. Isso aí não foi uma perda ou retrocesso em termos de assistência social. Quando você se deparar com a Política Setorial de Defesa existe uma caixinha para vários temas e cada tema daquele tinha uma política, separadinha, e a assistência social só foi incorporada porque ela já existia como política (Interlocutor (a) 02).

Importa salientar que tal reconfiguração ocorreu em um contexto de crise econômica e recessão profunda em um cenário político de intensas reformas e desmonte do Estado Social Brasileiro.

Nesse mesmo ano, 2015, foi aprovado o Projeto de Lei Orçamentária para 2016, com o corte da ordem de R\$ 10 bilhões de reais para o Programa de

Renda Mínima Bolsa Família. Conforme os cálculos do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) serão excluídos 23 milhões de beneficiários deste Programa de Transferência de Renda. Outros programas sociais também tiveram cortes em 50% do seu orçamento, a exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Minha Casa, Minha Vida e o Ciências sem Fronteiras.

A previsão é que até 2020 a dita “política de austeridade” atinja a redução de R\$ 20 bilhões de reais no orçamento público, considerando o corte nas aposentadorias por invalidez e auxílio doença, que já atingiram 5,7 milhões de pessoas. Esse é o processo de contra reformas que vivenciamos na Seguridade Social.

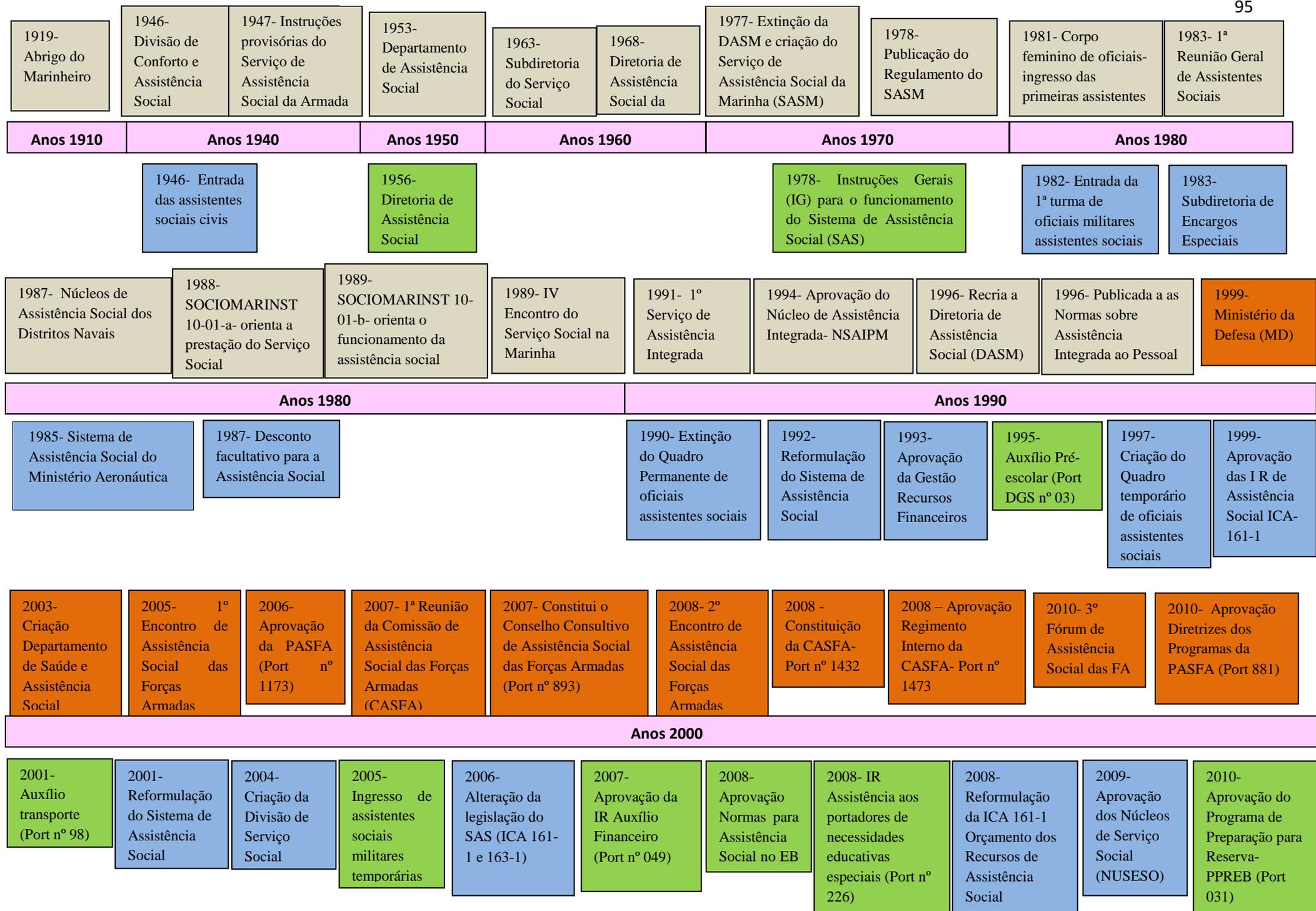
Outras ações são incorporadas a esse projeto, com destaque às privatizações de instituições estatais em curso, a extinção de Ministérios, como o da Previdência Social, a redução de mais de duzentos direitos dos trabalhadores e o pagamento dos juros e amortização da dívida pública.

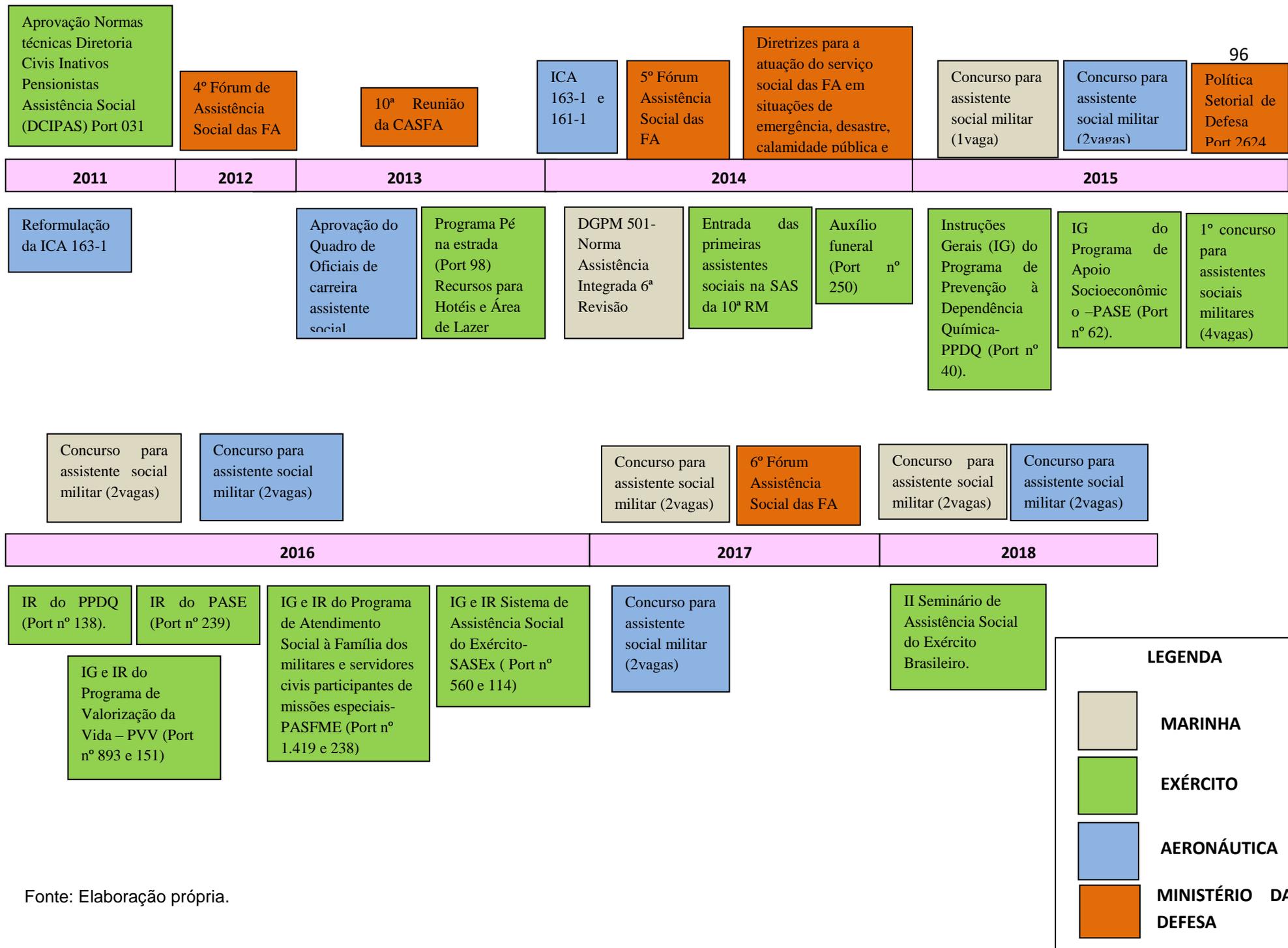
A crise estrutural do capital atingiu todos os setores da sociedade: econômico, político, social, educacional e cultural. Em 2019, o país chega com uma taxa de desemprego em torno de 13 milhões de pessoas. A tentativa de retomada do superávit primário poderá acarretar um forte impacto nos direitos e políticas sociais.

Esse retrocesso na Seguridade Social não é recente. Afinal, esta vem sofrendo ataques desde 1998, com a Emenda Constitucional nº 20; em 2003 com a Emenda Constitucional nº 41; e, mais recente, em 2016, com a Emenda Constitucional nº 95, que institui o Novo Regime Fiscal, o qual vigorará por vinte exercícios financeiros. A Política de Assistência Social vai ser reduzida de 1,6% do PIB para 0,7% do PIB, isso equivale a R\$ 868 bilhões em 20 anos, é mais que uma alteração nas contas públicas brasileiras, é o desmonte de qualquer perspectiva de garantia de ampliação de direitos sociais, é o fim da possibilidade de qualquer pacto civilizatório, segundo Evilásio Salvador (2017).

Na intenção de melhor visualizar a trajetória histórico-normativa da Assistência Social nas Forças Singulares e no MD, construímos o quadro abaixo, tendo como base a elaboração de Lima (2013, p. 82), com as devidas atualizações.

Figura 3 - Trajetória da Assistência Social nas Forças Armadas





Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, ao contrário do refreamento, o Exército Brasileiro foi mais ativo após a revogação da PASFA, valorizando mais as ações socioassistenciais e a proteção social do seu pessoal. Essas características serão apontadas a seguir.

4.3 NAS PARTICULARIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, A CONSTRUÇÃO RECENTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os encontros de assistência social das Forças Armadas ocorridos no decorrer dos anos foram espaços de debates e construções sobre as ações da área de assistência social no âmbito do Ministério da Defesa. Sempre priorizando a participação de assistentes sociais e proporcionando um ambiente de falas, com a apresentação das dificuldades e possibilidades, com forte apoio dos (as) profissionais do Ministério da Defesa. No entanto, nos primeiros Fóruns, o Exército Brasileiro participava com algumas limitações, como ressalta o (a) interlocutor (a) 03:

eu tinha voz até demais, com os iguais. Tinha um momento nesses fóruns, que era só para os profissionais assistentes sociais. A gente sentava, fazia as discussões, mas assim, era uma coisa mais de ouvir. As profissionais do MD sempre cumpriam um papel muito importante, que era de blindar, porque mal ou bem, a gente estava apresentando as mazelas ali [...] Eu participei como? Através dos Congressos, principalmente do MD. Então, no EB, eu não tenho esse relato. Não foram chamadas as assistentes sociais. Não foi isso. Você tinha lá aquela divisão dizendo o que tinha que fazer. Alguém sentou lá na gestão e fez. Eu não posso dizer que foi uma construção coletiva, mas essa é minha opinião tá. Pode ser que alguma assistente social participou mais ativamente, mas não foi a minha questão.

Esses espaços só foram construídos posteriormente pelo Exército. Até 2013, os relatos sobre debates de assistência social na Força Terrestre eram diminutos.

Segundo já enunciado, (as) assistentes sociais estiveram à frente desta construção, embora outros profissionais estiveram envolvidos, tais como das áreas do direito e da psicologia. De fato, consideramos que a inserção do Serviço Social no quadro de profissionais das três Forças Singulares pode ser considerada um dos elementos fundamentais ao avanço da construção da Política de Assistência Social nas Forças Armadas, no contexto brasileiro, considerando a fala do (a) interlocutor (a), que enfatizou os espaços dados à esses profissionais para se reunirem e discutirem estratégias, normatizações e trocaram experiências, fortalecendo o

protagonismo profissional. Já no EB, registramos a inserção mais tardia do Serviço Social em seus quadros profissionais.

Até 2015, todos (as) os (as) profissionais de Serviço Social do Exército eram temporários. Pela primeira vez, foi aberto concurso público, com quatro vagas para profissionais desta área, para comporem o quadro complementar de oficiais de carreira do EB. A Marinha já incorporava, desde 1981, assistentes sociais em seu quadro de oficiais, e a Aeronáutica abriu sua primeira turma desses profissionais em 1982. Vale ressaltar que, em 1946 já havia assistentes sociais civis na Aeronáutica. Todavia, somente mais de três décadas depois, o EB forma sua primeira turma de assistentes sociais de carreira, a contribuir significativamente com o debate e materialidade da assistência social nesta Força específica.

Cabe ainda salientar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, foi recentemente inserido nesse espaço ocupacional, em 2016, com a condição da relativa autonomia na condução de seu exercício profissional. Encontra-se permeada pelos interesses do empregador, da instituição militar, que incidem, diretamente, nas suas relações e condições de trabalho, bem como no atendimento ao público- alvo⁷⁴.

O espaço ocupacional aqui enfocado constitui-se em um grande desafio para o Serviço Social, pois suas estruturas organizacionais são rígidas, complexas e conservadoras. Possui, como pilares, a hierarquia e a disciplina, noções massificadas pela instituição militar. Enquanto setor do Estado, é marcado pela burocracia, que, segundo Lefebvre (1979), seu princípio efetivo é o culto à autoridade, à hierarquia de um saber sistemático e formal, com obediência passiva aos mecanismos da atividade fixada em formas e rotinas.

Embora a burocracia esteja arraigada nas instituições públicas, havia uma tentativa da gestão local da SSAS/10 em transpor essas barreiras para que o trabalho pudesse ser executado com mais fluidez, e assim, priorizar os objetivos da seção, que são os atendimentos e ações na perspectiva da prevenção das

⁷⁴ Essa relação de trabalho caracteriza-se como: “ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais, (condensadas nas múltiplas expressões da *questão social*) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduos e suas famílias, grupos com recortes específicos [...] uma atividade inscrita predominantemente *no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência* dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas-, com destaque para o campo da seguridade social e , nela, da assistência-, que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2008, p.198).

vulnerabilidades e da promoção do bem estar social, mesmo com as exigências da gestão nacional, para com os registros e documentações a serem respondidas. Nesta perspectiva, cabe destacar a fala do (a) nosso (a) interlocutor (a) 05, a saber:

a gente não tem que ficar fazendo burocracia. Burocracia a gente já tem demais. Tem que ser uma sessão que tem que ter os controles, tem que ter as coisas anotadas pra depois a gente não cometer os mesmos erros. E certo, normal, mas a gente não pode deixar de ser uma sessão prática, de ação. O nosso trabalho é atender, assistir as pessoas, orientar, passar conhecimento. A gente não pode deixar de fazer isso nunca, pra passar a ser uma sessão que está respondendo a um monte de documento, um monte de estatística.

O Exército configura-se em mais um dos diferentes espaços ocupados pelos (as) assistentes sociais, a merecer atenção, para impulsionar pesquisas e projetos capazes de favorecer o conhecimento desse segmento, de maneira a criar um acervo de dados sobre os (as) sujeitos (as) e as expressões da questão social que vivenciam em âmbito militar.

A Assistência Social carrega uma característica que perpassa o processo educacional, que converge com a dimensão político-pedagógica do serviço social, contribuindo no acesso à informação e possibilitando maior participação. Assim, contribuir com os (as) sujeitos (as) ativos (as), reflexivos e que possam transformar, conscientemente, sua própria história. O trabalho do assistente social, no dizer de Iamamoto (2006):

tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem objetividade que não é material, mas é social [...] Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos (IAMAMOTO, 2006, p. 67).

Esse fazer profissional vai ao encontro do que o gestor local apontou como o objetivo central da SSAS:

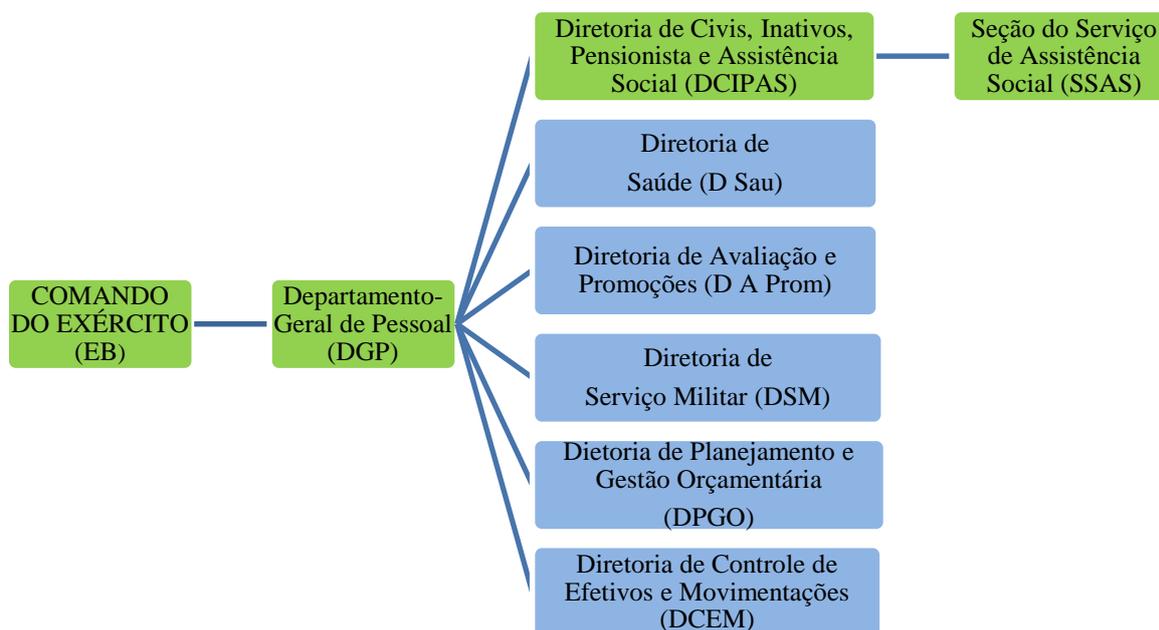
outro grande trabalho na seção que eu acho que é o mais importante, é o trabalho educativo, nas palestras, nas conversas, nas orientações em todos os momentos eu sempre tive a preocupação de transmitir às pessoas algum conhecimento, alguma ideia [...] (Interlocutor (a) 05).

Essas aproximações entre a Política Nacional de Assistência Social e as intervenções na área da assistência social no Exército, ocorreram muito

recentemente, pois temos uma lacuna temporal da normatização da assistência social do Exército, no intervalo de 1978 a 2008⁷⁵, bem como o tardio ingresso de assistentes sociais no quadro de oficiais de carreira no Exército, indicam uma escassez das atividades na área da assistência social, em especial nesta Força Singular. Trata-se de uma área pouco explorada e com carência de pesquisas e estudos, que resgatem sua historicidade, seus processos de implementação, bem como o necessário monitoramento e avaliação.

Na esfera do Exército Brasileiro, a assistência social é gerida pela Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), subordinada ao Departamento- Geral de Pessoal. Este setor possui a missão de planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas aos Serviços de Administração de Inativos e Pensionistas, de Gestão do Pessoal Civil e da Assistência Social do Exército, que abrangem as três Subdiretorias, de acordo com o organograma abaixo:

Figura 4 – Organograma



Fonte: Elaboração Própria (2018).

⁷⁵ Em 1978 foi criada a Port. Min. nº 3.056, de 07 de dezembro de 1978, que aprovava as Instruções Gerais para o Funcionamento do Serviço de Assistência Social do Exército (IG 10-19). Após essa legislação, o Exército só veio elaborar outra normativa na área da assistência social em 2008, com a Port. nº 884, de 04 de novembro de 2008, que Aprova as Normas para a Assistência Social no Exército.

Essa Diretoria é o órgão técnico- normativo nos temas relacionados à Assistência Social no DGP e coordena as ações operacionalizadas pelas Seções do Serviço de Assistência Social (SSAS), que executam a Assistência Social no Exército, distribuídas nas Regiões Militares de todo o território brasileiro.

Em 2016 houve avanços para a Assistência Social, com a aprovação das Instruções Gerais e Reguladoras para o funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx). Mais recentemente, em 2017⁷⁶, foi consignada dotação orçamentária para a Assistência Social, correspondente a 0,02% dos recursos do Fundo de Saúde do Exército, que apesar de parecer pouco, é de suma importância a obtenção de recurso próprio. Nessa perspectiva, considerando que a assistência social está inserida em uma Política fomentada pelo Estado para atender um recorte da população, entendemos que se assemelha às Políticas Públicas quando trata-se de orçamento, assim como retrata Salvador (2012, p.127) que compreende que “o dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país”.

A assistência social nas Forças Armadas e, principalmente, no Exército Brasileiro, é uma área recente, ainda em processo de implantação e implementação. Devido ao déficit de profissionais especializados e à ausência de instrumentos legais para a sua concretização, as ações eram incipientes, até o ano de 2015. Os últimos anos, 2016 a 2018, foram referência na gestão e na publicação de portarias que regulam a assistência social no Exército. E desde 2006, esse fortalecimento perpassou todas as Forças Singulares.

O (a) sujeito (a) 03 ressalta as mudanças ocorridas a partir de 2012, principalmente, aquelas referentes à intervenção do serviço social. Categoria que não era citada em nenhuma normativa do Exército, até 2016, foi abordada na portaria do Sistema de Assistência Social do Exército, que definiu esse profissional como membro da equipe mínima da SSAS e descreveu suas competências. As portarias dos programas socioassistenciais também trataram da intervenção do (a) assistente social e de seus instrumentais como o parecer social. E com maior evidência podemos citar o primeiro concurso público para a área em 2015. Os

⁷⁶ Regulada pela Portaria nº 591, de 7 de junho de 2017.

avanços e desafios observados, a partir de suas experiências, foram relatados abaixo:

Eu acho que, de 2012 pra cá, teve a minha saída da Força, mas continuo acompanhando, teve uma mudança tremenda, porque assim, não tinha amparo legal nenhum para a atuação do assistente social. E aí começou a construir uma referência normativa, de portarias, de programas, o próprio concurso para a área de carreira. Eu acho que teve uma evidência dessas mudanças que, na minha concepção, foram positivas (Interlocutor (a) 03).

Além das normatizações da assistência social, o (a) interlocutor (a) 03 apontou a educação inclusiva nos Colégios Militares e a definição de medicamento de alto custo na saúde como os maiores avanços no Exército Brasileiro, com relação à garantia de direitos na área da educação e da saúde.

Esse (a) interlocutor (a) relata ainda os principais limites identificados, como o número reduzido de assistentes sociais de carreira, bem como as demandas de um espaço socioocupacional diferenciado. Demandas específicas de seu público, diferentes de usuários (as) civis, somadas à realização de atividades pertinentes ao profissional militar. São duas identidades⁷⁷ que devem dialogar sem ferir as regulamentações que regem esses profissionais, com formação acadêmica e militar. Nesse sentido, como caracteriza Miotto (2009), o conhecimento articula saberes e práticas na construção da identidade profissional, através de mediações entre a realidade e os marcos teóricos e metodológicos. O trabalho do (a) assistente social é a apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos no campo do espaço socioocupacional. Pensar em ações qualificadas, que exprimem direção e materialidade, para a citada autora, requer a articulação dos elementos condicionantes (o projeto profissional, a natureza do espaço ocupacional e a demanda/ necessidade dos usuários) e dos elementos estruturantes (o conhecimento/investigação, o planejamento, a documentação, os objetivos, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destinam as ações, os instrumentos técnico-operativos e outros recursos). Esses procedimentos são de responsabilidades do (a) profissional. Dessa forma, veja o que nos disse o (a) nosso (a) interlocutor (a) 03 sobre tais aspectos neste campo de intervenção:

A principal dificuldade vivenciada, na minha opinião, é a falta de conhecimento do profissional, do que ele faz e o que ele não faz. Eu acho que é uma limitação. Não sei como foi pra você aqui, mas muitos colegas

⁷⁷ Falamos aqui das identidades profissionais enquanto assistentes sociais e militares, pois são profissões regidas por códigos e regulamentações distintas, que podem em algum momento se contraporem.

tinham aquele local como o primeiro emprego mesmo, na área de fato. Eu acho assim, o principal entrave é o profissional não entender qual a sua função, sobre o que é e o que faz um assistente social dentro das Forças Armadas. E mesmo assim, na dúvida, você corre para o código de ética. Essa duplicidade de identidade, de você ser assistente social e militar, é uma escolha. Até que ponto eu defender o meu projeto, achando que eu tenha dificuldade de representar o que se espera, as demandas de um militar. Na minha época, sempre levei em consideração que ordens absurdas ninguém cumpre. Tem uma dificuldade que é institucional. As demandas, os trabalhos da absorção do militar, de sindicância, mas também acho que tem uma questão do entendimento. O que eu faço e o que eu não faço? Você me desculpa, mas eu não acho que é a instituição que vai nos dizer isso. As demandas institucionais elas vão chegar, e aí a gente filtra. A gente absorve como ações estratégicas que temos que fazer.

A Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar, lócus dessa pesquisa, foi pioneira e, portanto, referência na execução da Assistência Social no Exército Brasileiro. Os (as) profissionais que a constituem contribuem nesse processo de fortalecimento da assistência social e, particularmente o serviço social que emprega conhecimentos e articula ações, considerando as Políticas Sociais e seu Projeto ético-político.

Em seguida será explicitado a configuração e a implementação da Assistência Social no Exército, a partir da experiência da Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar, bem como, analisado os achados da pesquisa.

5 A OPERACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO: ESTUDO SOBRE A SEÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA 10ª REGIÃO MILITAR (SSAS/10)

A Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar operacionaliza a Assistência Social do Exército Brasileiro nos estados do Ceará e do Piauí, através dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

Para melhor compreendermos a estruturação, implantação e implementação da Assistência Social no Exército, nas particularidades da SSAS/10RM, vamos resgatar com brevidade sua estruturação.

Nesta sessão V, expusemos e analisamos as ações realizadas pela equipe multiprofissional da SSAS/10RM, trazendo as normatizações, as falas e as perspectivas dos (as) sujeitos (as), profissionais e usuários (as), que vivenciaram esse processo.

5.1 ESTRUTURAÇÃO DA SSAS/10RM: PROGRAMAS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Vale salientar que alguns serviços e benefícios já eram executados pela Seção por militares combatentes, como os auxílios funeral e financeiro. Contudo, foi com a chegada/ inserção, no ano de 2014, de assistentes sociais e psicóloga, a compor a equipe multiprofissional responsável pela implementação da assistência social. A fala de nosso (a) interlocutor (a) 06 relembra tal processo, a saber:

Na 10ª Região em 2014, a gente só tinha uma assistente social e um sargento que faziam ações pontuais e focais, com demandas espontâneas e realizações de pagamentos, atividades concretas, objetivas e operacionais. Com a chegada da equipe, da qual eu faço parte, com profissionais de psicologia e serviço social. A gente começou a ganhar um corpo maior, como equipe técnica, podendo desenvolver, de uma forma mais condizente, é... mas isso ainda está no processo de construção. A gente ainda está tentando adequar as demandas com a política e a política com as demandas que vêm surgindo no cotidiano.

De fato, as ações, na área de assistência social, desenvolvidas no Exército Brasileiro antes da regulamentação da Política de Assistência Social das Forças Armadas (PASFA), em 2006, eram regidas pela Portaria Ministerial nº 3.056, de 07 de dezembro de 1978, e executada pelas Seções de Assistência Social. Estas

seções tinham como competência: planejar, coordenar e controlar os benefícios legais (Auxílio Transporte, Assistência Pré- Escolar e Auxílio Alimentação); os benefícios assistenciais (Traslado de corpo; Evacuação médica, Atendimento a Portadores de Necessidades Educativas Especiais; Auxílios Financeiros Indenizáveis e Não-Indenizáveis; Credenciamento e Acompanhamento da Assistência Jurídica prestadas por escritórios de advocacia; acompanhar o convênio com a Associação Nacional de Equoterapia- ANDE- Brasil para assistência gratuita; articular com as Farmácias Ambulatoriais, para aquisição de produtos farmacêuticos com preços reduzidos; e gerir as áreas de lazer e hospedagem, como o Programa Pé-na-Estrada, para melhorias nos Hotéis de Trânsito e Áreas de Lazer; disponibilizar pacotes turísticos; promover práticas desportivas; e realizar parceria com a COOBRASTUR, proporcionando maiores opções na rede hoteleira. Portanto, a assistência social concretizava-se efetivando serviços de saúde, educação, assessoria jurídica, esporte e lazer.

Essas ações estavam previstas na legislação supracitada, mas não eram executadas em todas as SAS. A Seção de Assistência Social da 10ª RM (SAS/10), até o ano de 2014, limitava-se a dispor de serviços como auxílio-funeral, auxílio-transporte, auxílio financeiro, traslado de corpo, gestão de áreas de lazer e hotéis de trânsito, assistência pré-escolar⁷⁸, pagamento de escolas com ensino voltado para filhos de militares com deficiência e a execução do Programa de Preparação para a Reserva (PPREB), como relata o (a) interlocutor (a) 04:

Eu cheguei aqui na SAS, dia primeiro de junho de 2012, eu vim para prestar uma tarefa, que era coordenar o Programa de Preparação para Reserva do Exército Brasileiro. Tinha saído uma portaria 2010, mas não tinha sido implementado ainda. Então, eu vim. Existia aqui a SAP, Seção de Apoio ao Pessoal, que era constituída pela SAS/FUSEx, Sessão de Assistência Social e FUSEx. Então, no momento que eu cheguei, eu peguei não só a missão do Programa de Preparação pra Reserva, como peguei a SAS. A SAS, na realidade, era só eu aqui [...] Eu passei o ano de 2012 e 2013 praticamente como chefe da SAS. Depois chegou o (*nome do militar*), os Recursos Humanos, que eram as sargentos, e, no terceiro momento chegaram vocês (as assistentes sociais e psicóloga).

A necessidade de contratar mais profissionais para reestruturar a SAS adveio do aumento de encargos e demandas, com a criação de programas e

⁷⁸ Auxílio pago aos militares e servidores que possuem filhos até seis anos de idade, no valor de trezentos e vinte e um reais, reajustado pela Portaria Interministerial Nº 10, de 13 de janeiro de 2016, a contar de 1º de janeiro de 2016.

projetos. A Seção progrediu consideravelmente, com a aquisição de mais um coronel (contratado por meio da Prestação de Tarefa por Tempo Certo), quatro assistentes sociais, uma psicóloga e três técnicos em recursos humanos. Efetivo que passou de duas para doze pessoas trabalhando na então, Política de Assistência Social do Exército. O aumento do efetivo e a incorporação de profissionais da área de serviço social modificaram o trabalho da Seção, que passou a ter um olhar voltado para a proteção social, a garantia de direitos e a garantia e a atenção às necessidades sociais do público-alvo.

Sobre este momento singular de mudanças empreendidas na SAS, sobretudo mediante a inserção de um corpo de profissionais, cabe salientar o relato abaixo:

fui chamado pra implantar a SAS, ou seja, quando eu cheguei a SAS era uma sessão burocrática, que cuidava de auxílio funeral, de auxílio transporte, basicamente isso aí. Era um trabalho burocrático. Ali oitenta por cento do trabalho era só o auxílio funeral. Com a chegada do corpo técnico, assistentes sociais e a psicóloga, tudo mudou. Tudo por quê? porque a gente tinha que pegar o trabalho técnico de assistente social e de psicologia e implantar no quartel. Então, a sessão, praticamente, deixou de ser aquilo que era inicialmente e abriram-se várias frentes dentro dos diversos programas que tem. Então, eu acredito que, hoje, aquele trabalho inicial de auxílio funeral, de creche e hotel de trânsito, vamos lá acredito que seja dez por cento do trabalho da sessão. Então, a sessão abriu uma frente de trabalho de noventa por cento, a sessão hoje é outra, tem outra cara, é outra história. (Interlocutor (a) 05).

Essa outra cara, relatada pelo (a) interlocutor (a) acima, refere-se a mudança significativa de um trabalho meramente burocrático, para um trabalho técnico, que visava o atendimento das demandas do público-alvo, até então não contempladas pela SAS antes desses (as) profissionais, de serviço social e psicologia, chegarem.

Os auxílios que representavam grande parte do trabalho, como era o caso do auxílio funeral, ficou reduzido com relação ao número de atendimentos e ações socioassistenciais realizadas pela equipe técnica. A perspectiva de assistência social foi transformada, ampliando os conceitos de acolhimento, direitos e cuidado, e possibilitando uma intervenção qualificada.

O aumento das demandas não foi suficiente para provocar o crescimento exponencial da assistência social. O que foi crucial foi o interesse do Comando em investir nessa área. Após a formulação das portarias, a 10ª RM iniciou, a partir de 2012, um processo de pesquisas, parcerias e planejamento local para a efetivação

da assistência social. No entanto, inicialmente, não teve muito apoio da gestão nacional, que só veio após alguns meses, por determinação de um Comandante que priorizou esta área, nacionalmente. O (a) interlocutor (a) 04 recebeu uma ligação da DCIPAS, segundo sua fala a seguir:

nós recebemos aqui um *input* do Comandante da Força, que é o General Enzo⁷⁹, determinando que a gente desenvolvesse então esse programa⁸⁰ de preparação pra reserva, e a gente gostaria de ir aí pra ver o que vocês fizeram. Então, nesse momento aí, nós começamos a receber o grande apoio e, principalmente, do diretor da DCIPAS, o general Eufrásio, que comprou a causa da assistência social. Então, ele desenvolveu tudo isso aí, reforçou lá a DCIPAS, com mais assistente social. Convocou um PTTC (militar contratado pela Prestação de Tarefa por Tempo Certo) também. Então, eles vieram aqui em Fortaleza, e durante a semana nós, então, fomos visitar diversas instituições do Estado que tinham um programa parecido e outras que trabalhavam com capacitação profissional.

Apontamos como um dos motivos para o despertar da instauração da assistência social, a movimentação das outras Forças Singulares e do Ministério da Defesa nessa área. O que pode ter suscitado o interesse do Comandante do Exército em garantir a interoperabilidade da assistência social.

O apoio na gestão nacional somou-se ao apoio na gestão local, em que o General Araújo Lima, Comandante da 10ª RM à época, sensibilizado com a proposta de apoio aos militares e aos seus familiares, mesmo não tendo muita clareza sobre a assistência social, equipou a Seção e priorizou o trabalho. Ele convidou um coronel da reserva para chefiar a SAS, o qual relatou esse momento:

ele mesmo (o general) não sabia o que era o trabalho. Aí no dia, eu lembro que ele, inicialmente, disse “ah acho que eu vou te colocar aqui numa função, mas eu não sei bem como é”. Eu fui pra lá e fui começar a ler uma legislação que não é a legislação atual. Era sobre auxílio funeral. Quando foi um dia, chegaram as quatro assistentes sociais e uma psicóloga. E eu fui lá e disse: “General o que eu vou fazer com esse monte de muié aqui?”. E ele disse: “não sei, te vira”. Mas naquela época já começava a chegar a documentação de Brasília, os primeiros regulamentos, as primeiras normas, as primeiras orientações de assistência social (Interlocutor (a) 05).

Nosso (a) interlocutor (a) 05 acrescentou sobre as motivações do então Comandante da Região em priorizar esse trabalho, conforme seu relato abaixo:

⁷⁹ General de Exército Enzo Martins Peri foi nomeado pelo Presidente da República para Comandar o Exército Brasileiro em 08 de março de 2007, permanecendo no cargo até o dia 05 de fevereiro de 2015.

⁸⁰ Programa de Preparação para a Reserva (PPREB).

O comandante da região era um cara muito sensível a essas coisas, esses problemas do pequeno. Por quê? (emocionado) O pai dele era sargento de marinha, servia em Natal e ele era interno aqui. A vida militar dele foi nesse mundo, nessa briga. Ele era um cara que botava todo mundo pra trabalhar, mas era muito coração grande, aquele cachorro que latia, mas não mordida. Ele foi sempre assim [...] eu sempre fui amigo dele. Apesar dele ser general, eu falava de igual para igual, a gente sempre conversava. Lógico que ele sendo general a vontade dele prevalecia. Mas eu dizia quando era contra. Então, por ele ser uma pessoa assim, muito humano, ele é um cara muito sensível, essas coisas, ele veio de baixo, ele se sente assim. Então, quando ele viu a oportunidade, tinha o espaço, tinha as ferramentas, tinha tudo, então ele resolveu implantar. Até talvez pensando que aquilo ali, como uma coisa que foi positivo pra Região, foi positivo pra Força como um todo. Se fosse um outro ambiente de comando eu acho que não teríamos crescido rápido, não teríamos atingido os objetivos tão rapidamente né (Interlocutor 05).

Podemos perceber nessas falas, a importância do interesse da gestão na execução de uma política. Enquanto política, de 2006 a 2015, e até mesmo incluída na Política de Defesa, como objetivo setorial, a assistência social do Exército, gerenciada pelo Estado, recebe *inputs* de grupos diversos, tanto da gestão como de seus usuários. Nas políticas públicas, essas influências constituem uma arena de conflitos de interesses e tem sua identidade determinada pelo modelo adotado em sua forma de produção capitalista. Portanto, “a análise de uma política deve levar em consideração as formas de organização do Estado e da sua relação com a sociedade civil no conjunto da dinâmica social e econômica” (FALEIROS, 2010, p.19). No entanto, no âmbito do Exército o peso das decisões recai sobre a hierarquia, em que as determinações são oriundas de um oficial superior, e essas decisões são respeitadas, independente dos posicionamentos diversos.

Outro (a) interlocutor (a) reforçou a importância dada ao Comandante por suas decisões e suas consequências:

porque já no meu caso pessoal me ajudaram muito e eu tenho uma gratidão muito grande pela SSAS e eu sempre lembro quando eu falo, do General Araújo Lima porque ele se preocupou em formar e divulgar esse serviço, porque eu já vi coisas ser criada e a gente não ter nem conhecimento (Interlocutor 12).

Além de enfatizar a prioridade que o Comandante da Região, à época, deu à assistência social, trouxe sua individualidade no âmbito da ajuda e da gratidão, e não do direito, ao falar dos serviços da SSAS. A personalização é um elemento forte nas falas dos (as) usuários (as) dos serviços.

Portanto, as múltiplas expressões da questão social postas aos profissionais da SSAS, bem como suas intervenções, dependem do recorte da política de assistência social e das prioridades ou respostas profissionais construídas pelas diretrizes do Comando, que representam as decisões do Comandante da Força, um oficial General. Porém, esses profissionais têm a possibilidade de intervir nas famílias e nos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais, através de uma ação pautada em um projeto ético-político profissional, possibilitando trazer à tona demandas até então desconhecidas, devido a um longo período de ausência de profissionais qualificados e interessados em adentrar nas dimensões vivenciadas pelos sujeitos que compõem essa instituição militar.

Da mesma forma que a PASFA foi construída, considerando os serviços já desenvolvidos pelas Forças Armadas, e não as demandas apresentadas, ainda incorremos nesse impasse, pois as intervenções eram fortalecidas de acordo com a prioridade de quem está no Comando. Fato expressado pelo interlocutor:

essa mudança de atividade se intensifica de uma atividade pra outra, dependendo muito, não só da demanda, mas das intervenções e da priorização do comandante da região. Então, tem isso e também a questão da DCIPAS que regula as nossas atividades, então, eles também dão um certo direcionamento para qual programa tem que se intensificar mais durante o ano, de acordo com a situação que a gente tá vivenciando. Então, há essa alternância de priorização dos programas e serviços considerando esses fatores (Interlocutor (a) 06).

No Exército não foi diferente, cada Comandante tem uma prioridade nas ações, considerando o que já foi construído por seus antecessores, mas conduzindo as ações de forma particularizada. Assim, com o apoio do Comandante da Força e da 10ª RM, a SAS deu um salto qualitativo e foi ganhando força e espaço, no contexto local e nacional, sendo reformulada em 2016, e passando a ser denominada de Seção do Serviço de Assistência Social (SSAS), regulamentada através da Portaria nº 560, de 24 de maio de 2016. Este documento aprovou as Instruções Gerais para o funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx)⁸¹, EB10-IG-02.013. Essas instruções reorganizam e sistematizam o funcionamento do SASEx, que tem como objetivo planejar, organizar e coordenar

⁸¹ Esse sistema possui semelhanças com o Sistema Único de Assistência Social, pois visa, segundo a portaria nº 560/2016, organizar a Assistência Social no Exército para garantir a proteção social ao seu pessoal, por meio de programas, serviços e benefícios.

as ações socioassistenciais desenvolvidas pelos profissionais das Seções do Serviço da Assistência Social Regional (SSAS/R), das Seções do Serviço de Assistência Social de Organizações Militares de Saúde (SSAS/OMS) e das Seções do Serviço de Assistência Social de Organização Militar (SSAS/OM)⁸².

Essa reformulação possibilitou a organização da Assistência Social, enquanto política pública, abordando conceitos como rede socioassistencial, assistência social e a articulação com instituições públicas e privadas, em busca do bem-estar social do “seu pessoal”. Documentação que se aproxima das Políticas Sociais do Governo Federal e se distancia da última normatização da SAS, datada de 1978.

O SASEx abrange os recursos pessoais, financeiros e materiais, as instalações, as normas e os procedimentos que proporcionem condições para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços sociais no âmbito do Exército Brasileiro. O público-alvo, chamado aqui de “pessoal”, engloba os militares, servidores civis, ativos e inativos, dependentes e pensionistas vinculados ao Exército.

Nesta citada portaria, nº 560/2016, a assistência social visava:

I - buscar o bem-estar físico, mental e social do pessoal, por intermédio da prestação de serviços de assistência social, atividades sociais, físicas, desportivas, culturais, recreativas e de lazer; II - priorizar a valorização da qualidade de vida e a preservação dos laços familiares do pessoal do Exército; III - buscar, se for o caso, o atendimento assistencial individualizado, contribuindo para a integração de todo o pessoal do Exército; IV - buscar alternativas de execução e atendimento na área social, utilizando o princípio da flexibilidade e a criatividade; V - proporcionar o adequado atendimento à pessoa com deficiência pertencente ao público-alvo; VI - alocar recursos financeiros destinados às atividades relacionadas com a assistência social; VII - buscar intercâmbios e parcerias, na área de assistência social, com entidades civis públicas ou privadas ou de outra Força Armada; VIII - adaptar-se às particularidades da carreira e à cultura do pessoal do Exército; IX - possibilitar o acompanhamento social dos militares e servidores civis, e seus familiares em situações especiais; e X - aprimorar continuamente os recursos humanos necessários à condução das atividades de assistência social (Port nº 560, 2016).

Esse Sistema de Assistência Social compreende ações multidisciplinares e transversais, englobando também, as áreas da saúde, educação, habitação,

⁸² A SSAS/R fica localizada na Região Militar e tem o papel de gerir e executar a assistência social no âmbito do território daquela Região. A SSAS/OMS fica localizada em uma organização militar de saúde, como o hospital e SSAS/OM fica localizada em uma Organização militar, ambas estão subordinadas a SSAS/R. Todas as Regiões Militares possuem SSAS/R, mas nem todas possuem SSAS/OMS e SSAS/OM, como é o caso da 10ª Região Militar.

defesa civil, entre outros, no intuito de capacitar os recursos humanos, possibilitar estudos e pesquisas na área, desenvolver programas, projetos e serviços para identificar as situações de vulnerabilidade social que podem interferir no desempenho profissional e na convivência familiar e comunitária do “seu pessoal” e contribuir nas situações de emergência e calamidade pública. Além desses objetivos, o Sistema visa à integração com o Ministério da Defesa, as demais Forças Armadas, Marinha e a Aeronáutica, as Forças Singulares, Polícia Militar e Bombeiros e os Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Para a sistematização do que estava previsto nas IG, foi publicada a Portaria nº 114-DGP, em 04 de julho de 2016, que aprovou as Instruções Reguladoras para o funcionamento do SASEx (EB30- IR-50.011). A referida portaria institui a equipe da SSAS/R, composta pelo chefe, adjunto(a) de serviço social, adjunto(a) de psicologia, adjunto(a) ou auxiliar de apoio administrativo e adjunto(a) aos Programas de Assistência Social do Exército. A equipe da SSAS/OMS seria composta pelo(a) chefe, adjunto(a) de serviço social e psicologia e apoio administrativo. E a equipe da SSAS/OM, somente pelo chefe e o (a) adjunto(a) de serviço social.

A 10ª Região Militar só possui a SSAS/R e tem o apoio de duas assistentes sociais no Hospital Geral de Fortaleza, uma temporária e outra profissional de carreira, advinda do único concurso na área. Não existe, nas demais 13 (treze) OM vinculadas/subordinadas, nenhuma equipe que componha uma SSAS/OM. Portanto, contamos com militares representantes em cada OM para contribuir com a divulgação e execução dos programas socioassistenciais.

As Instruções Reguladoras estabelecem competências para o DGP, como assessorar o Estado-Maior do Exército (EME), expedir diretrizes, instruções, normas, planos, programas e projetos; planejar, orientar, coordenar e controlar; e promover estudos, análises e pesquisas em torno dos assuntos relacionados à assistência social.

Compete à DCIPAS assessorar o DGP, elaborar e propor modificações na legislação; emitir parecer técnico; planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao SASEx. Já às SSAS/R compete propor e administrar os recursos financeiros; apoiar as OM situadas na área de responsabilidade; sugerir propostas para o SASEx; apresentar, executar e avaliar os planos de ação dos programas, dos projetos e das atividades; capacitar os capelães e a equipe da

seção; orientar, coordenar, fiscalizar e divulgar os programas, os projetos, as atividades de Assistência Social do Exército, os acordos de cooperação, as parcerias e os convênios estabelecidos nas organizações militares; manter atualizados os indicadores de desempenho; propor parcerias com a rede socioassistencial federal, estadual e municipal; realizar visitas técnicas nas SSAS/OMS e SSAS/OM, a fim de manter a unidade e a padronização dos procedimentos; e assessorar o Comandante da RM. As competências das SSAS/OMS e das SSAS/OM também foram normatizadas nessa portaria, bem como as atribuições dos membros da seção.

Diante das competências da SSAS/10ªRM, foram recebidos recursos para a execução das ações socioassistenciais planejadas no ano de 2017, cerca de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), e em 2018, esse valor foi praticamente quadruplicado, sendo cerca de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais). O que parece representar a valorização da Assistência Social e a priorização das ações. Esses recursos foram utilizados para contemplar os programas socioassistenciais nas OM vinculadas e/ou subordinadas à 10ª RM.

Ressaltamos aqui as atribuições das assistentes sociais e da psicóloga, equipe multidisciplinar, garantida na Portaria nº 560/2016, muito semelhante à equipe dos Centros de Referência da Assistência Social. Em propostas anteriores, previa o profissional de direito, como na equipe do Centro de Referência Especializado da Assistência Social, no entanto não contemplado na referida portaria. O papel dos profissionais da SSAS consiste em assessorar ao chefe; confeccionar instrumentais técnicos; realizar atendimentos e encaminhamentos; elaborar documentação técnica; contribuir na divulgação, elaboração, implementação, execução e avaliação dos programas, projetos e atividades da assistência social; proposição e realizar pesquisas e estudos; participar de reuniões e encontros para aprimoramento profissional; garantir a inviolabilidade dos arquivos; exercer a prática profissional em consonância com as diretrizes do Exército e do Código de Ética das profissões.

Dentre outras garantias, foi estabelecido que a SSAS funcione em local próprio, adequado e reservado para atendimento individualizado; que os pareceres e relatórios dos profissionais de serviço social e psicologia são urgentes e sigilosos; que esses profissionais não participem de sindicâncias, inquéritos policiais militares e atividades afins envolvendo pessoas que foram atendidas pelos mesmos

e que todos os membros da seção assinem um Termo de Manutenção do Sigilo Profissional.

Relevantes foram os ganhos que subsidiam os profissionais da SSAS/10ªRM na realização de suas atividades e reforçam a imagem social contemporânea de um serviço social com valores e princípios ético- políticos que devem ser respeitados.

Atualmente, em 2019, a SSAS/10 executa os seguintes serviços, benefícios e programas: Auxílio Funeral, Auxílio Emergencial Financeiro, Auxílio Transporte, Assistência a Portadores de Necessidades Educativas Especiais, Convênios com estabelecimentos de ensino CONFENEN-MD, Gestão dos hotéis de trânsito e áreas de lazer circunscritos na área da 10ª RM, Projeto “Balcão de Talentos”, Casa de Apoio da Família Militar, Atendimento Socioassistencial, Programa Educar é a Nossa História, Programa de Valorização da Vida, Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência, Programa de Atendimento Social às Famílias de Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais, Programa de Prevenção à Dependência Química, Programa de Apoio Socioeconômico e Programa de Preparação para a Reserva. Explanaremos de forma sucinta cada uma dessas atividades.

Foram registrados, no período de 2017 a 2018, 966 atendimentos individuais e/ou familiares. Dado que revela o número de atendimentos e não o número de pessoas atendidas.

A 10ª Região Militar conta com aproximadamente 5.772 (cinco mil setecentos e setenta e dois) militares e servidores civis da ativa, dos quais boa parte participa das atividades desenvolvidas pela SSAS/10RM, como palestras que abordam temáticas relativas aos Programas socioassistenciais.

Os militares inativos, da reserva e reformados, contabilizam cerca de 1.972 (mil novecentos e setenta e dois), e as pensionistas de militares em torno de 2.985 (dois mil novecentos e oitenta e cinco). Número este que tende a reduzir, ao passar dos anos, com o fim da pensão para as filhas mulheres⁸³. Portanto, o público-alvo da SSAS/10RM, soma 10.729 (dez mil setecentos e vinte nove) pessoas, mais os familiares destes, quantitativo total estimado em mais de trinta mil pessoas.

⁸³ Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

O registro deficitário dos atendimentos realizados desde 2014 foi aspecto limitador para a elaboração do perfil dos (as) usuários (as) das ações socioassistenciais da SSAS/10ªRM. No entanto, os relatos de memória dos militares que estavam na seção à época de sua implantação, 2013, também foram elementos incorporados nesta reconstrução da memória da Assistência Social no Exército. Na experiência no lócus desta pesquisa, consideramos relevante delinear os programas, serviços e benefícios socioassistenciais em curso, o tempo do acompanhamento e a disponibilidade dos mesmos.

5.1.1 Programas

Os programas possuem objetivos gerais e específicos concentrados em determinadas temáticas, público-alvo, setores e localidades de atuação. Os programas socioassistenciais do EB estão normatizados em portarias que aprovam instruções gerais e reguladoras, que determinam toda a estrutura de funcionamento destes. Os sete programas em execução na SSAS/10 estão organizados conforme exposição:

5.1.1.1 Programa Educar é a Nossa História

O Programa Educar é a Nossa História oferece aos militares, dependentes e servidores civis descontos na mensalidade de cursinhos preparatórios para concurso público, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Escola de Sargentos da Armas (ESA) e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), por meio de uma parceria com uma empresa privada de educação à distância.

Esse programa está alinhado ao Planejamento Estratégico do Exército de fortalecer a dimensão humana, a carreira militar e a educação continuada. A DCIPAS descentralizou em 2018 bolsas de estudo para as OM localizadas em todo o território brasileiro. A divulgação do programa, a escolha do beneficiário da bolsa e a organização dos alunos inscritos são de responsabilidade da SSAS.

Esse é um programa recente, que não possui normatização e nem instruções gerais e reguladores. Ele simboliza a preocupação do Exército em apoiar na área da educação seu público-alvo e disponibilizar meios para que os alunos de

escolas militares tenham conhecimento da carreira antes de sua inserção, evitando desistências no decorrer do curso por não atender as expectativas dos mesmos.

5.1.1.2 Programa de Valorização da Vida (PVV)

Em 25 de julho de 2016, através da Portaria nº 893, foram aprovadas as Instruções Gerais do Programa de Valorização da Vida (PVV), que objetiva desenvolver estratégias, projetos e ações de promoção da qualidade de vida, com vistas à redução dos riscos de suicídio; promover intercâmbio com o Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (SUS) e com outros sistemas de informações setoriais afins; buscar parcerias com instituições públicas e/ou privadas; destinar recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento de ações preventivas; capacitar os profissionais das OMS; estabelecer as condições necessárias à execução dos tratamentos médicos e/ou psicoterapêuticos e garantir o atendimento prioritário àqueles que necessitem; estabelecer uma rede socioassistencial; contribuir para o desenvolvimento de métodos de coleta e análise de dados; participar de cursos e eventos científicos; e instituir indicadores de avaliação e monitoramento do PVV.

Em 04 de agosto de 2016, são aprovadas as Instruções Reguladoras que trata de conceitos, fatores de riscos e de proteção do suicídio e da operacionalização do programa. Elas regulam ações preventivas primárias secundárias e terciárias. As ações primárias estão ligadas à capacitação para identificação de pessoas com ideação suicida. A secundária é o monitoramento com a avaliação, classificação de risco, tratamento e acompanhamento objetivando evitar o suicídio. A terciária intervém nos casos de tentativa de suicídio, através do atendimento de urgência e emergência aos tentantes⁸⁴ e acompanhamento das pessoas com vínculos afetivos dos sujeitos que tentaram ou consumaram o suicídio.

A SSAS/10 realiza essas ações ministrando palestras anualmente para todo o efetivo das OM vinculadas/ subordinadas à 10ª RM. Os temas das palestras estão vinculados à saúde mental, como estresse no trabalho, depressão e suicídio, estatísticas, prevenção e tratamento.

⁸⁴ Tentante é o termo utilizado no livro “Abordagem na tentativa de suicídio: manual teórico-prático para profissionais da segurança pública” para as pessoas que tentam o suicídio.

Durante o mês de setembro, a seção participa da Campanha Setembro Amarelo, um movimento mundial pela prevenção ao suicídio e valorização da vida, iluminando o Comando da 10ª RM de amarelo e sugere que todas as OM façam o mesmo. Participa da Caminhada e do Curso de Prevenção ao suicídio, organizado pelo Programa de Apoio à Vida do Departamento de Medicina da Universidade Federal do Ceará (PRAVIDA), instituição parceira que também realiza atendimentos com essa demanda.

Outras ações como a Autópsia Psicológica, realizada por uma psicóloga e uma assistente social, é um instrumental com perguntas abertas aos sobreviventes⁸⁵ do suicídio, com o objetivo de identificar as possíveis causas do mesmo. A coleta de dados e análise de documentos também são elementos de estudo da autópsia. Uma análise do estilo de vida, comportamento, saúde mental, sentimentos, relações sociais e outros fatores que perpassavam a vida do indivíduo anterior à sua morte. Alguns representantes de todas as SSAS/R, foram capacitados para aplicar essa entrevista com familiares e amigos de militares ou servidores civis que cometeram suicídio e enviar para um grupo de pesquisas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tabular e interpretar os dados colhidos, tendo por fim, um panorama do perfil desses sujeitos. Essa é mais uma parceria do Exército com a Universidade, no intuito de, através de pesquisas, abordar qualitativamente as demandas do seu pessoal e dar respostas fundamentadas cientificamente.

A SSAS/10RM já realizou autópsia psicológica em dois casos de suicídio de militares nos anos de 2017 e 2018, e como nas demais regiões está com dificuldades em transcrever as entrevistas que duram em torno de duas horas para cada pessoa, e em cada caso envolve cerca de cinco sobreviventes. Esta questão está sendo debatida nacionalmente com propostas de soluções, como a contratação de uma empresa para a transcrição das entrevistas.

Recentemente, foi realizado o I Curso de Manejo de Crise com a participação de uma militar, psiquiatra do HGeF, e um oficial do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, como instrutores, tendo como público-alvo, militares representantes de todas as OM, com o objetivo de prevenir o suicídio, educando o olhar para a identificação dos sinais de alerta, e como agir durante uma tentativa de suicídio, através de um protocolo construído por profissionais da área da saúde

⁸⁵ Termo utilizado para as pessoas próximas ao suicida.

mental e da segurança pública do Estado do Ceará, com base no Curso dos Bombeiros do Estado de São Paulo, pesquisas e experiências. Durante esse curso de manejo, foram abordadas situações distintas de tentativa de suicídio e quais as intervenções mais indicadas para cada caso, tendo como centralidade o uso do diálogo nos diversos cenários. Além da teoria, foram realizadas simulações de tentativas para exercitar os conhecimentos adquiridos. Fundamental para o preparo desses agentes para o risco eminente de suicídio. A inserção dessa temática e das intervenções em caso de suicídio mostra-se de extrema importância diante as diversas tentativas por militares no ambiente de trabalho, os quartéis.

Segundo o Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídios no Brasil⁸⁶, estudo realizado entre os anos de 2011 e 2016, estima-se que anualmente 800 mil pessoas morrem por suicídio no mundo, e para cada morte há 20 tentativas, sendo essa a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Dados do estudo mostram que as mulheres tentam mais, 65,9%, que os homens, 34,1%. No entanto, os homens têm a taxa de mortalidade quatro vezes maior que as mulheres. Devido o uso de meios mais letais pelos homens, como enforcamento ou arma de fogo, enquanto as mulheres utilizam enforcamento e intoxicação.

Com o efetivo de mais de 222 (duzentos e vinte e dois) mil militares no EB, destes somente cerca de 9 (nove) mil são mulheres, portanto o público está enquadrado no grupo de risco, homens que possuem acesso a arma de fogo. Dado que potencializa a necessidade de trabalhar esse problema de saúde pública.

O registro dos casos de tentativas e consumação do suicídio é recente nas Forças Armadas Brasileiras, um debate que inicia em 2015, com o 1º Encontro de Prevenção ao suicídio, ocorrido no DGP em Brasília, com a participação do setor de assistência religiosa, da Polícia Militar e de instituições civis como o Centro de Valorização da Vida- CVV e a Associação Brasileira de Psiquiatria. Um longo caminho a ser percorrido quando observamos os estudos realizados pelo Exército estadunidense, que investe bilhões em apoio à saúde mental dos militares, pois os índices de suicídio superam as mortes em combate no Afeganistão.

Os dados de tentativas e de suicídios no Exército Brasileiro estão sendo coletados, não havendo ainda nenhuma publicização dos mesmos.

⁸⁶ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. Volume 48. N° 30, 2017.

5.1.1.3 Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PAPD)

Através da Portaria nº 239-DGP, de 09 de novembro de 2016, foi aprovado o Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PAPD) e tem como objetivos:

I - promover a integração e a inserção social da pessoa com deficiência; II - viabilizar condições de apoio ao público-alvo e favorecer seu processo de integração social; III - difundir uma cultura de inclusão dentro das organizações militares, buscando sensibilizar o público interno, de modo a atender as pessoas com deficiência com base no princípio da equidade; IV - propor ações que visem garantir a acessibilidade física (mobilidade e usabilidade dos espaços e dos recursos materiais), de documentação (usabilidade dos documentos impressos e digitais) e de comunicação (visual, sonora, Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS e software audível) nas dependências das Organizações Militares; V - promover parcerias com instituições públicas e/ou privadas a fim de contribuir para a implantação, o desenvolvimento e o aprimoramento do Programa; VI - propor ações de fortalecimento do vínculo sociofamiliar da pessoa com deficiência, a fim de evitar sua institucionalização; e VII - promover a valorização de pessoal e o fortalecimento da integração social, por meio do esporte, no âmbito das Forças Armadas.

O Programa possui três eixos de atuação: a acessibilidade; a capacitação e sensibilização; e o esporte. A SSAS/10 atua sobre esses eixos, planejando ações e solicitando recursos anualmente, bem como atualizando os indicadores de desempenho.

O eixo da capacitação e sensibilização é o mais trabalhado na 10ª RM, onde é realizado também o acompanhamento dos militares que possuem filhos com deficiência por meio do atendimento individual e familiar, da visita domiciliar, da entrevista e da formação de um grupo que troca experiências, informações e constroem conhecimentos em encontros semestrais e por redes sociais. Todo o acompanhamento é feito de forma interdisciplinar, com profissionais do serviço social e da psicologia. O público atendido é identificado através da busca ativa nas OM, do requerimento para inclusão em instituições de ensino especial e da demanda espontânea.

O grupo de familiares de PCD construiu um planejamento de atividades e a cada encontro são debatidos temas diversos como o direito da PCD, as dificuldades vivenciadas pelas famílias, os serviços oferecidos pelo EB, a rede socioassistencial do município, e oficinas de arte, cultura e lazer. Em determinados encontros são convidados especialistas da área, com a participação das famílias e das PCD. Abaixo segue uma fala de um dos usuários desse serviço,

a SSAS também vem fazendo um trabalho muito bom que é uma integração com as famílias né, então de vez em quando tem algumas oficinas né, como a última foi a oficina de bonecos e de teatro né que foi muito bacana, que eu pude levar minha esposa e meus filhos e eles tiveram uma participação muito boa (Interlocutor 12).

Pessoas com deficiência é mais um tema tabu nas Forças Armadas e com ínfimas produções de artigos científicos, principalmente na área do serviço social, fato que pode ser analisado no estudo desenvolvido pela assistente social, oficial da Marinha, Capitão de Corveta Nádia Xavier, que defendeu a tese sobre os sentidos atribuídos à deficiência, a partir do *habitus* militar, pelos gestores e profissionais da Marinha do Brasil.

O resultado do referido estudo mostra que a abordagem biomédica não foi superada, que é no corpo com deficiência que os profissionais visualizam as motivações para constrangimento e dificuldades enfrentadas pelas PCD. Pois é exigido para o ingresso e permanência nas Forças Armadas plenas condições físicas para a execução das atividades.

Esta construção corpórea, estruturada e internalizada pelo *habitus* militar, também ofereceu elementos elucidativos ao entendimento sobre os critérios requeridos para ingresso na carreira militar, os quais obstaculizam a participação de pessoas com deficiência na carreira militar, sejam estas deficiências simples ou severas. (MOREIRA, 2015, p.186)

A cultura de normalização das diferenças e a construção social de corpo necessário à profissão militar foram os elementos evidenciados na fala dos profissionais e gestores da Marinha, que também apontaram esses conceitos em um processo de reformulação, pois no cotidiano da Força existem corpos com limitações e diferenças que não se enquadram na perspectiva exigida por um combatente. No entanto, são úteis em funções de exigência intelectual e administrativa, necessárias à instituição.

Apesar do Ex-Comandante do Exército, General Villas Bôas, 66 anos, possuir uma doença degenerativa que acomete sua mobilidade, fazendo uso de cadeira de rodas para se locomover, continuou na função, alegando plenas condições profissionais de colaborar com as missões do EB. Situação que trouxe notoriedade para a acessibilidade arquitetônica e inclusão de alunos com deficiência nos colégios militares.

Atualmente a SSAS/10 atende 27 (vinte e sete) pessoas com deficiência, filhos de militares, beneficiados com o desconto na mensalidade e mais 07 (sete)

pessoas que estão em escolas regulares ou fora da escola e não são contempladas com esse benefício.

5.1.1.4 Programa de Atendimento Social às Famílias de Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais (PASFME)

O Programa de Atendimento Social às Famílias de Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais (PASFME), previsto nas IG e IR, através das portarias nº 1419, de 31 de outubro de 2016, e nº 238, de 9 de novembro de 2016, tem como objetivo prevenir o surgimento ou o agravamento de situações de vulnerabilidades sociais, que possam acometer o núcleo familiar dos militares e/ou dos servidores civis participantes de missões especiais e contribuir para a estabilidade psicossocial dos mesmos; disponibilizar recursos institucionais e desenvolver competências junto às famílias; levantar a demanda de suporte psicossocial e acompanhar após a missão; promover a capacitação de recursos humanos por meio de intercâmbio entre os Comandos das Forças Singulares e participação em cursos e eventos científicos relativos.

A função dos militares e servidores civis das Forças Armadas compreendem a possibilidade de serem deslocados para localidades distantes de seus domicílios, no intuito de cumprir uma determinada missão de interesse da União.

O Exército está envolvido em diversas missões que demandam o afastamento do militar de sua família. Algumas são permanentes como a segurança nacional nas faixas de fronteiras do país, as quais possuem 15.735 km de extensão. Essa presença, principalmente na fronteira amazônica, para coibir o tráfico de drogas, contrabando e o desmatamento, é realizada pelos Pelotões Especiais de Fronteiras (PEF⁸⁷), localizados em regiões isoladas, de difícil acesso, chegando somente por meio de aeronave ou embarcação, tendo contato direto com as comunidades locais, principalmente indígenas, apoiando na segurança e atendimento à saúde destes.

Os Estados de jurisdição da 10ª RM, Ceará e Piauí não possuem zonas fronteiriças terrestres, portanto não há PEF. Todavia, dispõem de dois Batalhões de

⁸⁷ Menor unidade tática empregada no combate, utilizada em conflitos irregulares, devido seu alto poder de mobilização.

Engenharia, em Picos-PI e Teresina-PI, com trechos de obras em localidades longínquas para a construção, pavimentação e manutenção de rodovias e pontes, e perfuração de poços artesianos.

Os envolvidos nas obras passam meses longe de casa e da família, os quais são público do PASFME. Durante as Visitas de Orientação Técnica (VOT⁸⁸), a SSAS/10 desloca uma equipe para os trechos de obra e realiza atendimentos, rodas de conversa e palestras sobre distintos temas. Uma das maiores demandas desse público é o alcoolismo e a falta de atividades de lazer.

Já as missões de paz do EB têm como fundamento o art. 4º da CF 88, que rege as relações internacionais. A participação brasileira nessas missões ocorre desde 1947, integrando Forças internacionais, intensificando o efetivo, com o suporte da Organização das Nações Unidas (ONU), atuando na América Central, na África, na Europa e na Ásia.

Em 2017, após 13 anos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), a qual objetivava a garantia da segurança nas ruas e apoio nos desastres naturais, como o terremoto de 2010 e o furacão de 2016, que deixaram milhares de pessoas mortas e desabrigadas, a missão chega ao fim e o Brasil inicia a repatriação do material utilizado e o retorno das tropas.

Essa e outras intervenções militares repercutem de maneiras distintas na sociedade e questionamentos são feitos como, o papel das FA, o emprego e a legitimidade das ações. O (a) interlocutor (a) 03 pontuou que:

As missões de paz, o negócio ficou muito banalizado com a missão do Haiti, o que é uma missão no Caribe, e a gente desconsidera por exemplo, as missões no Líbano, as missões na África né, eu acho que as pessoas não tem certa dimensão e aí, eu já fui vários encontros do serviço social que as pessoas (profissionais e estudantes) falam, "fora tropa no Haiti". E as pessoas não tem noção o que foi o Haiti no momento do terremoto, eu acho que a gente força uma barra também por falar, lógico por algo que a gente acredita, de não submissão, de não opressão, mas a gente tem que ver também qual é o valor das Forças Armadas nesses contextos. Assim, que é o que eu vou falar aqui, as operações militares, sim, o que foram as Forças Armadas nos desastres ambientais, o que é que é hoje né, não seria ninguém, vai chegar o Exército, vai chegar a Marinha, vai chegar a FAB. Eu acho assim que é um pouco do desconhecimento.

Em 2016, o Ceará enviou o efetivo de 35 militares para a Minustah e nós realizamos entrevistas com esse contingente, atividades com as famílias e

⁸⁸ Anualmente a equipe da SSAS/10 se desloca para as OM de Teresina/PI, Picos/PI e Crateús/CE, para acompanhamento, atendimento, articulação e execução das atividades nessas unidades.

identificamos as demandas que foram acompanhadas interdisciplinarmente. O intuito era que o militar cumprisse a missão despreocupado, ciente que a família estaria amparada pela instituição. Já a família tinha um canal de comunicação direto com a instituição para obter informações fidedignas sobre a situação do militar. A OM disponibilizava uma sala com equipamentos de comunicação, caso o familiar não tivesse êxito no contato com o militar, bem como eram designados casais padrinhos⁸⁹ que ficavam disponíveis para dar o suporte a essas famílias, quando necessário.

Dois anos antes da normatização desse Programa, em 2014, ano de incorporação da equipe técnica à SSAS/10ª RM, o município de Fortaleza-CE foi sede de alguns jogos da Copa do Mundo e mobilizou as tropas para a realização da segurança. Portanto, militares de diversas localidades participavam dessa missão e se alojavam nos quartéis e estruturas montadas pelo Exército. Chegou ao conhecimento da seção, informalmente, que algumas equipes estavam vivenciando problemas de convivência e as condições disponibilizadas estava gerando desconforto, principalmente, aos militares na graduação de cabos e soldados. Essa foi a primeira intervenção efetiva da Seção, com o consentimento do General que ficou insatisfeito ao saber dos problemas que estavam ocorrendo. Sobre esta situação à época, destacou o (a) interlocutor (a) 05:

ali foi um divisor de águas né, então o que aconteceu ali? aconteceu ali um momento que ou a gente ganhava de vez crédito ou a gente nunca atingiria os nossos objetivos [...], não sei se era um sábado ou um domingo, fomos lá, tiramos os comandantes da jogada, tiramos os comandantes imediatos e conversamos direto com os soldados. Então foram várias atividades aonde os soldados diziam das suas queixas, o que estava acontecendo, tudo direto, de quem estava sofrendo o problema, pra gente. Eu fiz um relatório baseado no relatório de vocês, fiz algumas adaptações porque eu sabia que estava muito pesado, ainda dei uma aliviada, e fui bater na mesa do general. Quando ele leu o segundo parágrafo, ele deu um murro na mesa e mandou reunir todo mundo [...]. O general mandou corrigir tudo. Botou tudo em seu lugar e depois ainda chamou a gente pra ministrar palestra pra eles, de chefia e liderança [...] Então a gente entrou nesse circuito, diria nem para equilibrar o jogo, mas pelo menos para dar a voz pra quem não tinha voz.

Essa foi uma primeira experiência realizada sem nenhuma orientação da diretoria, mas pela identificação das demandas e a intervenção em grupos de escuta, fomento de reflexões e construção de relatórios, contendo as necessidades levantadas e sugestões de como poderiam ser sanadas pelo Comando. Os

⁸⁹ Militar e esposa, de escolha do militar em missão, para dar suporte à família deste.

resultados foram incríveis, os ganhos alcançados e a satisfação dos soldados acarretaram em grande visibilidade para o trabalho da assistência social. Inclusive frente aos comandantes, que ficaram desconfiados, no primeiro momento, mas perceberam que as repercussões foram satisfatórias. Essa experiência serviu de base para nossas sugestões na elaboração das normativas da assistência social.

Essas atividades que necessitam do deslocamento de militares por período extenso, média de três meses, é denominada de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). É quando as Forças Armadas são convocadas para apoiar as Forças Auxiliares, após seu esgotamento, atuando com “poder de polícia”.

A partir dessa experiência, construímos instrumentais que contribuíram para as demais intervenções, como a de 2015, em que a assistente social da SSAS/10 participou⁹⁰, na cidade do Rio de Janeiro.

O papel da assistente social era intervir junto às ações cívico- sociais, levando serviços básicos à comunidade, e no acompanhamento à tropa empregada, além de outras missões de cunho militar. Eram 2.500 militares, sendo 2.000 do EB. Foram três meses realizando atendimentos individuais, atividades socioeducativas com grupos e articulação com a equipe que ficou em Fortaleza para acompanhamento das famílias.

Neste momento, a intervenção das Forças Armadas está voltada para a problematização da imigração Venezuelana. Estamos vivenciando uma extensa migração venezuelana nas zonas fronteiriças do país. Diante da crise econômica, social e política na Venezuela, desde 2015, esses números foram acentuando. Em março de 2017, foi publicada a Resolução Normativa nº 126, a qual regula a concessão de residência temporária aos povos de países fronteiriços.

Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, sobre o desafio migratório em Roraima⁹¹, de 2018, no município de Pacaraima, há 200 km da capital de Roraima, Boa Vista, o fluxo migratório era de brasileiros para a Venezuela desde 1970, e atualmente o quadro está invertido. Em julho de 2017, o número de venezuelanos atingiu a marca de 5.000 (cinco mil) pessoas, desses, exceto a

⁹⁰ A assistente social da SSAS participou, em 2015, da Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré, ao comando da Força de Pacificação, conhecida por Operação São Francisco. Foram 14 (quatorze) meses de ocupação, criada com a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, de acordo com a Lei Complementar nº 97/1999, bem como, coibir o tráfico de drogas local e reforçar a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

⁹¹ Fundação Getúlio Vargas. DAPP. **Desafio migratório em Roraima**: Repensando a política e gestão da migração no Brasil. Rio de Janeiro, 2018.

população indígena, 78% possui ensino médio completo e 32% ensino superior. No entanto, disputam mercado de trabalho, atendimento nas políticas de saúde, educação e habitação. Chegam ao Brasil diariamente, cerca de 500 (quinhentos) venezuelanos.

Tendo em vista a alta demanda e os conflitos internos gerados no Estado acolhedor dos imigrantes em Roraima, foi solicitada intervenção federal e apoio de pessoal e financeiro. Nessa perspectiva, nas Forças Armadas foram convocadas para atuar na garantia da lei e da ordem. Além de realizar postos de bloqueio nas rodovias, combate ao garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami e a coibição de extração ilegal de madeira, o Exército foi empregado em ação humanitária com a “Operação Acolhida” nos abrigos aos imigrantes, prestando atendimento médico, nutricional, distribuindo alimentos e outras medidas assistenciais e de saúde, juntamente com o estado e o município.

A triagem e o controle dos imigrantes são ações do EB, com contingente enviado pelos Comandos Militares, que estão fazendo revezamento na missão. Em outubro de 2018, o Comando Militar do Nordeste foi o responsável por enviar tropas para Roraima. Dentre os profissionais engajados, compreendeu-se necessária a intervenção de uma equipe multidisciplinar com assistentes sociais e psicólogos para apoiar a tropa.

A primeira equipe foi formada como projeto piloto para construção de diretrizes para atuação da assistência social do EB em missões humanitárias/migratórias. A SSAS/10, mais uma vez, tem participado, através do trabalho da assistente social voluntária, nesse processo de construção.

Neste ano de 2019, em Brasília, ocorreu o III Seminário de Assistência Social do Exército Brasileiro, com o objetivo de construir as diretrizes para a atuação da Assistência Social do EB nas missões humanitárias, logísticas e da Garantia da Lei e da Ordem.

Apesar das diversas críticas com relação às operações militares nas comunidades do Rio de Janeiro, ocupadas pelo Exército, e até mesmo nas missões de paz, não pretendo nesse trabalho trazer esse debate à tona, pois não faz parte dos objetivos desta dissertação.

5.1.1.5 Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ)

A Portaria nº 183-DGP, de 12 de setembro de 2016, aprovou as Instruções Reguladoras do Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ), em consonância com o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), e objetiva:

I- sensibilizar o público-alvo sobre os danos causados pelo uso indevido e/ou abusivo; II- instituir (...) um sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de redução dos danos sociais e à saúde; III- desenvolver ações preventivas à dependência química; IV- capacitar militares como agentes multiplicadores (...); VI- favorecer a reintegração ao ambiente social, laboral e familiar por intermédio da reconstrução de laços de sociabilidade do dependente químico em tratamento; VII- estabelecer parcerias com instituições públicas e/ou privadas que contribuam para o desenvolvimento do PPDQ; VIII- capacitar recursos humanos a fim de executar intervenção de prevenção primária (educação), secundária (encaminhamento para tratamento) e terciária (acompanhamento e reintegração); IX- prevenir atitudes inconvenientes relacionados ao absenteísmo, conflitos de relacionamento, acidentes em serviço, prática de crime militar de tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar; X- instituir indicadores de avaliação e monitoramento do PPDQ; e XI- desenvolver atividades teóricas e práticas que possibilitem ao público-alvo o autoconhecimento e a sensibilização sobre os problemas envolvendo a dependência química.

O trabalho preventivo é evidenciado nesse programa através de campanhas com materiais explicativos e de palestras nas Organizações Militares, com debate sobre os tipos de drogas, seus efeitos, as legislações civis e militares, o uso abusivo e os impactos na família e na sociedade. A realização de atendimentos que identificam demandas e encaminhamentos para a rede socioassistencial são outras intervenções da SSAS/10.

Anualmente, coordenamos um concurso de redação para cabos e soldados das OM, alunos do Colégio Militar de Fortaleza e atiradores de todos os Tiros de Guerra, com temáticas referentes ao uso indevido de drogas. São escolhidas as três melhores redações de cada OM, pelas comissões, e entregue uma premiação no valor de dois mil reais para o primeiro lugar, mil reais para o segundo lugar e quinhentos reais para o terceiro lugar e livros, patrocinadas pela Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX⁹²). Essa atividade visa o fomento

⁹² É uma instituição civil, sem fins lucrativos, submetida às normas financeiras de habitação, atua em todo o território nacional com os recursos da caderneta de poupança. É gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE).

da leitura, o debate entre eles e o retorno sobre como percebem a dependência química e quais suas vivências.

O Exército possui contrato com uma clínica de reabilitação de dependência química, a qual possui sede em Fortaleza-CE e Teresina-PI, através do FUSEx. O militar em crise pode, após atendimento psiquiátrico, ser encaminhado para tratamento nessa instituição.

5.1.1.6 Programa de Apoio Socioeconômico (PASE)

Em 04 de fevereiro de 2015, foi publicada a Portaria nº 062 que aprova as IG do Programa de Apoio Socioeconômico (PASE) e em 18 de julho de 2016, foram aprovadas as IR, com os objetivos de prevenir, superar e enfrentar as vulnerabilidades socioeconômicas, priorizando a educação financeira; formar multiplicadores; buscar parcerias com instituições públicas e/ou privadas que contribuam para o desenvolvimento e o aprimoramento do Programa e instituir indicadores de gestão de avaliação de resultados.

A vulnerabilidade social está prevista pela PNAS, para caracterizar os usuários que buscam os serviços, e está vinculada não só a questão socioeconômica, mediante privação de renda, exclusão pela pobreza e no acesso às demais políticas públicas, mas engloba também a fragilização/ ruptura dos vínculos familiares e comunitários, o uso de substâncias psicoativas, as diversas formas de violências e outras situações que representam risco pessoal e social. O papel da Proteção Social Básica é a superação das vulnerabilidades sociais para prevenir riscos. Estes conceitos que representam diversos olhares e está em discussão a busca de identificar sempre o sujeito que procura a assistência como o usuário, em situação de vulnerabilidade ou risco, como aponta Silva (2014).

O termo vulnerabilidade social aparece, pela primeira vez, nas Forças Armadas, na Portaria normativa nº 881/2010, que aponta como finalidade orientar o planejamento dos programas de assistência social e as medidas de apoio à integridade biopsicossocial, quanto à prevenção e ocorrência de situações de vulnerabilidade social.

Nessa mesma portaria, o termo vulnerabilidade socioeconômica é utilizado como foco de intervenção desse programa, que tem na assistente social uma profissional de referência para identificar a realidade socioeconômica do sujeito

por meio de instrumentos técnicos como entrevista, visita domiciliar, que subsidiam o estudo socioeconômico, o qual irá embasar o plano de intervenção e a realização de encaminhamentos.

Apesar do público atendido por essa política possuir, muitas vezes, condições socioeconômicas privilegiadas em comparação com a população usuária da PNAS, identifica-se o endividamento, principalmente com consignados, por desequilíbrio financeiro. Sobre esta demanda específica, cabe salientar a fala do (a) interlocutor (a) 10, usuário (a) da SSAS:

É certeza a demanda de muitos problemas de nível Unidade. Uma delas inicia-se pelo financeiro, porque tem muitas dívidas, a gente vê muitos colegas lá que se desequilibra totalmente em gerenciar o financeiro. Aí já envolve a família, já envolve o trabalho, já envolve a sociedade, que aí vem as cobranças. Comigo nunca aconteceu, mas teve tempo que a gente via colegas sendo cobrado dentro do quartel, eu não passei por isso, mas isso causa também uma dificuldade de falar, de dizer, “olha, estou passando por essa dificuldade, to precisando de ajuda”, é muito difícil.

Segundo o Relatório da Avaliação Atuarial das Pensões dos Militares das Forças Armadas, o poder de compra dos militares de 2010 a 2017 teve uma queda de 13,32%, em valores reais, considerando a inflação pelo IPCA⁹³ e a reposição parcial da inflação, considerando que não houve reposição salarial nos anos de 2010, 2011 e 2012, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 2 - Poder de compra dos militares
Poder de compra dos militares de 2010 a 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inflação	5,90%	6,50%	5,83%	5,91%	6,41%	10,67%	6,28%	-
Reposição	0,00%	0,00%	0,00%	9,15%	9,14%	9,13%	5,50%	-
Unidade Monetária	100%	94,43%	88,67%	83,78%	86,34%	88,56%	87,32%	86,68%
Perda Total Percentual	- 13,32%							

Fonte: Relatório da Avaliação Atuarial das Pensões dos Militares das Forças Armadas (2017).

O supracitado relatório também realiza uma projeção atuarial de pensionistas com o crescimento salarial negativo nas três Forças, considerando a

⁹³ Índice de Preço ao Consumidor é um índice medido mensalmente pelo IBGE e foi criado para medir a variação de preços do mercado para o consumidor final.

inexistência de uma política de remuneração dos militares que garanta o poder de compra dos mesmos, já que estes não podem reivindicar aumento salarial através de associações e deflagração de greves.

Outro dado analisado nesta avaliação é o Crescimento Salarial Anual (CSA) no decorrer da carreira do militar de acordo com sua idade. O resultado mostra que em 28 anos de carreira, o militar possui o CSA de 3,48% a.a para praças e 2,35% a.a para oficiais. No entanto, admitindo uma inflação anual de 4,5% a.a, o crescimento real anual do salário é negativo. Portanto, o estudo concluiu que não há crescimento real anual de salários ou benefícios.

Além do estudo mencionado, a instabilidade residencial da família do militar é um obstáculo no planejamento econômico, pois as (os) companheiras (os) dos (as) militares possuem dificuldade de manter vínculos empregatícios e, portanto de contribuir para a renda familiar. Essa é uma das demandas apresentadas à SSAS/10, carregada de transtornos, principalmente para as mulheres que se vêem entre abrir mão de suas carreiras profissionais, do trabalho conquistado, do concurso público ou seguir o companheiro para onde ele foi transferido, lugar este que nem sempre é almejado pela família.

5.1.1.7 Programa de Preparação para a Reserva (PPREB)

O Programa de Preparação à Reserva e à Aposentadoria do Exército Brasileiro (PPREB), foi o primeiro programa socioassistencial a ser regulamentado, através da Portaria nº 222, de 31 de março de 2010, com a finalidade de fomentar um espaço de debate e reflexão sobre as questões que permeiam a vida após a ruptura com o mundo do trabalho.

Esse Programa foi desenvolvido inicialmente, em 2012, por um coronel PTTC, que acumulava função de chefe da Seção de Assistência Social, e somente em setembro de 2013 foi nomeado outro coronel PTTC para exercer esta função. Podemos perceber que o PPREB não era tratado como um Programa executado pela SAS e sim como um Núcleo Regional independente. No entanto, havia um projeto de criar uma Seção Especializada de Serviço Social (SESS) a qual absorveria o PPREB. O projeto da SESS previa a contratação de um chefe (oficial superior PTTC), um psicólogo e um assistente social, um bacharel em direito (tenente técnico temporário), dois auxiliares (3º sargento) e dois soldados. O PPREB

seria incorporado a essa seção com mais um chefe, oficial superior PTTC e um terceiro sargento temporário. Porém, essa seção foi renomeada para Seção do Serviço de Assistência Social (SSAS).

Para a implantação do referido Programa foram realizadas reuniões com a Secretaria do Estado do Ceará, que possui um programa similar e com as outras FA para conhecer as experiências na área. Foram realizadas articulações com instituições como o SEBRAE, a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas (ACEP) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), a fim de levantar possíveis parcerias para disponibilização de cursos para o público-alvo.

O primeiro curso de preparação para a reserva em Fortaleza foi realizado em outubro e novembro de 2012, com 50 matriculados e 37 concludentes. As palestras ministradas foram: A organização do sistema brasileiro de ensino e a equivalência com o sistema de educação do EB; oportunidades de negócios; administração das finanças pessoais; o sistema de atendimento médico para militares e dependentes; e outras. Houve dificuldades de mobilização do público nas OM. No ano seguinte, uma comitiva do Escritório de Projetos da DCIPAS visitou a Gu de Fortaleza para viabilizar o projeto piloto do PPREB e expandir para outras RM. Foi disponibilizado o valor de R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais) para a execução das atividades. A 10ª RM foi pioneira na execução desse programa, como ressalta o (a) interlocutor (a) 04:

Foi pioneira, o PPREB era na realidade o carro chefe da assistência social, ele foi formatado aqui pela gente com uma grande ajuda do escritório de projetos [...] Com isso eu fui em 2013 em uma reunião em Brasília, reunião de Grandes Comandos de Pessoal, com o General Eutinhagoin, eu fiz uma apresentação do PPREB para os doze Comandantes de Região Militar e para nove generais do DGP. Vinte e um oficiais generais assistiram a apresentação que tínhamos feito aqui, nessa parte aí do PPREB, e também nessa área o General Araújo Lima levou bastante realizações que ele tinha feito na parte de assistência social, entre elas a CAFAM (casa de apoio da família militar) (Interlocutor (a) 04).

A criação de um escritório de projetos e a aquisição de assistentes sociais na DCIPAS contribuíram para esse processo, em que essa equipe realizou visitas e estudos do PPREB e da SAS da 10ª RM.

Somente em 2015, o PPREB passou a reintegrar, junto aos demais programas, as atividades desenvolvidas pela SSAS/10 com a participação integral da equipe multidisciplinar.

Esse Programa aborda em sua essência a categoria “trabalho”, que é uma categoria central da existência humana, fonte de toda riqueza, que vem se transformando no decorrer dos anos. A classe-que-vive-do-trabalho⁹⁴ presencia momentos de precarização das condições de trabalho, com redução de direitos e de postos de trabalho. Novas funções são criadas e outras são extintas, com o avanço da tecnologia, a reestruturação constante da produção e a crise estrutural do capital.

Muitos militares vão para a reserva em plenas condições de exercerem uma atividade remunerada, no entanto, a função exercida no meio militar muitas vezes se distancia do mercado de trabalho civil e essas novas reestruturação são consideradas para a preparação desses sujeitos para a inatividade.

O trabalho proporciona o desenvolvimento do ser e da sociedade. Portanto, pensar na vida pós-trabalho mostra-se como uma grande preocupação do Exército. Principalmente na vida do militar, em que o trabalho passa ser parte constitutiva da sua vida, da sua identidade.

Grande parte dos militares é oriunda dos Colégios Militares, passam por Escolas de Formação, que chegam até cinco anos de regime integral e durante toda a carreira realizam cursos em instituições militares, com currículos e doutrina própria. Alguns são influenciados desde a infância, pelos familiares militares, em seguir carreira.

Em estudos nas academias militares, Moreira (2015, p.66) apresenta uma pesquisa a qual identifica que:

o indivíduo ao fazer parte de uma organização militar, desde o primeiro momento da estadia em regime de internato, é submetido a uma bateria de rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetição, cuja principal função é forjar a construção de uma nova pessoa, de um novo “eu”, o militar, com qualidades distintas do “civil” (ou “paisanos”), cuja identidade é reconhecida a partir da ideia de pertencimento a um “mundo de dentro” (o meio ou mundo militar) em contraposição ao “lá fora” (meio ou mundo civil).

Faz parte da formulação de uma rotina das instituições totais não diferenciar o ato de trabalhar, dormir e brincar. Cotidiano que perpassa pelo menos trinta anos do militar antes de ir para a reserva. Um espaço que prevalece o masculino, a força e a virilidade.

⁹⁴ Termo empregado por Ricardo Antunes ao tratar da nova configuração da classe trabalhadora, mais heterogênea e multifacetada.

O *habitus* militar é enfatizado na tese de Moreira (2015), como a aquisição de visão de mundo, regras, valores, símbolos, linguagem e postura corporal, inseridos em determinado campo em que é socializado, construído e incorporado.

A reinserção na sociedade sem a farda, sem o valor das medalhas e insígnias conquistadas ao longo da carreira e principalmente sem o posto ou graduação que precede o nome, é um processo gradual e que deve ser trabalhado com antecedência para evitar possíveis problemas nesse período da vida do militar.

Nessa perspectiva, o programa foi estruturado em áreas de interesse como: educação e cultura, educação financeira, empreendedorismo, família, integração social, aspectos legais, lazer e saúde.

Em novembro de 2016, foi aprovada as Instruções Reguladoras na Portaria nº 237, visando à qualidade de vida do militar/civil na construção de um projeto de vida na ida para reserva/ aposentadoria, trabalhando o processo de envelhecimento, o fortalecimento dos vínculos familiares e a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, já que muitos militares vão para a reserva em plena vida produtiva.

Todos os militares e servidores civis com cinco anos restantes para ir para reserva/ aposentadoria são convidados a participarem de espaços de troca de conhecimentos, tendo como base os temas mencionados acima e realizadas parcerias com instituições civis nesse processo de aprendizagem.

5.1.2 Serviços

Diferente dos programas, os serviços socioassistenciais são ações continuadas e por tempo indeterminado, com público pré-estabelecido, condições de acesso e que visam à garantia de condições necessárias para o cumprimento das missões estabelecidas. Dentre os serviços socioassistenciais do Exército, da SSAS/10ª RM, destacamos os principais.

5.1.2.1 Hotel de Trânsito e Áreas de Lazer (HT/AL)

Os Hotéis de Trânsito (HT) são instalações construídas em todo território brasileiro com o objetivo de hospedar os militares, servidores civis e seus

dependentes que estão em trânsito, viagem a serviço, período de férias, lazer ou tratamento de saúde. Nesse último caso, o usuário conta com desconto de 50% na diária, sendo esta debatida em uma nova legislação para passar a 100% da diária.

As diárias incluem café da manhã e tem os preços fixados de acordo com a categoria dos hotéis, o círculo hierárquico dos hóspedes e não deve ultrapassar 60% do valor das diárias praticadas nos hotéis civis da localidade. Existem Instruções Gerais e Reguladoras que instituem o funcionamento desses equipamentos, que são a portaria nº 134, de 19 de março de 2007 e portaria nº 221, de 3 de outubro de 2007, respectivamente.

Além dos HT, o Exército disponibiliza de Áreas de Lazer (AL), como clubes, círculos militares, associações e agremiações instaladas em imóveis da União, que proporcionam espaços de integração, cultura, prática desportivas e lazer para os militares e seus familiares.

A Região Militar fica responsável em administrar os Hotéis e Áreas de Lazer, bem como designar um gestor para ser o responsável pelas atividades cotidianas. A 10ª RM possui quatro HT de oficiais, um em cada Guarnição (Gu) vinculada, sendo Fortaleza-CE, Crateús-CE, Teresina-PI e Picos-PI; e três HT de subtenente e sargento, exceto em Fortaleza que está prevista a construção. Em todas as guarnições citadas possuem AL de oficiais e AL de subtenentes e sargentos, sendo que em Picos-PI é a única Gu com AL para cabos e soldados.

A SSAS/10 é responsável em administrar os HT/ AL vinculados, e solicitar a alocação de recursos do Programa Pé-na-estrada, regulado pela portaria nº 98, de 20 de maio de 2013, para essas unidades. A descentralização desses recursos ocorre anualmente, de acordo com a solicitação dos HT/AL, as prioridades previstas na legislação e a disponibilidade de recursos. Os mesmos são destinados a ampliar, reformar e reaparelhar os HT e as AL categoria "B", que são as que não possuem personalidade jurídica própria.

Os espaços de lazer, como as vilas militares, os hotéis, os hospitais e os colégios são estruturas que visam beneficiar os militares proporcionando as condições mínimas para o bem-estar deste e de sua família. No entanto, os espaços de convivência com a sociedade civil reduzem, estreitando os vínculos com a meio militar e fragilizando os laços comunitários, situação que pode acarretar problemas na passagem para a reserva ou até mesmo nos membros da família do militar.

5.1.2.2 Balcão de Talentos

O Balcão de Talentos é um projeto que foi idealizado em 2013 no Comando da 10ª Região Militar, com o objetivo de criar um banco de dados com informações pessoais e profissionais dos militares que vão para a reserva, principalmente os temporários, que desejam ingressar ou retornar para o mercado de trabalho.

A SSAS/10 fez parceria com diversas empresas e treinou os profissionais de recursos humanos para consultar os dados disponíveis dos candidatos e chamá-los para participar do processo seletivo. Em cada OM existem dois militares responsáveis em alimentar esse banco de dados com as informações dos interessados e que possuem o parecer favorável do chefe imediato. Atualmente a 10ª RM possui 17 empresas cadastradas e 1.600 militares inscritos, entre soldados e coronéis.

Esse banco de dados possibilita que os soldados que estão no serviço militar obrigatório, no período de 12 meses, saiam da instituição com uma indicação para ser absorvido pelo mercado de trabalho, de acordo com as habilidades e expectativas dos militares, já que esse programa de tecnologia da informação dispõe de filtros sobre o perfil dos cadastrados.

Diante da conjuntura de desemprego vivenciada no país, esse instrumento oportuniza que os jovens e militares recém-egressos do Exército, possam dispor seus currículos para inserção no mercado de trabalho.

5.1.2.3 Casa de Apoio da Família Militar

A Casa de Apoio da Família Militar (CAFAM) surgiu em 2015 com a finalidade de apoiar em alojamento, alimentação e transporte os militares, servidores civis e familiares que vinham para Fortaleza para a realização de tratamento de saúde. Até o final do ano de 2016, as instalações da CAFAM era um prédio cedido pelo empresário de uma das maiores indústrias de beneficiamento da castanha de caju do Ceará. Ele serviu ao Exército, era um ex-combatente que colaborava com a Força. Contudo, após sua morte o imóvel foi devolvido para a família e a Casa de Apoio foi transferida para o entorno do Hospital Geral de Fortaleza (HGeF) do Exército.

A CAFAM é composta por quatro suítes, sendo uma adaptada, uma cozinha, uma lavanderia e uma recepção. Desde sua inauguração, já atendeu 965 pessoas. A solicitação para reservar uma suíte é através da OM de vinculação do requerente e o envio de um email com as informações do paciente e da estada, priorizando a ordem de solicitação, independente do grau hierárquico.

Essa estrutura não possui financiamento próprio, sendo custeada pelo Comando da 10ª Região Militar, com o apoio de alimentação do HGeF. É um serviço que reduz os custos dos pacientes e proporciona condições mínimas para a realização do tratamento médico, apesar das instalações não se adequarem com todas as necessidades e limitações dos hóspedes/ pacientes.

5.1.2.4 Atendimento Socioassistencial

O atendimento social e psicológico foi demandado desde o ingresso dos profissionais de serviço social e psicologia, em 2014, para dar respostas às necessidades do pessoal. No entanto, durante muito tempo não havia sala de atendimento que garantisse o sigilo.

A luta por melhores condições para a realização do atendimento resultou em uma sala que comporta toda a equipe técnica da SSAS e dentro desta possui uma divisória de meia parede para a escuta mais reservada, porém sem acústica, prejudicando o sigilo. No entanto, a conquista desse espaço e a divulgação da seção proporcionaram o aumento considerável do número de demandas espontâneas e encaminhamento dos comandantes de OM.

Antes dessa equipe, os problemas pessoais e familiares eram levados aos superiores, que emitiam opiniões, conselhos e às vezes determinavam as ações a serem executadas pelos sujeitos em sofrimento ou em condição de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, a SSAS tem legitimidade ao tratar dessas questões pelo olhar científico, trazendo mais segurança e amparo nas decisões dos comandantes, bem como confiança, apoio e continuidade nas intervenções com os sujeitos envolvidos.

As intervenções ocorrem, em muitos casos, de forma interdisciplinar, através de discussão de casos e atendimentos conjuntos. Os instrumentos utilizados são a entrevista, a visita domiciliar, o atendimento individual, familiar e de grupo, para emissão de parecer social e encaminhamentos para a rede.

O parecer social, apesar de não ser normatizado como documento que compõe o processo de movimentação dos militares, foi orientado recentemente, via documento interno, pela Diretoria de Controle de Efetivo e Movimentações (DCEM), que os militares que necessitassem permanecer ou ser movimentado para alguma guarnição específica por motivo social, deveriam comprovar por sindicância e em alguns casos estão solicitando parecer social para justificar a necessidade do militar. Dessa forma, esse instrumento está sendo um dos mais utilizados pela equipe de assistentes sociais da SSAS/10. Conforme podemos perceber na fala do (a) usuário (a):

o primeiro motivo que me levou a procurar a SSAS foi a necessidade de fazer um parecer social para que eu pudesse expor a minha necessidade familiar para o exército né, não simplesmente ficar comigo, mas expor e receber algum tipo de ajuda que a intenção não era sair daqui da guarnição e sim de permanecer na guarnição [...] o parecer social que anualmente eu tenho que solicitar, que tem validade de um ano (Interlocutor (a) 12).

Esse documento da DCEM informa que o militar na situação de inamovível (inapto para a movimentação) não deve ser movimentado para nenhum local do país e nem do exterior, tampouco ser designado para matrícula em curso ou concorrer processos seletivos, enquanto perdurar a situação. Decisão essa que aumenta o número de solicitações para se tornar inamovível e retornar a situação regular, pois pode prejudicar o militar em promoções e recebimento de gratificações.

A construção do Parecer Social constitui uma atribuição privativa do assistente social, art. 5º da Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social, e é um instrumento técnico-operativo norteado pelas dimensões teórico-metodológico e ético-político. Segundo Barroco (1994), para emitir o parecer deve-se considerar o objetivo, com quem ele se compromete e a direção política a ser tomada, pois pode ser um instrumento de viabilização de direitos, considerando o compromisso profissional com a justiça social.

O parecer social é definido como a “opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão médico-pericial” (MPAS/INSS, 1994, p. 25- 26). É a documentação final do estudo social, que registra a elaboração técnica e científica do profissional. Segundo Fávero (2007):

diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada e os objetivos do trabalho solicitado e apresentas; a análise da situação referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social- portanto, com base em estudo rigoroso e fundamentado- e uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo. (FÁVERO, 2007, p.47).

Somente em 2016, foi solicitado um Relatório de Gestão pela DCIPAS, para consolidar dados de ações socioassistenciais e recursos planejados, executados e inopinados e número de pessoas beneficiadas. Um documento extenso, que está sendo reelaborado, para agrupar os dados de 2018.

Devido a seção de assistência social ser recente, as informações referentes aos serviços prestados só foram consolidadas no ano de 2017, sendo superficiais e deficitárias as informações dos anos anteriores, pois as ações estavam sendo estudadas e elaborados instrumentos de coleta e análise.

5.1.3 Benefícios

O Exército Brasileiro, através das SSAS, concedem benefícios socioassistenciais, que configuram direito dos militares, servidores civis e dependentes, de acordo com a legislação vigente. São garantias que possibilitam subsidiar financeiramente aqueles que estão vivenciando situações de vulnerabilidade. Seguem as conquistas garantidas.

5.1.3.1 Auxílio Funeral

O auxílio funeral é um direito pecuniário devido aos militares, seus dependentes e servidores civis, previsto no Estatuto dos Militares, regulamentado pelo Decreto nº 4307, de 18 de julho de 2002, e normatizado pela Portaria nº 250, de 10 de novembro de 2014.

O referido direito equivale aos proventos do último mês, não podendo ser inferior ao soldo de subtenente, R\$ 6.169,00⁹⁵ (seis mil cento e sessenta e nove reais), para auxiliar no custeio do funeral do cônjuge, do (a) companheiro (a), do (a)

⁹⁵ Valor atualizado no ano de 2019.

dependente ou pago ao beneficiário ou familiar em caso de morte do militar ou servidor civil.

Esse benefício é um ressarcimento das despesas do funeral, que poderá ser pago no valor integral, proventos do militar, ou o valor da nota fiscal, que não deve ultrapassar os proventos, caso o requerente não seja o beneficiário do militar. Cada caso é analisado à luz da legislação vigente.

Essa era a maior demanda da SAS até 2014, como relata o (a) interlocutor (a), que faz um comparativo com os outros serviços oferecidos:

O carro chefe, que tinha mais trabalho, era o auxílio funeral, que era contínuo [...] pelo volume de trabalho era o auxílio funeral, era muito pesado e a rapidez que tínhamos que conceder o auxílio funeral exigia um trabalho bem rápido né; os portadores necessidades educativas especiais era muito pouca coisa, mas o mais trabalhoso era o auxílio financeiro, indenizável e não- indenizável; os meios de hospedagem também, no meu primeiro e segundo ano recebemos grandes recursos; o vale transporte e auxílio transporte era muito fácil, era só a gente controlar na área da região militar, não tinha muito problema não; e o principal meu, que era o meu foco, a razão de eu ter sido convocado, era o Programa de Preparação pra Reserva, que não existia antes (Interlocutor (a) 04).

O trabalho da seção é receber os processos, analisar e, se o requerente e o *de cujus* possuírem o direito, encaminhar para o pagamento, fazendo o controle quantitativo mensal. Nos anos de 2017 e 2018 foram pagos R\$ 1.479.779,71 (um milhão quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos) e R\$ 1.161.706,70 (um milhão cento e sessenta e um mil setecentos e seis reais e setenta centavos) em auxílio funeral respectivamente.

Os militares são orientados a aderirem a assistência funerária oferecida por uma fundação vinculada ao Exército, que atende militares, servidores civis e seus familiares, custeando as despesas do funeral. A adesão é feita com o desconto de valores irrisórios mensalmente no contracheque de seus segurados. Essa assistência facilita no momento de maior vulnerabilidade familiar, pois ao ser acionada, resolve todo o trâmite de preparação do corpo, traslado, até o sepultamento. Isso não inviabiliza o recebimento do auxílio funeral.

No caso do soldado, no período da prestação do serviço militar inicial, esse seguro é oferecido gratuitamente em caso de invalidez total ou parcial por acidente ou indenização do funeral. A indenização por morte, exceto por suicídio, corresponde ao valor de R\$ 4.500,00 e para reembolso de gastos funerários o valor é de R\$ 750,00.

Esse benefício é de extrema importância para amparar financeiramente a família que perdeu um ente querido e muitas vezes não possuem recursos para subsidiar os custos de um funeral. Além da orientação e pagamento do auxílio, a seção realiza atendimentos aos enlutados.

5.1.3.2 Auxílio Emergencial Financeiro (AEF)

O Auxílio Emergencial Financeiro (AEF), regulado pela Portaria nº 303-DGP, de 28 de novembro de 2016, que aprova as Instruções Reguladoras para a concessão do AEF no âmbito do EB (EB30-IR-50.016), é um apoio financeiro a fim de evitar o desequilíbrio econômico em decorrência de despesas nas áreas de saúde, sinistros ou outras situações avaliadas pelo Comandante do Exército, no intuito de restabelecer financeiramente o militar e sua família.

O benefício é concedido em três modalidades que pode ser o auxílio emergencial financeiro indenizável (AEFI), com o pagamento parcelado no prazo de 06 (seis) a 60 (sessenta) meses do valor solicitado, e descontado em contracheque; auxílio emergencial financeiro não-indenizável (AEFNI), quando o beneficiado não restitui o valor recebido; e o auxílio emergencial financeiro misto (AEFM), em que parte do valor é ressarcido à União. A quantia máxima solicitada corresponde até cinco vezes o valor do soldo do posto de 2º tenente, R\$ 35.410,00⁹⁶ (trinta e cinco mil quatrocentos e dez reais).

O valor concedido poderá ser utilizado para o custeio de aquisição de medicamentos e tratamento médico que não sejam subsidiados pelo FUSEx, e perdas ou danos de bens essenciais. Estas despesas devem ser comprovadas, através da prestação de contas em até 60 (sessenta) dias, com recibos e notas fiscais.

O interessado no AEF deve ser voluntário, assinar um termo de consentimento, matricular-se em um curso de educação financeira, indicado pela SSAS, e indicar um gestor financeiro⁹⁷. Entregar o requerimento anexando todos os

⁹⁶ Valor atualizado no ano de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse valor passa a ser R\$ 37.450,00 (trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta reais).

⁹⁷ Militar (oficial, subtenente, 2º ou 1º sargento) nomeado pelo Comandante da OM, capacitado em educação financeira, com perfil de discricção e que assine um termo de compromisso em manutenção do sigilo, para acompanhar e orientar o interessado nas suas finanças pessoais, bem como confeccionar um relatório com a situação financeira e um quadro demonstrativo com as dívidas do mesmo.

documentos comprobatórios de sua situação financeira e entregar na OM vinculada, onde o Comandante deverá avaliar se está em consonância com a legislação e caso positivo encaminha para a SSAS.

A SSAS designa uma assistente social para analisar o processo, construir um Relatório Social com Parecer Social avaliando o desequilíbrio econômico, o valor solicitado e a modalidade proposta. Será construído também, junto com a família, um plano de intervenção com medidas para minorar o desajuste financeiro, com base no fortalecimento da autonomia e cidadania das famílias vulnerabilizadas. O parecer favorável ou não deve ser despachado com o Comandante da RM e encaminhado à DCIPAS que concederá ou não o auxílio.

Um dos avanços alcançados nessa legislação é a inclusão do profissional de serviço social na análise da situação socioeconômica do sujeito, o qual realiza um estudo social e emite um parecer, considerando as expressões da questão social que envolvem a situação familiar dos sujeitos.

Esse estudo é uma metodologia de trabalho privativa do assistente social, previsto no art. 4º da Lei nº 8.662/93, que estabelece as competências do assistente social, “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”.

A construção desse estudo requer investigação social baseada no conhecimento da realidade social, do contexto sociofamiliar de cada indivíduo, as questões sociais que afetam suas relações, coletando o maior número de informações que visam subsidiar as decisões (Graciano, 2013).

Compreender e registrar o cotidiano dos sujeitos e suas estratégias de resistência e sobrevivência possibilita que o AEF vá para além do tecnicismo e aborde elementos constitutivos da dinâmica familiar e sua relação com a comunidade e as questões sociais. Informações que proporciona o acesso as políticas públicas e aos direitos sociais.

Nos anos de 2017 e 2018 foi concedido somente 01 (um) AEF não-indenizáveis, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), outros requerimentos foram indeferidos por não estarem de acordo com a legislação vigente.

5.1.3.3 Convênio CONFENEN-MD

O Ministério da Defesa assinou um acordo de cooperação, desde 2005, com a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), no intuito de facilitar o acesso dos militares, servidores civis, pensionistas e dependentes aos estabelecimentos de ensino (EE) da rede privada.

O Acordo de Cooperação nº 03 DEADI- DESAS de 2013, que tem vigência até 2018, tem como objeto viabilizar ensino de qualidade, com uma bolsa parcial de estudos, de no mínimo 10% de desconto em qualquer modalidade de ensino, enquanto o MD divulga sem ônus as modalidades de ensino e os referidos descontos, bem como informações necessárias para a execução dos serviços por parte dos EE.

As Parcerias Público-Privada (PPP) são parte das reformas do governo em busca de maior atratividade dos setores privados em setores carentes de investimento público, como é o caso da educação, que vem desde a década de 90 sendo incorporada pelo mercado como bem de consumo, e os alunos seus consumidores.

Apesar desse acordo não configurar a privatização da escola pública, incentiva o ensino privado com a transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, que cresce diariamente com o surgimento de instituições que vão da educação básica ao ensino superior.

As três Forças são beneficiadas com o acordo, atualmente o MD possui mais de 150 instituições de ensino conveniadas. Na área de atuação da 10ª Região Militar, temos treze convênios com instituições de educação básica, dez de ensino superior e seis de idiomas.

O interesse pelas parcerias parte das próprias instituições ou dos usuários, que buscam a SSAS para a assinatura do Termo de Cooperação, que vai para apreciação do MD e é divulgado pela Região. No entanto, em novembro de 2018 vence o acordo de cooperação e não será renovado pelo MD, ficando a cargo das OM a iniciativa das parcerias com instituições privadas de ensino.

5.1.3.4 Assistência a Portadores de Necessidades Educativas Especiais (NE Esp)

A Assistência a Portadores de Necessidades Educativas Especiais está regulada pela portaria nº 226-DGP, de 24 de outubro de 2008, e tem como objetivo subsidiar parte do valor da mensalidade das Instituições de Ensino Especial (IE Esp) para dependentes de militares e pensionistas com deficiência proporcional ao posto ou graduação do militar. Atualmente o Comando da 10ª Região Militar tem contrato com 03(três) escolas, sendo uma no município de Teresina-PI e duas em Fortaleza-CE, com o total de 25 crianças matriculadas.

A SSAS/10 realiza a busca ativa, através de visitas, em instituições de ensino dos municípios de abrangência, mapeando as escolas que se enquadram nas condições propostas pela Portaria nº 226/08 e pela Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96, e que possuem interesse de em realizar contrato com o Exército Brasileiro. Através do mapeamento e das demandas dos militares, é realizado o credenciamento e o pagamento por empenho da Quota de Assistência (QA), recurso financeiro destinado ao pagamento mensal das IE Esp, descentralizado pelo DGP às RM por intermédio da DCIPAS.

O processo de matrícula da pessoa com deficiência (PCD) inicia com o requerimento do interessado e anexa a inspeção de saúde do dependente, que seja diagnosticado com altas habilidades, condutas típicas, deficiência auditiva, física, mental, visual ou múltipla. Após avaliação da documentação e da escola credenciada, o responsável passa a pagar a Quota Participação (QP) sobre a mensalidade da IE Esp, que varia entre 05 (cinco) a 35 (trinta e cinco) por cento do valor da escola.

Esse benefício propicia a contribuição do desenvolvimento pessoal e social, através do apoio financeiro às famílias das PCD, considerando o alto custo com terapias, tratamentos e os cuidados dessas pessoas. Ciente que nem o Sistema Único de Saúde e nem o Fundo de Saúde do Exército garantem esses atendimentos em sua plenitude.

A referida portaria está em processo de revisão pela DCIPAS e os profissionais da SSAS, que lidam diariamente com a execução do serviço, foram consultados para sugestões. Após dez anos, debates sobre o tema avançaram, demandas novas surgiram e a possibilidade de modificar a portaria possibilita contemplar os anseios das famílias e atualizar de acordo com as pesquisas.

A nomenclatura “Portador de Necessidades Educativas Especiais” será uma das mudanças dessa portaria, pois não está de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, que possui equivalência de emenda constitucional.

Esse segmento populacional, que durante muitos anos sofreu com a invisibilidade social, luta cotidianamente para a efetivação da cidadania desses sujeitos, que já foram denominados de inválidos, defeituosos, incapazes, deficientes, portadores de deficiência, pessoas com necessidades especiais, até a mais recente pessoa com deficiência. Os conceitos vão modificando de acordo com a história e com os debates nacionais e internacionais, travados nos movimentos sociais, nos espaços coletivos de construção, em busca da garantia de direitos e da erradicação da segregação e marginalização desses sujeitos.

O Exército tende a incorporar essas lutas, na garantia dos direitos dos dependentes de militares com deficiência, na área da educação, saúde, acessibilidade dos prédios e o incentivo ao desporto.

Diante dos programas, serviço e benefícios apresentados, podemos perceber a dimensão normativa na área da assistência social do Exército Brasileiro, construído nos últimos dez anos. Avanço exponencial ao analisarmos a trajetória histórico-normativa do EB.

Podemos perceber as especificidades desses programas e serviços do Exército, em relação à Assistência Social do meio civil, pois eles estão alinhados a dinâmica do (a) militar, como ressaltam essas falas:

são realidades diferentes, a realidade militar é uma realidade mais de nômades, as pessoas se mudam muito, isso tem impactos sociais grandes na realidade da família, de forma geral, impactos no papel da mulher na casa, nos anseios dos filhos, então mexe muito né. Têm muitas questões que são bem próprias dos militares, que só percebe estando mais próximo mesmo, (pausa) e aí eu acho que os programas, projetos e até os benefícios eles vem bem na linha do público alvo mesmo, a diferença maior dos programas militares para os civis é essa, as diferenças do próprio público-alvo, que requerem essas mudanças, essas operações né. (Interlocutor 12)

O que tá posto, eu acho que foi pegue algumas das problemáticas mais comuns entre os militares e foram penadas em formas de intervenção né? E foram sendo transformadas em programas e serviços da assistência né. São bem pertinentes com a demanda, é (pausa) a gente falar de valorização da vida, de dependência química, problemas socioeconômicos, questão de ir pra reserva, são coisas cotidianas que perpassam a vida do militar e dos seus dependentes e dos servidores civis. Então eu acho que são bem condizentes, mas como esses programas vêm sendo efetuados, é

(pausa) são que a gente precisa tá pensando melhor nessas metodologias utilizadas, pra de fato sensibilizar mais, atingir mais né, o público que a gente almeja e considerando toda uma dinâmica bem particular da Força (Interlocutor 06).

Somente há quatro anos, essas normativas vêm sendo operacionalizadas por profissionais especializados, e há dois anos obteve regulamentação prevendo suas ações e a estrutura do corpo técnico.

A partir do conhecimento sobre a estruturação da SSAS/10, as normatizações, a operacionalização dos serviços oferecidos com as contribuições da equipe e dos usuários sobre estes, prosseguimos para apresentar/ expor os avanços e desafios dessa equipe, durante esses anos de (re) construção da assistência social na 10ª Região Militar.

5.2 AVANÇOS E DESAFIOS VIVIDOS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DA SSAS/10

A equipe de profissionais da SSAS/10ªRM é constituída de quatro assistentes sociais e a psicóloga, todas oficiais técnicas temporárias. Entramos no Exército no mesmo processo de seleção, em 2014, com exceção de uma assistente social, que entrou em 2016. Portanto, estamos submetidas a um contrato de trabalho renovável anualmente. E recebemos o salário correspondente ao posto em que nos encontramos, o (a) de tenente, de forma isonômica em relação aos militares de carreira.

Após 8 (oito) anos de serviços prestados, tempo máximo para prorrogação do contrato, ou antes, caso seja de interesse da instituição ou do profissional, este, ao sair do Exército, receberá uma compensação pecuniária, a qual corresponde a uma remuneração mensal por ano trabalhado no serviço militar, tendo como referência o valor atual recebido pelo militar na data do pagamento da pecúnia.

Essa relação de trabalho não possui nenhum vínculo institucional após o término de contrato. Dessa forma, produz certo grau de ansiedade pela renovação contratual e possível descontinuidade do serviço com a saída das profissionais no mesmo período, pois, nesse caso, todas possuem o mesmo tempo de serviço. No entanto, é uma proposta da proteção social à reforma da previdência a substituição

dos militares de carreira por militares temporários, em uma perspectiva de reduzir em 10% o efetivo no prazo de 10 anos.

Como só foi realizado um concurso público dispondo de quatro vagas para assistente social, e não há previsão para novas vagas, esse profissional ocupará espaços no EB como oficial subalterno, dificultando sua posse em cargos de chefia e a obtenção de poder de decisão.

Possuir profissionais da área da assistência social na gestão dos serviços socioassistenciais contribuiu para a efetivação e o fortalecimento deste em um espaço socioocupacional em construção. Isso impacta diretamente nos serviços prestados e nas vivências dos usuários.

A contratação de assistentes sociais e psicóloga para a SSAS/10 teve como objetivo executar os programas estabelecidos pela Política de Assistência Social, porém não existiam instruções reguladoras que orientassem a execução dos mesmos. Somente o Programa de Preparação para a Reserva era regulamentado, dificultando o desenvolvimento das demais atividades.

O fato de constituirmos a primeira equipe multiprofissional da assistência social da 10ª Região Militar, um trabalho pioneiro, gerou enorme expectativa sobre as demandas dos (as) usuários (as) e as demandas institucionais. O objetivo da seção, a compreensão sobre a assistência social, o fluxo dos atendimentos e o exercício profissional ainda são difusos para o corpo institucional. O (a) gestor (a) local descreveu o trabalho da SSAS da seguinte forma:

o trabalho na realidade era pegar o conhecimento de assistência social civil e fazer uma adaptação ao trabalho aqui, algo que poderia ser feito no quartel, então você lembra eu sempre dizia: eu sou um tradutor, vocês me dizem como a coisa é feita lá fora, eu analiso no quartel e digo a vocês como vai ser feito aqui, e nessa conversa a gente vai acertando até chegar num ponto né? [...] a gente tinha um trabalho que não era evidentemente conhecido e as pessoas não sabiam qual era o objetivo, qual era a intenção, então houve uma má interpretação, mas a gente precisava se impor, a gente precisava dizer o que veio fazer né? (Interlocutor (a) 05).

Esse pioneirismo, a ausência de normatizações e a presença de uma gestão aberta para o conhecimento científico, que acabara de chegar na instituição, possibilitaram uma relativa autonomia aos profissionais para debater, elaborar e executar ações criativas e inovadoras para aquele espaço, causando sentimentos diversos nos militares que nunca haviam escutado falar naquelas experiências dentro do Exército.

Esse lugar de “tradutor” em que o (a) interlocutor (a) colocou-se facilitou nossa compreensão sobre a dinâmica do novo espaço socioocupacional e os anseios do público atendido.

Esse início foi de muitas descobertas e desafios para a equipe, que tentava sensibilizar os Comandantes para intervir nas expressões da questão social vivenciadas pelo público-alvo, o dito “nosso pessoal” e seus familiares. Essa sensibilização iniciava com o chefe imediato, que após apreender e compartilhar da ideia passava para o seu superior. A facilidade era que o chefe da SSAS tinha autonomia para despachar os planejamentos com o General, condição que foi modificada ao longo do tempo, distanciando esse percurso. Atualmente, desde o início de 2018, o chefe da seção despacha com o chefe de escalão do pessoal, que despacha com o chefe do Estado Maior que por fim despacha com o General.

Nessa escala hierárquica, foram incluídos outros escalões que precisavam ser sensibilizados, até chegar ao detentor da tomada de decisão, o General. Esse transcurso dificultou a realização das ações, pois dependemos de mais concordes para as intervenções e, por muitas vezes, não conseguimos o consenso dos gestores.

Esse acesso direto ao Comandante e a receptividade positiva frente às ações socioassistenciais podem gerar tensões na própria instituição, onde também existem correlações de forças na busca por priorização de projetos, que, por vezes, impacta diretamente no trabalho realizado, como relata o (a) interlocutor (a) 05:

quando a sessão ganhou respeito, quando a sessão ganhou um status, aí eu diria que até um certo momento passou do ponto, aí eu tinha um segundo problema, que era uma espécie de (pausa) as pessoas ficavam um pouco incomodadas pelo tanto que a gente conseguia influir no Comando, tanto que a gente conseguia fazer com que as nossas proposições fossem aceitas. Então gerou uma ciúmeira, aí então a gente teve que administrar esse segundo momento, ou seja, a gente passou do menos um para o mais um, aí foi uma nova situação, até a gente conseguir chegar a um ponto comum, aonde nosso trabalho fosse respeitado e a onde as pessoas percebessem qual era a nossa intenção, que a gente não queria ganhar nada de ninguém, queria fazer um trabalho sério e ser respeitado.

Nessa fala, podemos perceber, mais uma vez, como uma gestão preocupada com o bem-estar social do “seu pessoal” pode viabilizar a efetivação da assistência social. No entanto, também demonstra os desafios que agregam essa área, dentro e fora da instituição.

O planejamento e a coesão da equipe da seção foi fundamental para desenvolver estratégias de intervenções mais assertivas. Para isso, a equipe tenta realizar reuniões constantes para socialização de informações e construção de planejamento. Os casos são distribuídos de acordo com a disponibilidade de cada um (a) dos (as) profissionais. A rotina das profissionais é organizada, considerando a carga de atividades individuais, como sindicâncias, escalas e outras funções administrativas demandadas pela instituição, e os casos que chegam diariamente formal ou informalmente.

Cada profissional, assistente social e psicóloga, fica responsável pelo desenvolvimento de um dos programas socioassistenciais já descritos e co-responsável por outro, garantindo que duas pessoas estejam em condições de responder pelas ações socioassistenciais de cada programa.

Os estudos de casos entre as profissionais, as articulações institucionais e a elaboração de ações coletivas, são realizadas de acordo com a disponibilidade de tempo. O cotidiano profissional é dinâmico, dificultando o estabelecimento de rotinas mais rígidas.

Essas atividades inerentes ao militar, em funções administrativas, e totalmente divergentes do fazer profissional do assistente social e do psicólogo, foram citadas como dificuldades enfrentadas no cotidiano pelo (a) interlocutor (a) 09, conforme sua fala a seguir:

as principais dificuldades, eu acho que as atribuições, que tão fora do nosso metiê profissional, a gente tem muitas atribuições que a gente não foi preparada pra isso, não tivemos formação pra isso e que toma muito tempo como: sindicância, serviço, exames pagamento, que são atividades muito mais voltadas pro jurídico, pra contabilidade, pra administração, e que a nossa formação não absorve isso, mas que a gente precisa dar conta de fazer dentro do meio militar e também repercute o nosso tempo pra fazer as atividades que são inerentes ao serviço social, e de forma geral o calendário militar que a gente tem muitas obrigações como o dia do exército, sete de setembro, dia do soldado, que também acaba encurtando o calendário da assistência social em si.

O processo de adaptação e a elevada carga de trabalho de cunho burocrático e militar protelam o desempenho da atividade fim, no campo do serviço social e da psicologia. Apesar disso, o serviço de atendimento socioassistencial aos militares é divulgado e as demandas espontâneas e encaminhadas por comandantes e colegas de trabalho crescem cotidianamente.

A maior incidência de demandas apresentadas está vinculada aos: transtornos mentais, conflitos familiares, dependência química, pensamentos suicidas, garantia de direitos, inserção social e escolar de pessoas com deficiência, vulnerabilidade financeira, movimentação de militares, licença para tratamento de saúde da pessoa da família, suporte aos enlutados, entre outras. Demandas que emergiam e necessitavam de uma escuta qualificada e intervenção interdisciplinar.

As intervenções da seção a tornaram referência nacional para as outras RM, trazendo maior visibilidade para uma área tão pouco abordada durante todos esses anos de história do Exército Brasileiro: a Assistência Social. A compreensão da necessidade em intervir nas demandas do “seu pessoal” é muito recente, portanto, foi imprescindível a realização de encontros e reuniões para discutir a operacionalização das intervenções. Podemos perceber na fala dos profissionais a importância destes espaços de diálogos públicos para subsidiar a atuação neste campo da Assistência Social no Exército:

A gente participou de vários simpósios, várias reuniões. Eu acho que a própria equipe daqui, a gente fez muitas reuniões, muitas atividades, né. A gente levava muito em consideração as demandas que vinham e a partir daí a gente criava um planejamento e efetivava as ações. Essa operacionalização, ela se deu com muita dificuldade. Tem muita a questão da burocratização que também emperra as nossas ações, mas a gente conseguiu efetivar dentro do possível né, a gente conseguiu ser de certa forma uma referência no Brasil, a partir de todas ações que a gente realizou, baseada nos programas da SSAS (Interlocutor 08).

Praticamente a equipe teve que construir tudo da seção, desde a legislação vigente, que não era compatível com a atividade e precisava de uma reformulação, até os instrumentais que iríamos utilizar no dia a dia dos atendimentos (pausa) fichas de atendimento social, de visita domiciliar, de registro de atendimentos (pausa) não tinha muita coisa, só o básico, e a partir desse básico que usamos como alicerce. Fomos construindo usando a nossa experiência profissional e conhecimento da legislação que tínhamos conquistado no trabalho como assistente social antes de entrar na Força. A nossa equipe foi a primeira e a maior em número de profissionais, então fomos praticamente a equipe precursora no trabalho (Interlocutor 07).

O pioneirismo nessa atividade é vista, por alguns (as) interlocutores, de forma positiva, devido a participação ativa no processo de construção, e negativa, pelas dificuldades em executar as ações planejadas.

A inserção da assistência social no Exército, em relação às outras Forças foi tardia. Contudo, após sua implantação, teve um crescimento repentino, contrariando o transcurso dos processos normais da Força. O gestor local enfatizou

nossa ação precursora na implantação e implementação da Assistência Social nesta Força Singular, a saber:

a gente foi que começou em primeiro lugar e eu diria que dois anos antes de todo mundo, porque no dia que a gente começou a trabalhar as outras sessões estavam zero e ficaram mais dois anos, e tem sessão que eu acho que até hoje ainda não existe [...] Então, foi um trabalho inicial de colocar aquilo no papel, a gente colocou em prática e no prazo de dois anos, acho que isso é inédito dentro da nossa Força. Nossa Força é um grande transatlântico né, você gira aqui a direção do transatlântico aí dois anos depois, três anos depois ele começa a virar (Interlocutor 05).

Outros elementos foram citados como empecilhos para o melhor desenvolvimento das atividades, como a burocracia, a equipe reduzida, a rotatividade de militares em sua função e a estrutura inadequada da sala de atendimento individual. No entanto, temos fatores facilitadores que são a disponibilidade de material e recurso para o trabalho e a disponibilização de viatura (transporte) para realização de visitas institucionais e domiciliares. Situações reforçadas na fala do (a) interlocutor (a) 06:

Também a mudança de chefia imediata, a gente não sabe quanto tempo o chefe da gente vai ficar com a gente, então também há essa quebra, porque é uma outra cabeça que vai tá chefiando. A gente tem uma equipe reduzida, mas em comparação com as outras SSAS, a nossa equipe é a maior das regiões, mas a gente ainda tem uma equipe muito reduzida em comparação com o tanto de atividade que a gente tem que efetivar. É uma política nova também, da assistência, então muita coisa tá sendo construída, pensada, né, isso também é um desafio, não sei até que ponto isso é ruim, até que ponto isso é positivo. Porque ao mesmo tempo em que a gente pode contribuir com a construção da normatização da política dentro da Força, é muito mais desafiador, no sentido de sensibilização das pessoas que estão no entorno, a respeito de tudo que é pensado, se de fato vai ser considerado ou não, é um desafio né. Um outro desafio é estrutural também, a gente não tem uma sala com acústica adequada, que eu acho que é o mais delicado da questão estrutural, mas o outro suporte de materiais e financiamento a gente tem, não pode reclamar em relação a isso não (Interlocutor 06).

A mudança de chefia modificou a rotina e as prioridades do trabalho, elemento enfatizado pelos interlocutores ao serem questionados sobre as mudanças desde que ingressaram na seção:

A gente passou por mudança de chefia, mudança de chefia sempre muda um pouco da forma de atuar, das prioridades e dos trâmites internos. Isso foi uma mudança importante que a gente teve. De chefia tanto imediata né que foi o chefe da SSAS, quanto de chefia de Comando, que repercute

muito no fazer profissional da gente, às vezes ampliando as possibilidades e as vezes restringindo né (Interlocutor 09).

A cada mudança de comandante nós tínhamos que provar novamente nossos valores e nossa capacidade profissional. Tínhamos que desconstruir diariamente a ideia de assistencialismo (Interlocutor 07).

As condições de trabalho das profissionais interferem diretamente nas ações realizadas, que são pautadas em princípios éticos, que necessitam de suporte material, intelectual e uma relativa autonomia institucional.

O ganho de espaço e reconhecimento na implantação de um campo novo, que valoriza a dimensão humana e toca nas vulnerabilidades de sujeitos que são formados para serem “acima do tempo”⁹⁸, é um grande desafio, e entre avanços e recuos, temos que seguir (re) inventando, desenvolvendo a criatividade e habilidades para imergir nesse ambiente tão fechado e diverso do meio civil. Sobre as dificuldades, vale destacar a fala do (a) interlocutor (a) 07:

Muitas foram as dificuldades vivenciadas principalmente pela natureza da instituição em que trabalhamos. Por ser uma instituição antiga e com valores bem formados a mudança em algumas áreas não era vista com bons olhos. A nossa seção também sentiu muita dificuldade na implantação do trabalho. O preconceito por ser uma seção com assistente social e psicóloga, e por realizar atendimento com os militares.

O trabalho com a saúde mental, o cuidado e as vulnerabilidades sociais dos militares, passam pela aceitação de que esses indivíduos são diversos, complexos e possuem fragilidades, elementos que fazem parte do ser social.

Os desafios se aliam aos avanços que são identificados através de um esforço coletivo da equipe para a realização de um trabalho sério e de qualidade, com o objetivo de apoiar o público-alvo, como o mencionado pelos (as) seguintes interlocutores:

É a questão de um reconhecimento do serviço, que a gente proporciona, que a gente ver que as solicitações são maiores, a colocação dos profissionais técnicos são ouvidas de uma forma mais condizente, respeitosa e tem maior credibilidade (Interlocutor (a) 06).

eu acho que a gente vem a cada ano propondo coisas de maior conteúdo, que a gente consegue aprofundar mais o nosso trabalho. Consegue ter mais visibilidade e as pessoas tão tendo maior reconhecimento. Algumas coisas que quando eu cheguei ainda parecia que quase não ouvia falar,

⁹⁸ Expressão militar que caracteriza as exigências para a manutenção da superioridade do militar às intempéries.

hoje em dia parece que já está na mente, todo mundo sabe o que é (Interlocutor (a) 09).

Então eu fazia um trabalho de adaptação, de coordenação, de relações públicas, de meio de campo, para que as profissionais pudessem realizar o seu trabalho, esse trabalho que muitas vezes era mal interpretado, as pessoas não tinham noção, muitos comandantes tinham medo, por não entender o que era que estávamos fazendo, muitos dos assistidos não acreditavam, não entendiam, não sabiam o que era. Então isso eu diria que levou um tempo considerável, até a gente adquirir uma posição de destaque, uma posição de respeito dentro dos vários grupos, quando eu digo grupos, eu digo grupos dos comandantes, grupo dos assistidos, o grupo dos familiares, entendeu? (Interlocutor (a) 05).

A construção de uma legislação própria para atuar com as especificidades do EB também foi considerado um grande avanço, pois possibilita amparo legal e maior estabilidade durante as trocas de comandantes e chefe de seção, bem como na criação dessas seções e a efetivação dos seus serviços.

A reformulação da legislação que ampara a assistência social dentro da Força Militar foi um dos maiores avanços, na minha opinião, porque antes ficava muito complicado desenvolver um trabalho sem amparo. A criação de outras seções de assistência social nas demais regiões militares também facilitou o trabalho e ampliou o atendimento dos militares e seus dependentes. E com o tempo a valorização do trabalho das seções também foi um dos avanços (Interlocutor (a) 07).

A participação nos encontros e seminários para a construção dessas regulamentações foi de suma importância para a troca de experiências, elaboração de textos que contemplassem as demandas apresentadas e a visibilidade da 10ª Região.

a DCIPAS fez um simpósio de assistência social com a participação dos chefes das SSAS de todas as regiões militares e com a participação do pessoal de assistência social da marinha, do exercito, do ministério da defesa e da polícia militar de lá. Nós fomos, além de fazer a apresentação do PPREB, [...] do Balcão de Talentos, outros projetos nosso, a CAFAM e etc, [...] e por incrível que pareça a maior carga horária quem recebeu foi a 10ª Região militar (Interlocutor (a) 04).

Os gestores locais tiveram a oportunidade de fazer gratuitamente uma especialização à distância em “Elaboração e Gestão em Projetos Sociais” que possibilitou aos militares, do posto de coronel, oriundos da arma de combatentes, adquirirem conhecimentos na área e facilitar a coordenação da seção.

eu tive a oportunidade de fazer uma pós-graduação à distância mas foi muito puxado o curso, muito puxado e muito bom. A doutrina de assistência social, segundo o próprio curso mostrou. Ele segue, vamos dizer, a doutrina de outras cadeiras correlatas dessa área de humanas. Tipo a antropologia, a pedagogia, a psicologia, ela trata muito da teoria vinda dessas áreas aí.

Isso foi um ensinamento que nós tivemos, que a assistência social ela é eminentemente prática, não existe fórmula do bolo (Interlocutor (a) 04).

Todos os esforços da equipe de trabalho, com capacitações, construção de saberes e estratégias de intervenção, consumaram em um trabalho reconhecido pela gestão, pelos (as) colegas e pelo público-alvo. Essa dedicação aliada ao interesse do General, Comandante da Região, em apoiar a assistência social.

e eu acho que a gente não só conseguiu atingir os objetivos, como a gente foi além. Em todos os projetos eu acho que a gente foi além, eu sempre disse quando eu tava lá, que aquilo não era fruto do MEU trabalho, era fruto de um trabalho coletivo, um trabalho de construção coletiva, então todo mundo fazia parte do trabalho, todo mundo colaborava (Interlocutor (a) 05).

Quando há mudanças de prioridades na gestão, percebemos com clareza que reduzem as intervenções, a facilidade na participação em reuniões de Comando, a força nas assessorias das decisões de comando, a aprovação dos planejamentos, entre outras questões que enfraquecem a assistência social. Percepção que se dá em todas as regiões que não possuem esse olhar diferenciado para essa área.

Diante de todos os desafios e avanços relatados observamos na fala abaixo a importância e a responsabilidade da equipe multidisciplinar da SSAS/10, principalmente das assistentes sociais:

Eu também tenho o meu lugar de fala, como assistente social militar. A gente tem que teorizar, alguém de fora vai teorizar sobre o assistente social militar? Não tem condição, é a gente mesmo. A impressão que eu tenho é que as pessoas querem negar esse espaço. Um espaço de atuação profissional digno, bem remunerado em comparação com o mercado de modo geral, e que tem recurso, estrutura. O Exército já avançou muito, me emociona de ver o quanto o Exército avançou de 2005 pra cá [...] O papel de vocês é muito importante. Vocês podem abrir portas ou fechar portas. Vocês estão fazendo história. Ouvir que o serviço social na 10ª Região é uma referência, vocês estão abrindo portas e que isso seja replicado. Ter erros e acertos em termos administrativos, em termos técnicos vocês não podem errar. A responsabilidade de vocês é muito grande. A gente tem que ler os marcos de defesa, a gente tem que se aprofundar nisso, falar a linguagem deles, entender de orçamento militar, de recurso, da onde as coisas vem (Interlocutor (a) 02).

Essa fala, vindo da gestão, nos instiga a produzir e ocupar os espaços. É o resultado de um trabalho árduo, de recuos, mas essencialmente de conquistas em uma área tão pouco explorada e nem sempre priorizada, mas de extrema

importância para uma instituição que tem como premissa que os recursos humanos são suas maiores riquezas.

Considerando a parca produção teórica sobre o tema, principalmente pesquisas que evidenciam o olhar dos usuários da assistência social sobre sua efetivação, vamos entrar no próximo item, que tem como foco de análise, as significações e vivências desses (as) sujeitos (as), para compreender esse contexto por outra perspectiva.

5.3 SIGNIFICAÇÕES E VIVÊNCIAS DE USUÁRIOS (AS)

No referido tópico serão analisadas as falas, percepções e vivências dos (as) militares atendidos (as) pela Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar, no período, de no mínimo um ano.

Diante da novidade dos serviços e da própria assistência social, ainda estamos engatinhando na ampla divulgação e compreensão do público-alvo sobre os direitos socioassistenciais. As percepções de alguns usuários são na perspectiva da ajuda, mas com foco de dar resolutividade às demandas destes através de uma intervenção técnica e não no âmbito da caridade, como enfatizam as falas dos (as) usuários (as) abaixo:

meu conhecimento sobre assistência social, assim, ela é voltada para aquelas pessoas em geral que necessitam buscar algum tipo de assistência, então seja financeira, as vezes problemas familiares aquela assistência que realmente busca priorizar, tentar resolver algum problema que aquele indivíduo esteja passando (Interlocutor (a) 12).

Eu só vim entender sobre assistência social a partir do momento em que eu precisei, mas antes eu não tinha idéia. (Quando fala de assistência social o que vem na sua cabeça?) Apoio. Às pessoas que de uma forma ou de outra está necessitando de uma ajuda, que por meios normais não consegue, tem limite, solicita apoio na assistência porque tem mais conhecimentos técnicos. (Interlocutor (a) 10).

O usuário abaixo trouxe uma percepção mais ampliada de assistência social, um dever do Estado, como política pública para a garantia dos direitos e do bem-estar do cidadão.

Eu entendo que engloba um auxílio, oferecido pelo governo ou por qualquer outro órgão, ela engloba a parte, do bem estar do ser humano, que é

moradia, as condições de moradia, as condições de salário, as condições mentais, são as condições do bem-estar (Interlocutor (a) 11).

Essas falas são de usuários da assistência que romperam as barreiras para a busca de atendimento e acompanhamento técnico, contudo, esse é um processo que vem sendo trabalhado constantemente e podemos visualizar avanços consideráveis desde a implementação da SSAS/10. Um dos interlocutores mencionou sobre a dificuldade de participação dos usuários nas atividades do PPREB, que era desenvolvido em onze palestras, além de um seminário inicial de sensibilização do público-alvo.

A principal dificuldade é o militar, pela própria natureza, ele acha que ele é eterno, como vou dizer, não precisa disso, que ele já está preparado pra ir pra casa, acha que é besteira essa preparação. É sensibilizar o nosso pessoal a participar desse curso, do PPREB. A maior dificuldade foi essa, a sensibilização (Interlocutor (a) 04).

Principalmente esse programa, que a inscrição configura a participação em diversas atividades, como palestras, com temas diversos. O militar com mais de 25 anos de serviço acredita que será fácil se afastar da instituição e das atividades laborais, no entanto, há um discurso rotineiro de militares da reserva que desejam retornar ao quartel como PTTC e que sente falta da rotina, com dificuldades de adaptação ao ambiente doméstico.

Cada programa, serviço e benefício têm sua especificidade, com objetivos e público próprio. A divulgação e sensibilização das ações da seção se davam por diversas formas, inclusive pelo boca a boca, na transmissão de informação entre os usuários.

Os usuários entrevistados relataram a forma que eles acessaram os serviços da SSAS/10:

Na realidade não foi nem eu que procurei. Foi naquela primeira crise que eu tive, que iniciou em 2013, 2014, a partir daí já veio o acompanhamento, mas não fui eu que procurei, foi o Comando junto com a família (Interlocutor (a) 10).

Procurei a SSAS por meio de colegas, através de outros militares que já faziam uso do serviço que me orientaram que seria importante expor minha situação familiar, pra que pudesse buscar algum tipo de ajuda, a primeira ajuda que eu tive da SSAS foi quanto a orientação a respeito dos atendimentos dos meus filhos (Interlocutor (a) 12).

Podemos observar as diversas formas de acesso. O atendimento pode ocorrer mediante solicitação do Comandante do militar, da família e do próprio público-alvo. As informações desses serviços ocorrem através das palestras de sensibilização nas OM, encaminhamentos, orientação de outros colegas e outros meios de divulgação, como site e material informativo.

Há um tabu na busca pelo atendimento e esse receio está vinculado a muitas causas, como retratado na fala abaixo:

Tem uma dificuldade também de procurar ajuda, ou por orgulho, ou por vergonha, ou por medo, de expor a pessoa, de expor a família, por ego “eu sou sargento, sou oficial, não preciso disso não” [...] e até às vezes “vão ficar sabendo da minha vida pessoal”, que também tem isso aí, de achar que a vida vai ser exposta dentro da Unidade, que “pode prejudicar minha carreira, porque vão saber que tenho dificuldade nisso” [...] A questão de achar que pode influenciar no Plano de Carreira, até na movimentação tem um requisito básico para se manifestar e achando que talvez se procurar a SSAS, uma das avaliações “esse camarada já precisou e teve problema nisso, será que é o caso de transferir para determinado local?” aí isso também impede. Meche com muita coisa, eu não me preocupo mais com isso, mas eu já pensei nisso. Eu não sei como é que faz, se fica realmente uma questão sigilosa ou se é publicado algo internamente, eu não sei, mas isso aí com certeza dificulta a procura (Interlocutor (a) 10).

Esse relato é muito rico e podemos analisar alguns impedimentos que foram considerados para que o militar busque atendimento na SSAS, como o receio de se expor, pois expor as fragilidades podem acarretar repercussões na carreira, como promoções e movimentações, que engloba não só o tempo de serviço, mas inúmeros itens avaliados em conceitos por superiores hierárquicos.

Essa preocupação foi vinculada também ao sigilo profissional. No entanto, o sigilo é deveras estimado pela equipe profissional e respeitado pela instituição, sendo apresentado aos comandantes somente o essencialmente necessário para a possível resolutividade daquela demanda e com o consenso do usuário.

Compreendemos que no espaço de exigência extrema da saúde física e mental, as vulnerabilidades podem ser vistas como obstáculos para o êxito na carreira profissional. Contudo, a Seção trabalha no âmbito do usuário ao Comandante, na desconstrução da figura do militar como um ser inabalável e imune as questões de saúde, familiares e sociais. Podemos conferir na fala do usuário esse impasse:

porque era assim que eu pensava: não vai acontecer nada comigo, eu não vou precisar dessa assistência não. Mas no fundo, no fundo tava precisando. (Interlocutor (a) 10).

A manutenção desse estereótipo nem sempre é o suficiente para barrar a busca pelo atendimento de suas demandas, que em sua maioria são: conflito familiar, dificuldades financeiras, problemas de saúde, adaptação e outros como relata o (a) interlocutor (a) 10: “o principal motivo realmente foi a questão da dependência química” e o (a) interlocutor (a)11:

o meu problema foi a movimentação, que a minha esposa não se adaptou a nova guarnição. Como a gente tem essa particularidade, há uma necessidade de um apoio social, na nova guarnição. talvez se houvesse essa situação na época, talvez não tinha se estendido tanto como se estendeu, mas lá em dois mil e cinco, dois mil e seis não existia esse tipo de assistência. Então eu observo que muitos militares tem problemas como essa movimentação, que a gente não ganha muito, o valor que é dado de ajuda de custo, realmente não é quase nada quando você chega aí fora. Se você for movimentado daqui pro Rio, ele vai ter que se virar, o aluguel em uma favela é mil reais, aí como é que você militar, vai morar em uma favela, pagar mil reais e morar num kitnete? então é problema sério, tem que ter esse apoio aí e tem que chegar na ponta da linha.

A apreensão na busca do serviço também passa pelo olhar dos companheiros de farda, que são os outros militares, que podem julgar e ver com preconceito e desconfiança a situação do colega. Isso fica mais em evidência nos casos em que o militar precisa ser afastado das escalas de serviço ou são impedidos de serem movimentados. Podendo ser visto pelos demais como “golpe⁹⁹”.

A família e o militar as vezes tem medo de se sentir indiferente no grupo. Por um bom tempo eu passei por isso, de chegar num local e eu sabia que tinha dificuldades, e na Unidade você chegar e as pessoas saírem, vixx, isso me arrebatava, mas hoje eu não ligo não (Interlocutor (a) 10).

A novidade do serviço na Força pode gerar dúvidas, tabus, receios e preconceitos que só é possível ser transformados através do conhecimento, debates e ocupação contínua dos espaços nas OM para aproximar o público-alvo dos profissionais da assistência e dos temas afins. Após romper essa barreira, a busca pelos serviços pode suscitar expectativas para solucionar as demandas. Questionados sobre as expectativas, relataram:

Tinha, tinha porque eu tava precisando, foi uma queda muito grande de todas as áreas e o que viesse para ajudar eu tava aceitando. Só que a dificuldade maior foi o que? Devido ser Crateús e Fortaleza, ou seja, ou tinha que ir fazer uma visita à Crateús ou eu tinha que vir à Fortaleza, se eu

⁹⁹ Expressão comum entre os militares para designar quando algum militar está mentindo para obter benefício próprio.

morasse em Fortaleza eu poderia ter um acompanhamento mais próximo, a dificuldade maior foi a questão da distância (Interlocutor (a) 10).

Bom, a minha expectativa, eh (pensando) eu não tinha muita expectativa porque até um tempo atrás a gente não tinha aquele serviço eficaz da sessão e depois que eu conversei com as pessoas que me orientaram, que me explicaram que tinha sido reformulado, tinha novos gestores e que procurasse que realmente as coisas estavam se encaminhando bem (Interlocutor 12).

Identificamos falas distintas, em que um usuário estava em uma situação de extrema vulnerabilidade e depositou muitas expectativas no acompanhamento da seção, no entanto, elencou o distanciamento geográfico como aspecto dificultador do serviço. Vale ressaltar que só existe equipe técnica em Fortaleza, ficando os municípios de Crateús, Teresina e Picos com acompanhamento de militares de ligação da OM que receberam capacitação e orientação para ouvirem e encaminharem, caso necessário. O segundo, devido a ausência de serviços anteriormente, não depositou expectativas sobre os serviços, no entanto, teve boas referências e decidiu buscar o atendimento que teria sido reorganizado. Percebemos então, a necessidade de divulgação do serviço no Exército, como reforça essa fala: “minha sugestão é que fosse mais reforçado que a intenção da assistência não é para expor o militar para questões do serviço e sim para ajudar.” (interlocutor (a) 10).

A burocracia também foi citada pelo (a) usuário (a):

existe uma barreira muito grande que é uma barreira burocrática, existe uma burocracia muito grande na busca de serviço para aquelas pessoas que necessitam dum serviço direcionado seja de profissionais qualificados em determinadas áreas (Interlocutor (a) 12).

Sobre quais os serviços que eles conheciam, citaram algumas situações que poderiam levar ao atendimento da SSAS:

Tem a questão funerária, vi na palestra, tem a questão financeira, além desses aí, a pessoa que ta com dificuldade não só com a dependência química, mas com a depressão, algo pessoal que esteja afetando, a questão financeira, vem a questão que a SSAS apóia nas dificuldades (Interlocutor (a) 10).

Pra aquele público que hoje necessita de algum tipo de algum acompanhamento que passa por diversas situações né tanto de problema psicológico na família, algum tipo de problema terapêutico, às vezes até problema financeiro, acarreta algum tipo de, de abalo familiar, que hoje a SSAS através dos seus profissionais psicólogos e terapeutas podem ajudar pode dar um caminho pra que essa pessoa possa buscar uma melhora de qualidade de vida (Interlocutor (a) 12).

O público que busca os serviços da SSAS é diverso e paulatinamente está tendo acesso às informações sobre a assistência e buscando atendimento, quebrando tabus e se preocupando no bem estar social seu e de sua família.

5.4 AVANÇOS E POSSIBILIDADES: PARA ONDE ESTAMOS CAMINHANDO?

Estamos vivenciando um novo momento político que, em princípio, proporcionará avanços para a área da Defesa Nacional, com foco no atendimento das demandas das Forças Armadas e Auxiliares, tendo em vista o número significativo de militares e ex-militares ocupando cargos de poder.

Nessa perspectiva, os sujeitos da pesquisa trouxeram algumas expectativas futuras sobre a Assistência Social. O Interlocutor 03 acredita que:

o nosso avanço é a gente continuar fazendo a defesa do nosso projeto profissional e dizer que pra esse grupo importa também ter direitos, ainda que seja um grupo mais de evidência da formação social brasileira, tem atendido para um projeto mais hegemônico, então eu acho que a gente rever né e dizer dos limites das possibilidades desse projeto, um projeto vinculado ao projeto burguês da sociedade sim, foi, mas primeiro, não é um grupo hegemônico, é importante que a gente diga isso, que dentro das organizações militares várias atores conversam, dialogam, discordam, mas que são profissionais que necessitam de proteção.

Apesar da Assistência Social das Forças Armadas não ser mais uma política pública, ela ainda é tratada dessa forma pelos profissionais que a executam, pois esse debate de construção e revogação não foi amplamente discutido com a base e, portanto não chegou ao conhecimento de todos (as), como podemos observar nas falas a seguir:

é uma política muito nova dentro da Força, ainda tem muito a ser conquistado, esse espaço tem que ser conquistado. É algo muito desconhecido e isso vem mudando há alguns anos, ta havendo maior credibilidade a partir da atuação dos profissionais que estão na seção. Mas é uma política muito nova, muito desconhecida, é uma atividade que a Força nunca teve, que institucionalmente falando, isso não existia, mas que tem possibilitado uma melhor qualidade de vida para os militares, potencializando a missão do dia-a-dia deles (Interlocutor (a) 06).

Muitos programas que nós tínhamos em mente conseguimos efetivar. Essas operações especiais eu acho que pra mim é um avanço também, a gente ta construindo a doutrina do serviço social em operações especiais, dentre várias coisas. Eu acho que acompanha mesmo o que a gente falou anteriormente, o avanço das IG, das IR e da própria política das Forças Armadas, eu acho que acompanha isso, ta articulada a isso (Interlocutor (a) 08).

No Exército eu acho q a gente não ta tendo um impacto muito grande porque foi revogado, mas não mudou nada, a gente continua atuando, a gente continua fazendo os mesmos programas, os programas só não estão mais na política (Interlocutor (a) 09).

Em termos de execução dos programas, não houve nenhum retrocesso percebido pela SSAS/10. Pelo contrário, após 2015, ano da revogação, foram regulamentados programas socioassistenciais, a própria Seção do Serviço de Assistência Social, que fortalece a Proteção Social, a equipe técnica multiprofissional, dentre outras garantias importantes que se alinham com a Política Nacional de Assistência Social do Governo Federal.

Outro ganho fundamental foi a dotação orçamentária, item que compõe uma política pública, mas só foi garantida pelo EB após sua revogação. Apesar de ser um valor ainda reduzido, em comparação às outras FA, é um salto qualitativo para a efetivação dos direitos socioassistenciais.

Apesar dos avanços, temos muito que desenvolver na área da assistência social no Exército, sobretudo no âmbito da 10ª Região Militar, em termos de ações, recursos e atingir determinados públicos com mais efetividade. Os servidores civis, as pensionistas e os recrutas merecem um olhar mais atento, que demanda estudo do perfil e intervenção específica. Essas possibilidades foram apontadas pelo (a) interlocutor (a):

eu acho que a gente precisa se aproximar mais dos recrutas, que é um público que tem uma demanda muito maior da assistência social, não só da assistência social prevista no Exército, mas a assistência social também no meio civil, até porque é um tempo curto que ele passa com a gente, mas saindo daqui é.. eles vão continuar com as demandas que eles tinham quando chegaram. A gente não consegue chegar na singularidade de cada um, de conhecer a realidade social, de fazer um diagnóstico de quem são esses meninos, é.. qual é as principais questões sociais que estão no seio dessas famílias? que inclusive podia abrir os olhos de algumas temáticas que não são trabalhadas, e como a gente trabalha muito com indicadores, talvez temáticas que a gente não consegue abordar hoje, se a gente conseguisse mostrar que elas estão presentes na realidade de um público gigantesco, que é dos recrutas né, talvez a gente conseguisse abrir portas para temáticas além das que a gente já trabalha (Interlocutor (a) 09).

A articulação entre as Forças Armadas foi o que possibilitou o desenvolvimento de uma política única de assistência social, através da troca de experiências e o alinhamento das ações. Considerando as especificidades de cada FS e a autonomia destas, foram elaboradas normativas para cada uma. No entanto, é fundamental a continuidade dos encontros nacionais e a necessidade de realizar

encontros locais, que envolvam além das FA e Auxiliares, a rede de atendimento do município e do estado.

a política no sentido de articulação ela tem que existir entre as diversas Forças, tanto marinha, como exército, como aeronáutica. Não só as Forças, mas acho que primeiro a gente tem que se fortalecer, mas esse fortalecimento não significa distanciamento do mundo civil. A gente se fortalece enquanto Força Armada, a partir do momento que a gente se fortalece e se articula com as outras, que a gente realmente consiga territorializar e consiga se articular com as diversas instituições da rede (Interlocutor (a) 08).

Em 2018, o Ministério da Defesa lançou um documento de apoio das Forças Armadas às Forças Auxiliares nos diversos objetivos setoriais de defesa, inclusive da assistência social. Dessa forma, foi realizado em dezembro de 2018 um encontro da SSAS/ 10 com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Piauí. Foi um momento de exposição das ações realizadas por cada instituição e de abertura de canal com outros serviços, em busca da garantia da proteção social do público-alvo.

Em Fortaleza, essa articulação está se intensificando no ano de 2019, com a Marinha e os órgãos ligados à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, composta pela Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e a Perícia Forense. Já foram realizadas algumas reuniões e planejamento para um encontro local, com debates sobre a assistência social das FA e FS no Estado do Ceará.

um avanço que eu vejo é esse diálogo com as outras Forças, esse diálogo com o meio civil pra uma construção mais condizente e justa, igualitária, equitativa, né, da normatização do serviço de assistência social na Força né? Eu acho que isso ta sendo feito, esses debates, essa construção, esse pensar, pra que a gente possa atuar de forma mais condizente com o que diz a Constituição Federal (Interlocutor (a) 06).

A elaboração de Relatórios de Gestão anuais, a realização de videoconferências da DCIPAS e todas as regiões militares, a (re) construção de normatizações com a participação dos profissionais das SSAS, a participação nos fóruns de assistência social do MD, as visitas de orientação técnica, a estipulação de recursos e outras ações foram grandes avanços, mas temos muito que caminhar para garantir o que já foi estabelecido nas regulamentações e construir espaços de participação para os usuários.

A DCIPAS apresentou durante o II Encontro de Assistência Social do Exército, em novembro de 2018, a proposta de reestruturação da assistência social do Exército entre os anos de 2016 e 2023, que consiste no ingresso de profissionais de carreira, aprovação de legislações, disponibilização de recursos e elaboração do Projeto Assistência Social.

Esse projeto foi apresentado através de um estudo de viabilidade, realizado em setembro de 2017, que apontou os seguintes objetivos: consolidar as atividades, voltadas para a qualidade de vida da Família Militar, e desenvolvidas com o nome de “programas”, para otimizar recursos; e planejar, orientar, conduzir, coordenar e supervisionar a execução das ações socioassistenciais, contribuindo com a implantação do SASEx e criando protocolos de atuação das SSAS.

Esse estudo estabeleceu resultado em curto, médio e longo prazo, sendo os anos de 2019, 2021 e 2023 respectivamente. Dentre os frutos a serem alcançados estão: o mapeamento dos processos, a elaboração de Planos de capacitação e divulgação, a atualização dos dados no Gerenciamento de Projetos do Exército (GPEx), a atualização do arcabouço legal e a criação da doutrina para profissionais de serviço social e psicologia do Exército.

Em 21 de outubro de 2017, foi assinado pelo General de Exército Pafiadache, chefe do DGP, a determinação para a elaboração da Diretriz de Implantação de Projeto Assistência Social. Já que esse projeto contribui para atingir a “Valorização da força de trabalho e melhoria da qualidade de vida da família militar”, constantes no Plano do Programa Força da Nossa Força (Mapa de Benefícios); o OEE nº 13 “Fortalecimento da Dimensão Humana da Força”; e o Objetivo Estratégico do Pessoal (OEP) nº 02 “Melhorar a qualidade de vida da Família Militar”. Foi considerado viável no alinhamento estratégico e na relação custo benefício para o Exército.

Após dois dias, foi aprovada a Diretriz para implantação do Projeto Assistência social, através da Portaria nº 253- DGP. Além das legislações das FA, essa diretriz teve como base a Constituição Federal de 1988 e a LOAS, na perspectiva da assistência social como Política Pública, no campo dos direitos, da universalização e da responsabilização estatal.

Atualmente a Marinha e a Aeronáutica possuem somente uma legislação que concentra as ações socioassistenciais de cada Força, a DGPM-501 e a ICA-163-1 respectivamente, já o Exército possui dezessete normatizações (IG e IR). Uma

das ações do projeto é atualizar o arcabouço legal e tentar compilar essas normas e facilitar sua operacionalização.

Para as SSAS está prevista a reestruturação e ampliação do espaço físico e da equipe técnica, com o intuito de atender efetivamente as demandas e efetivar o SASEx.

O caminho é longo e repleto de desafios, no entanto, estamos cada vez mais consolidando a assistência social, através de normatizações, fortalecimento das SSAS, conhecimento do público-alvo e articulação entre as Forças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Social no Exército Brasileiro, apesar de sua revogação enquanto política pública está inserida como objetivo setorial de uma política pública de defesa nacional. É um setor, como outros que também tiveram suas políticas revogadas, considerado importante para o alcance da efetivação da Política Nacional de Defesa.

A Assistência Social também é um componente da Proteção Social Militar, junto com a pensão e a saúde. O debate sobre a Reforma da Previdência no Congresso e Senado e a proposta de inclusão ou não dos militares no Regime Geral trouxeram visibilidade e ampliação da discussão do tema na sociedade civil, com argumentos diversos e estudos específicos.

O referido estudo tentou suscitar essa temática no meio acadêmico, com o olhar focado em um estudo de caso da Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar, ouvindo atores com experiências distintas, considerando tempos históricos diversos e contemplando lugares de fala heterogêneos.

A coleta desses dados nos proporcionou identificar o desenvolvimento exponencial da Assistência Social na 10ª Região Militar e os caminhos que podemos percorrer para possibilitar um maior alcance dos beneficiados e ações mais efetivas na garantia do bem-estar social.

Fazer o levantamento histórico da Assistência social no EB e suas especificidades nos estados do Ceará e Piauí foi um grande desafio, devido a pouca produção teórica sobre o assunto e a nossa inserção direta na construção e implementação no lócus da pesquisa, correndo o risco de influenciar, mesmo inconscientemente os interlocutores, por estarmos imbricadas com a história da SSAS/10.

Tivemos o cuidado constante para não fazer uso de um olhar “viciado” pela rotina diária e ampliar as concepções através das pesquisas e entrevistas realizadas. A nossa condição de trabalho, regida por um contrato temporário, também foi considerado um limitador para o desenvolvimento da pesquisa.

Percorrendo a trajetória da assistência social no meio civil e militar, percebemos as aproximações e tentativas de efetivar as conquistas por direitos em âmbito nacional, adaptando ao público das FA. Dando legitimidade aos ganhos da cidadania brasileira.

Identificamos que os programas socioassistenciais desenvolvidos pelo Exército não foi uma demanda dos militares da Força e sim uma necessidade de unificar, considerando a interoperabilidade, as ações realizadas pelas três FA, como objetivo de consolidar o ministério que estava em implantação, o MD. Portanto a demanda partiu de cima para baixo e não dos usuários para a gestão.

As particularidades desse público foram evidenciadas e foi possível perceber que, em sua maioria, não se encaixam no perfil da PNAS, no entanto, possuem demandas que precisam ser analisadas e atendidas por uma equipe multiprofissional e com competência para atuar na área.

Essa pesquisa possibilitou evidenciar o olhar dos (as) sujeitos (as) que participaram do processo de construção e execução, tanto de quem pensou, de quem operacionalizou e não menos importante, de quem foi beneficiado.

A partir desses olhares distintos podemos apreender a dimensão da complexidade do assunto e o quanto ainda temos que percorrer para alcançar um serviço mais condizente com a realidade dos usuários, e priorizar as demandas deles, fomentando espaços de participação, extremamente escassos nesse processo.

O Exército ainda está em desvantagem com relação às outras Forças Armadas, devido seu atraso para início da operacionalização da assistência social, o número elevado de seu efetivo, a disponibilização reduzida de recursos e a priorização de suas ações socioassistenciais pelos comandos locais. No entanto, em meio a avanços e recuos a assistência social do Exército tem ganhado espaço para debates e dado visibilidade as vulnerabilidades dos servidores civis, pensionistas e principalmente dos militares e seus familiares.

Os limites e as possibilidades fazem parte do processo de correlação de forças através da análise da conjuntura econômica, política e social do país. Sendo a assistência social um campo de disputas em contínuo movimento de construção e reconstrução, tendo seu público-alvo como sujeitos centrais dessa arena.

Pretendemos que esse estudo possa instigar outros (as) sujeitos (as) a pesquisar e contribuir para a construção de uma política de efetivação dos direitos sociais, na busca pelo respeito à diversidade de saberes e vivências, no intuito de proporcionar qualidade de vida para o público atendido.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.22-29, 1988.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Bauru: Praxis, 2013.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.
- BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino; POMPEU, João Cláudio. Trajetória Recente da Organização do Governo Federal. In: **Boletim de Análise Político-Institucional/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: transformações recentes na administração pública federal brasileira**. Brasília:[s.n], 2017.
- BARROCO. M. L. S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.25, n.79, p.27-42, set. 2004.
- BARROS, Manuel de. **Meu quintal é maior que o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- BASTOS, Murillo Vilela. **Saúde e previdência social no Brasil: o impacto da previdência social na organização dos serviços médicos**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- BENELLI, Silvio José. Goffman e as instituições totais em análise. In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**. São Paulo: EdUNESP, 2014.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. Decreto- Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre o Código Penal Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 out.1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- _____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 jul.1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 20 mar 2018.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 jul.1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 20 mar 2018.

_____. Decreto nº 19.770 de 1931. Regula a sindicalização das classes patronaes e operárias e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1931. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. Portaria normativa nº 2.621 /MD, de 7 de dezembro de 2015. Aprova a Estratégia Setorial de Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 dez. 2015. Disponível em: <www2.fab.mil.br/ecemar/index.php/coordenadoria.../47-documentos-didaticos>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Portaria nº 262, de 12 de agosto de 2003. Dispõe sobre a convocação extraordinária da Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 ago.2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Assistencia_social_IV/portaria_4_conferencia_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 20 mar. 18.

_____. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 dez. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez.1993.

_____. Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968. Estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 jun.1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62860.htm>. Acesso em: 02 abr 2018.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jun.1999. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jul.2017.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Emenda constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Altera a Constituição Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm>. Acesso em: 15 mar 2018.

_____. Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 3 abr. 2018.

_____. Emenda Constitucional de nº 18, de 5 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o regime constitucional dos militares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Portaria Normativa nº 660, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 maio 2009. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660_2009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Portaria normativa nº 142, de 25 de janeiro de 2008. Aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jan. 2008. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/doc_1226014_portaria_normativa_n_142_de_25_d_e_janeiro_de_2008.aspx>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Portaria Normativa nº 1173, de 6 de setembro de 2006. Aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 6 set. 2006.

_____. Portaria nº 893, de 27 de junho de 2007. Constitui o Conselho Consultivo de Assistência Social das Forças Armadas – CCASFA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 jun. 2007. Disponível em:

<<https://www.defesa.gov.br/arquivos/saude/portaria893md.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Portaria nº 1.432, de 22 de outubro de 2008. Constituiu a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas -CASFA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 out. 2008. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/saude/portaria_1432md_22Out2008.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Portaria nº 1.835, de 09 de dezembro de 2010. Altera a redação do Anexo da Portaria nº 1.473- MD, de 29 de outubro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 out.2010. Disponível em: www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=874&act=bre. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Portaria Normativa nº 1.797, de 25 de novembro de 2010. Estabelece a Missão e Visão do Ministério da Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2010.

_____. Portaria Normativa nº 881, de 26 de maio de 2010. Aprova as Diretrizes para o desenvolvimento dos Programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 maio 2010.

_____. Portaria Normativa nº 564, de 12 de março de 2014. Aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 mar.2014.

_____. Portaria Normativa nº 2.624, de 7 de dezembro de 2015. Aprova a Política Setorial de Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 dez.2015.

_____. Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (R-1). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 dez.2003. Disponível em: <<http://intranet.cbm.al.gov.br/arquivos/legislacao/regulamentos%20e%20pad/RISG.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2018.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

_____. Portaria nº 02-SEF, de 03 de fevereiro de 2014. Aprova as normas para o exame de pagamento de pessoal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 03 fev. 2014. Disponível em: <http://www.1icfex.eb.mil.br/arquivos/port_02_sef_3_fev_14.pdf>. Acesso em: 25 ago.2018.

_____. **Ideias-Força do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.** Brasília: Exército Brasileiro, 2016. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/10138/7880795/Cartilha+Prote%C3%A7%C3%A3o+Social/8f3fc6e2-9a90-480f-a74b-0dd2ff6324f5>>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. Portaria n^o 134, de 19 de março de 2007. Aprova as instruções gerais para o funcionamento dos hotéis de trânsito do exército (ig 30-52). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 mar. 2007.

_____. **Medida provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das forças armadas, altera as leis 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília: Exército Brasileiro, 2001.

_____. Decreto n^o 4307, de 18 de julho de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis n^{os} 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 jul.2002.

_____. **Portaria nº 222, de 31 de março de 2010.** Aprova o Programa de Preparação para a Reserva do Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília: Exército Brasileiro, 2010.

_____. **Portaria nº 250, de 10 de novembro de 2014.** Aprova as Normas para o Processamento e o Pagamento de Auxílio-Funeral no âmbito do Exército Brasileiro (EB 30-N-50.007). Brasília: Exército Brasileiro, 2014.

_____. **Portaria nº 226-DGP, de 24 de outubro de 2008.** Aprova as Instruções Reguladoras para a Assistência aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais(IR 30-53). Brasília: Exército Brasileiro, 2008.

_____. **Portaria nº 221-DGP, 3 de outubro de 2007.** Aprova as instruções reguladoras para o funcionamento dos hotéis de trânsito do exército(ir 30-52). Brasília: Exército Brasileiro, 2007.

_____. **Portaria n^o 591, de 7 de junho de 2017.** Estabelece critérios para a contribuição mensal obrigatória para a assistência médico-hospitalar e social dos militares, pensionistas e dependentes e dá outras providências. Brasília: Exército Brasileiro, 2017. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1524&act=bre>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Portaria nº 560, de 24 de maio de 2016.** Aprova as Instruções Gerais para o funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército –SASEx (EB10-IG-02.013). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 303-DGP, de 28 de novembro de 2016.** Aprova as Instruções Reguladoras para a Concessão de Auxílio Emergencial Financeiro no âmbito do Exército (EB30-IR-50.016). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 98-dgp, de 20 de maio de 2013**. Aprova as normas para a execução do programa pé-na-estrada. Brasília: Exército Brasileiro, 2013.

_____. **Portaria nº 114-DGP, em 04 de julho de 2016**. Aprova as Instruções Reguladoras para o funcionamento do SASEx (EB30- IR-50.011). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 893, de 25 de julho de 2016**. Aprova as Instruções Gerais para o Programa de Valorização da Vida- PVV no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.015). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 151-DGP, de 4 de agosto de 2016**. Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida- PVV no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.017). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 1.418, de 31 de outubro de 2016**. Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência- PAPD no âmbito do Comando do Exército (EB10- IG-02.019). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 239-DGP, de 9 de novembro de 2016**. Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência- PAPD no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.014). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 10, de 13 de janeiro de 2016**. Aprova o Auxílio pré-escolar. Brasília: Exército Brasileiro, 2016. Disponível em:
<<http://www.progep.ufu.br/legislacao/portaria-no-10-de-13-de-janeiro-de-2016-auxilio-pre-escolar>>. Acesso em: 04 out 2018.

_____. **Portaria nº 063, de 4 de fevereiro de 2015**. Aprova as Instruções Gerais do Programa de Preparação e Apoio à Reserva e à Aposentadoria do Exército Brasileiro- PPRESB. (EB10- IG-02.008). Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

_____. **Portaria nº 062, de 4 de fevereiro de 2015**. Aprova as Instruções Gerais para a elaboração e a implantação do Programa de Apoio Socioeconômico- PASE (EB10-IG-02.010). Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

_____. **Portaria nº 040, de 28 de janeiro de 2015**. Aprova as Instruções Gerais para a Elaboração e a Implantação do Programa de Prevenção à Dependência Química- PPDQ no âmbito do Comando do Exército. (EB 10-IG-02.009). Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

_____. **Portaria nº 183-DGP, de 12 de setembro de 2016**. Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Prevenção à Dependência Química- PPDQ no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.012). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 239-DGP, de 9 de novembro de 2016**. Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência- PAPD no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.014). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 237-DGP, de 9 de novembro de 2016.** Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Preparação e Apoio à Reserva e à Aposentadoria do Exército Brasileiro- PPREB no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.018). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 1.419, de 31 de outubro de 2016.** Aprova as Instruções Gerais para o Programa de Atendimento Social à Família dos Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais- PASFME (EB10-IG-02.014). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 238-DGP, de 9 de novembro de 2016.** Aprova as Instruções Reguladoras para o Programa de Atendimento Social à Família dos Militares e Servidores Civis Participantes de Missões Especiais- PASFME no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.013). Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

_____. **Portaria nº 013, de 14 de janeiro de 2013.** Regula, no âmbito do Exército Brasileiro, a execução de medidas sumárias para verificação de fatos apontados por meio de denúncias anônimas. Brasília: Exército Brasileiro, 2013. Disponível em: www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1128&act=bre. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. **Portaria nº 163-DGP, de 9 de junho de 2009.** Aprova o Anexo “F” às Instruções Reguladoras para o Gerenciamento do Cadastro de Beneficiários do FUSEx (IR 30-39) - Normas para a Elaboração de Processo de Averiguação da Condição de Beneficiário do FUSEx. Brasília: Exército Brasileiro, 2009. Disponível em: http://www.11icfex.eb.mil.br/images/orientar_e_controlar/SAMMED_FUSEx_PASS/Port_163.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. **Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000.** Aprova o manual de campanha C 22-5, ordem unida. Brasília: EME, 2000. Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

_____. Marinha Do Brasil. Relatório da avaliação atuarial das pensões dos militares das forças armadas subsídio para PLDO 2018 – ano base 2016. In: **Estudo atuarial das pensões dos militares projeto 5140**. Brasília: [s.n], 2016. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/pldo-2018/anexo-iv-8-estado-atuarial-da-pensao-dos-militares.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Transformações recentes na administração pública federal brasileira: Aspectos metodológicos, evidências históricas e dimensões

relevantes de análise. In: **Boletim de Análise Político-Institucional**. Brasília: Ipea, 2017.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v.6. n. 1, p.33-38, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3723>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im) postos ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.76, n.130, p. 447-466, set./dez. 2017.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CELESTINO, Sabrina. Políticas Públicas e Forças Militares: Contribuições para Análise do Tema. **Revista Silva**, v.1, n.2, p.22-27, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Resolução nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social: em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAGAS, Patrícia Helena Ribeiro de Souza; ALBUQUERQUE, Andréa Chaves. Trajetória Histórico-Normativa da Assistência Social no Ministério da Defesa. **Revista Silva**, v.1, n.2, p.33-39, 2017.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da; et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Ed Demócrito Rocha, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Cláudio Gonçalves. O avesso do avesso: conjuntura e estrutura na recente agenda política brasileira. **São Paulo em Perspec.**, São Paulo, v.15, n.4, p.44-48, out. 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400005>
. Acesso em: 04 abr. 2018.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n.115, p. 139-154, mar. 2002.

_____. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, v.12, n.24, p.213-225, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da cultura, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. **Desafio migratório em Roraima: Repensando a política e gestão da migração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

GEORGES, Rafael. **País estagnado: um retrato da desigualdade brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Disponível em:
<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY. Jaime.; PINSKY. Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES, Breno Diógenes. Proteção social militar das Forças Armadas: um legado histórico e doutrinário. **Revista Seiva**, v.5, n.9, p.25-29, 2017.

GRACIANO, Maria Inês Gândara. **Estudo Socioeconômico**: um instrumento teórico-operativo. São Paulo: Veras, 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 15. ed. São Paulo: EdLoyola, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LIMA, Vânia Pereira. **Política de Assistência Social das Forças Armadas**: uma análise da agenda pré-decisória e dos desafios do processo de implementação. 2013. 152 f. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v.7, n. 8, p. 53-64, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Nádia Xavier. **A construção de sentidos sobre a deficiência**: uma análise a partir do *habitus* militar. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Assistência Social na Marinha do Brasil: Trajetória da proteção social à Família Naval. **Revista Silva**, v.1, n. 2, p.33-41, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaio sobre Estado, políticas e sociedade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIVA, Andrea Barreto de; MESQUITA, Ana Cleusa Serra; et al. **O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil**. Brasília:[s.n], 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. **Aval: revista avaliação de políticas públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.22-28, jan./ jun. 2008.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento Tributário da Política Social no Pós Real. In: **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.43, n.130, p.426-446, set./dez. 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p.33-38, jul./dez. 2010.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; et.al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.23, n.55, p.9-33, 1997.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais, afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, v.8, n.3, p.12-18, 1998.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classe subalterna e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1997.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Reforma da Previdência**: contexto atual, pós-verdade e catástrofe. [S.l]: Fiocruz, 2017. Disponível em:

<http://www.cee.fiocruz.br/sites/default/files/futuros_artigos_previdencia_maria-lucia-werneck-vianna.pdf>. Acesso em: 10 dez.2018.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A fragilidade da condução política da defesa no Brasil**. [S.l:s.n], 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro De Entrevista (MEMÓRIA / GESTORES NACIONAIS)

Data:

Codiname:

1) Dados pessoais:

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Local Moradia:
5. Religião:
6. Participa de algum grupo político/ cultural/ religioso:
7. Situação conjugal:
8. Composição familiar:
9. Renda individual:
10. Renda Familiar:
11. Posto/graduação:
12. Formação acadêmica:
13. Atividade que desenvolve/ Função:
14. Tempo de serviço militar:
15. Tempo de trabalho com a Política de Assistência Social nas Forças Armadas (PASFA)/ Política Pública nas Forças Militares:

2) Trabalho:

1. Onde a sra trabalha?
2. Como é o trabalho da sra?
3. Quanto tempo exerce essa função?
4. Ocorreram mudanças durante esse tempo? Fale sobre elas:
5. Quais as principais dificuldades vivenciadas?
6. Quais os maiores avanços?
7. Quais as perspectivas futuras?

3) Política de Assistência Social nas Forças Armadas:

1. Quais as protoformas da assistência social nas Forças Armadas?
2. Qual a concepção de Assistência Social? e nas Forças Armadas?
3. A sra participou do processo de construção da PASFA? Como?
4. Como se deu o processo de construção da PASFA e no EB? Qual o período?
5. Quais os elementos que contribuíram para a criação, regulamentação e implementação da PASFA?
6. Como era antes da regulamentação da PASFA? Como ficou após a regulamentação e implantação?
7. Como a PASFA se configura no governo atual? Teve mudanças? Quais?
8. Existem particularidades na PASFA? Quais?
9. Como a sra percebe os programas, projetos, auxílios e benefícios da PASFA?
10. Quem é o público dessa política? Como são denominados? Como a sra os percebem?
11. Quais as principais demandas?
12. Qual a concepção de direitos e cidadania para a sra? e para a PASFA?
13. Sobre a implantação da PASFA no Exército, através das Seções do Serviço de Assistência Social- SSAS? Qual a avaliação da sra? Avanços, desafios e possibilidades.

APÊNDICE B - Roteiro De Entrevista (MEMÓRIA/ GESTORES LOCAIS)

Data:

Codinome:

1) Dados pessoais:

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Local Moradia:
5. Religião:
6. Participa de algum grupo político/ cultural/ religioso:
7. Situação conjugal:
8. Composição familiar:
9. Renda individual:
10. Renda Familiar:
11. Posto/graduação:
12. Formação acadêmica:
13. Atividade que desenvolve/ Função:
14. Tempo de serviço militar:

2) SSAS/10:

1. Quando o Sr trabalhou na SSAS/10? Em que função?
2. Quanto tempo exerceu essa função?
3. Qual era a composição da equipe da SSAS/10?
4. Quando foi pensado em chamar uma equipe para compor a SSAS/10?
5. Quais as atividades eram realizadas na SSAS/10?
6. Ocorreram mudanças durante esse tempo? Fale sobre elas:
7. Como se configurava as SSAS no território brasileiro?
8. Quais as principais dificuldades vivenciadas?
9. Quais os maiores avanços?

3) Assistência Social no Exército Brasileiro:

1. Qual a sua concepção de Assistência Social?
2. Qual a sua compreensão sobre a PASFA? Construção, implantação e revogação.
3. Qual a compreensão sobre Proteção Social dos militares?
4. Como se deu o processo de construção e implantação da Assistência Social no EB? Particularmente na SSAS/10.
5. Quais os elementos que contribuíram para a criação, regulamentação e implementação da Assistência Social no Exército?
6. Como era antes da regulamentação da Assistência Social do Exército? Como ficou após a regulamentação e implantação?
7. Como o Sr percebe os programas, projetos, auxílios e benefícios da Assistência Social do Exército?
8. Quem é o público dessa política? Como são denominados? Como o sr os percebem?
9. Qual a concepção de direitos e cidadania para o Sr? e para a Assistência Social do Exército?
10. Fale sobre as possibilidades que vislumbra para a SSAS/10

APÊNDICE C - Roteiro De Entrevista (TÉCNICAS SSAS)

Data:

Codinome:

1) Dados pessoais:

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Local Moradia:
5. Religião:
6. Participa de algum grupo político/ cultural/ religioso:
7. Situação conjugal:
8. Composição familiar:
9. Renda individual:
10. Renda Familiar:
11. Posto/graduação:
12. Formação acadêmica:
13. Atividade que desenvolve/ Função:
14. Tempo de serviço militar:

2) SSAS/10:

1. Quando você ingressou na SSAS/10? Em qual função?
2. Quando você ingressou na SSAS/10, quais as atividades você pensou que desenvolveria?
3. Quais atividades você realiza atualmente na SSAS/10?
4. Ocorreram mudanças durante o tempo que trabalha nessa seção? Fale sobre elas:
5. Quais as principais dificuldades vivenciadas?
6. Quais os maiores avanços?

3) Assistência Social no Exército Brasileiro:

1. Qual a sua concepção sobre Assistência Social no Exército?
2. Qual sua compreensão sobre a PASFA? Construção, implantação e revogação.
3. Você teve conhecimento que a PASFA foi revogada?
4. Qual sua compreensão sobre Proteção Social dos militares?
5. Como se deu o processo de construção e operacionalização da Assistência Social no EB? Particularmente na SSAS/10?
6. Como você percebe os programas, projetos, auxílios e benefícios da Assistência Social do Exército?
7. Qual a concepção de direitos e cidadania para você?
8. Qual a concepção de direitos e cidadania para a Assistência Social do Exército?
9. Fale sobre as possibilidades da Assistência Social.

APÊNDICE D - Roteiro De Entrevista (USUÁRIOS)

Data:

Codinome:

1) Dados pessoais:

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Local de moradia:
5. Religião:
6. Participa de algum grupo político/ cultural/ religioso:
7. Situação conjugal:
8. Composição familiar:
9. Renda individual:
10. Renda familiar:
11. Posto/graduação:
12. Formação acadêmica:
13. Tempo de serviço militar:
14. Local que trabalha:
15. Atividade/ Função que desenvolve:

1) Percepções sobre Assistência Social, Direitos e Cidadania

1. O que o Sr entende por Assistência Social?
2. Como o Sr percebe a Assistência Social no Exército Brasileiro?
3. O Sr já ouviu falar sobre a Política Setorial de Defesa? Se sim, fale um pouco o que significa para o sr.
4. O Sr já ouviu falar sobre a Proteção Social do Militar? O que sabe sobre isso?
5. O que significa “ser cidadão”? Você conhece algum cidadão? Você é um cidadão?
6. O que significa possuir direitos para o Sr? Quem tem direitos no Brasil?

2) Experiências/ Significados sobre a Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar.

1. Quando procurou a SSAS?
2. Como tomou conhecimento da SSAS? Conta pra mim como foi.
3. Qual (is) o (s) motivo (s) que o levou (aram) a procurar a SSAS? Como foi tua experiência?
4. Quais eram suas expectativas em relação a SSAS quando a procurou?
5. Como se deu o acesso à SSAS?
6. Quais os serviços que o Sr conhece ou já fez uso da SSAS?
7. Que motivos ou necessidades, na sua opinião, conduziram a criação desta SSAS para militares e seus familiares?
8. Na opinião do Sr, para quem foi criada a SSAS?
9. Qual sua opinião sobre os serviços da SSAS voltado para militares e seus familiares da 10ª RM? (obstáculos e avanços).
10. O que a SSAS significa para o Sr?
11. O Sr tem alguma sugestão para ampliar os serviços oferecidos pela SSAS? Quais? Fale um pouquinho sobre eles.
12. Qual a opinião dos sr sobre a inclusão de assistentes sociais na 10ª Região Militar? (avanços e desafios).

APÊNDICE E - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE)

Ao desenvolvermos a pesquisa **“Assistência Social no Exército Brasileiro, com foco na Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10ªRM), a partir da ótica dos (as) sujeitos (as), no período de 2017 e 2018”**, apresentamos como objetivo uma proposta investigativa que incide sobre a Assistência Social das Forças Armadas no Exército Brasileiro. Buscamos, assim, analisar significações e experiências de profissionais e usuários, considerando os serviços, programas e benefícios, executados pela Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar do Exército Brasileiro (SSAS/10), situada em Fortaleza/CE, nos anos de 2017 e 2018. A referida pesquisa é coordenada pela mestrandia do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Natália Queiroz Moreira da Rocha, sob orientação da professora Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra.

Segundo a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, uma das exigências éticas e científicas para realização de pesquisas com seres humanos é a não maleficência, ou seja, evitar que a pesquisa traga qualquer dano aos sujeitos. Nesta perspectiva, o presente estudo não apresenta riscos para os interlocutores e/ou as instituições parceiras, uma vez que não serão utilizados procedimentos invasivos, bem como se garantirá o sigilo das identidades dos (as) entrevistados (as) e das informações fornecidas.

Em termos dos benefícios pretendidos com esta pesquisa, destacamos a apreensão das ações socioassistenciais realizadas pela Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10) e a interpretação das percepções dos usuários sobre a Política de Assistência Social do Exército Brasileiro. Buscamos, desta maneira, apontar os avanços, desafios, dilemas e possibilidades dessa política, no intuito de contribuir com o aperfeiçoamento das políticas sociais no âmbito das Forças Armadas, compreendendo os fatores políticos públicas, vulnerabilidade social e cidadania como categorias centrais de análise.

Dessa forma, gostaríamos de contar com a participação da sra., permitindo que realizemos entrevistas. Nesse caso, solicitamos a permissão da sra. para gravá-las para garantir que nenhuma informação seja perdida. Garantimos resguardar o anonimato da entrevistada e demais pessoas citadas na(s) entrevista(s), bem como o uso das informações fornecidas para fins exclusivos desta pesquisa, em consonância com as exigências éticas para realização de pesquisa social.

A pesquisa não trará risco a sua pessoa e a sra. poderá desistir de participar da mesma no momento em que desejar, sem que isso lhe acarrete quaisquer penalidades e/ou danos. Se necessário, poderá entrar em contato com a pesquisadora, pelo telefone (085) 999970481, ou com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Campus do Itaperi, localizado

na Avenida Silas Munguba, nº 1700, bairro do Itaperi, CEP 60.714-903, telefones:
3101 -9890 / 3101-9600.

Natália Queiroz Moreira da Rocha
Pesquisadora

Tendo sido esclarecido(a) sobre a pesquisa “Assistência Social no Exército Brasileiro, com foco na Seção do Serviço de Assistência Social da 10ª Região Militar (SSAS/10ªRM), a partir da ótica dos (as) sujeitos (as), no período de 2017 e 2018”, concordo em participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura: _____

Fortaleza, ____ de _____ de _____.